UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

MAURÍCIO COSTA DE CARVALHO

A Copa do Mundo de 2014:
Brasil entre Cidades de Exceção e Cidades Rebeldes

SÃO PAULO
2014

MAURÍCIO COSTA DE CARVALHO

A Copa do Mundo de 2014:
Brasil entre Cidades de Exceção e Cidades Rebeldes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Mendes Antas Jr.

São Paulo

2014

Nome: CARVALHO, Maurício Costa de

Título: A Copa do Mundo de 2014:

Brasil entre as cidades de exceção e as cidades rebeldes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Geografia Humana

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho a:

*Fábio Hamilton da Cruz
Ronaldo Oliveira dos Santos
Fábio Luiz Pereira
Marcleudo de Melo Ferreira
Antônio José Pita Martins
Raimundo Nonato Lima da Costa
José Antônio Nascimento
Muhammad'Ali Maciel Afonso
Antônio Abel de Oliveira
José Afonso de Oliveira Rodrigues*

E às suas respectivas famílias.

AGRADECIMENTOS

Embora a confecção de uma dissertação seja parte de um trabalho que é profundamente solitário, posso afirmar que esta foi fruto de ações e elaborações bastante coletivas, mesmo que muitas vezes sua contribuição tenha sido indireta, derivadas de período de intensas mudanças. Desse modo, são muito prováveis as injustiças que cometerei ao deixar nomes importantes ausentes. Ainda assim, fica o registro geral materializado nos nomes que aqui listo.

Ao professor Ricardo Mendes Antas Jr., pela paciência, disponibilidade, compreensão e rigor que jamais faltaram à orientação.

Às professoras Raquel Rolnik e Mariana Fix pela parceria e comprometimento com a elaboração e luta por direito à cidade. Ao professor Fábio Contel especialmente pelos debates econômicos. Ao professor Vladimir Safatle pelas ideias. E ao meu amigo Gilberto Cunha, geógrafo das grandes causas e parceiro de todas as horas.

Ao Juca Kfourri pela divulgação dos artigos que foram ajudando a formatar as ideias contidas nesta dissertação.

Ao Caio Alves, Mait Bertolo, Rafael Almeida e todos os geógrafos dos grupos de estudos e orientação com os quais pude debater e avançar.

Ao Daniel Vasconcelos e Pedro Damião pela prontidão de primeira e última horas sem a qual certamente essa dissertação não se viabilizaria da maneira como está.

Aos queridos Marlon Longo e Karina Gabriel Alencar, meu grupo de urbanistas. São co-autores da pesquisa, das análises e das ideias sobre o empreendimento da Cidade da Copa em Recife.

À Marina Gurgel por estar sempre disponível a ajudar, pelas dicas de pesquisa, pelos artigos e pelas “informações privilegiadas”.

Ao Zé Gomes, Albanise, Edna e Edilson, os melhores anfitriões de Recife e Olinda.

Ao Marcelo Allgayer, Ana Maria Filgueira Ramalho e ao Evanildo Barbosa da Silva pela solicitude e prontas respostas sobre a realização da Copa em Pernambuco.

Aos professores, estudantes e ex-estudantes do colégio Ítaca, da Rede Emancipa e da Escola Estadual Calhim Manoel Abud pelo meu aprendizado cotidiano.

Ao Israel Dutra, Roberto Robaina, Pedro Fuentes, Luciana Genro, Honório Oliveira, Rodolfo Mohr, Mário Agra, Mariana Riscali, Tiago Madeira, Frederico Henriques, Felipe Ultramari, Bernardo Correa, Fernanda Melchionna, Camila Goulart, Marcus Vianna, Nathalie Drumond, Alex da Mata, Cibeles Lima, Rapozão Costa, Fernando Bike, Evelin Minowa, Bianca Cruz, Thiago Aguiar, Guilherme Boulos, Nathália Szermeta e Josué em nome dos quais agradeço também a todos os militantes sociais que fazem da prática o critério da verdade.

Aos meus amigos Douglas Favorin, Bruno Magalhães, Frederico Alves D'Avila, Idalício Reimberg, Guilherme Prado, Danilo Prisco e Thiago Castro sem maiores motivos.

À minha avó Maria de Lourdes Rocha, que literalmente salvou o mestrado. À minha mãe Angela Darcy Costa e à minha irmã Janaína Calu Costa pela força, amor e autonomia. À Helena pelo apoio em vários momentos.

Ao Pedro Fortes Costa, a quem dedicarei todo o meu futuro, inclusive nos sofridos momentos de ausência.

À Maia Gonçalves Fortes, pelo apoio incondicional em todos os momentos, especialmente os mais difíceis, pelo companheirismo, pela presença sempre otimista e pelas noites que lembrei da Lua.

No meio do caminho tinha uma Copa. No meio da Copa achamos um caminho.

(Frase de autor desconhecido escrita em cartaz colocada ao lado da estátua de Carlos Drummond de Andrade no Rio de Janeiro, após o ato do dia 20 de junho de 2013)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil, levando em consideração não apenas seus legados e impactos mais evidentes, mas principalmente compreendendo-a como parte substantiva da dinâmica mais geral do modo de produção capitalista em sua relação com as cidades-sede, os lugares. Como maiores eventos do planeta, as Copas apresentam-se como veículos passageiros e particulares do processo de totalização do capitalismo, sendo simultaneamente matrizes parciais do tempo e do espaço desse período histórico marcado pela crise econômica internacional. Nesse movimento, tendo os lugares como espaços finais de sua realização, esses *megaeventos* deixam marcas profundas; promovem a qualificação de uma determinada fração do tempo no qual ocorrem, determinados pelas necessidades do capital de se reproduzir lucrativamente, algo complexo nesse momento crítico. A totalidade, essa “trama de eventos” emaranhada entre as necessidades e possibilidades concretas dos lugares, ganha novos desenhos nas cidades a partir do contato com a agenda estabelecida pelo megaevento. Desde 2007, quando o Brasil foi escolhido como sede do Mundial e a crise econômica já aparecia no horizonte dos Estados Unidos e da Europa, as cidades brasileiras vivem a realidade desta agenda crítica pautada pela Federação Internacional de Futebol (FIFA). Tendo como pano de fundo as estratégias rígidas das corporações patrocinadoras e interessadas no evento, promove-se um verdadeiro estado de emergência para o atendimento das normas e “padrões FIFA”. Tomadas por uma avalanche de obras e negócios imobiliários desvinculados de planos estratégicos associados às necessidades mais sentidas da população, as cidades-sede tornam-se experimentos de novas formas de privatização e espoliação, sob o regime de leis de exceção e violações de direitos. Tal dinâmica – imposta às cidades da Copa como um todo – é manifesta de forma evidente na elaboração de uma nova centralidade na Região Metropolitana de Recife por meio da construção do grande empreendimento imobiliário “Cidade da Copa”, a partir do novo estádio construído para o evento. Trata-se pois, da eclosão no Brasil de uma crise fundamentalmente urbana que, se por um lado estrutura verdadeiras “cidades de exceção”, no outro vértice promove também a força criativa das resistências. Como demonstraram as manifestações urbanas multitudinárias de junho de 2013 e os protestos ininterruptos que se seguiram a elas, a revanche dos lugares à agenda da Copa pode estruturar também “cidades rebeldes” como legados.

Palavras-chave: Megaeventos, Crise econômica, Crise urbana, Copa do Mundo, Acumulação por espoliação, Cidades de exceção, Cidades rebeldes.

ABSTRACT

This dissertation aims to examine the implementation of the World Cup 2014 in Brazil, taking into consideration not only its legacy and most obvious impacts, but mostly understanding it as a substantive part of the wider dynamics of the capitalist way of production in its relationship with the host cities, the places. As some of the biggest events on the planet, the World Cups are presented as individual and transitory vehicles of the aggregation process of capitalism, while being simultaneous matrices of time and space during this historical period marked by global economic crisis. In this movement, having spaces as the places of their full realization, these mega events leave deep marks; they promote the qualification of a certain fraction of the time in which they occur, determined by the needs of capital to play profitably, something complex during this critical moment. The totality, this "web of events" tangled between the concrete needs and possibilities of places, gains new designs in cities from contact with the agenda set by the mega event. Since 2007, when Brazil was chosen to host this event and the economic crisis had already appeared on the North American and European horizon, Brazilian cities are living the reality of a critical agenda guided by the International Football Federation (FIFA). In the background of the rigid strategies of the sponsors and corporations interested in the event, a true state of emergency is promoted to meet norms and "FIFA standards". Taken by an avalanche of construction sites and real state negotiations unrelated to strategic plans that take into account the needs of the population, the host cities become experiments in new forms of privatization and dispossession, under the regime of emergency laws and rights violations. Such dynamics - imposed on the World Cup cities as a whole - is clearly manifested in the drafting of a new central location in the metropolitan area of Recife through the construction of large real estate project called "Cidade da Copa", around the stadium built for the event. This is the outbreak in Brazil of a fundamentally urban crisis, where on the one hand "cities of exception" are structured, and in another vertex a creative power of resistance is also promoted. As demonstrated in the multitudinous urban protests of June 2013 and the uninterrupted protests that followed them, the requital that took places in host cities can also structure "rebellious cities" as legacies.

Keywords: Mega events, Economic crisis, Urban crisis, World Cup, accumulation by dispossession, Cities of exception, Rebel cities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: As demolições da <i>Rue de Rennes</i>	22
Figura 2: Câmaras Temáticas	98
Figura 3: Estrutura do governo brasileiro para a Copa.....	99
Figura 4: Governança: COL, CGCOPA e Cidades-sede	100
Figura 5: Projetos iniciais para a candidatura de Recife a cidade sede da Copa de 2014.....	131
Figura 6: Localização das Operações Urbanas Recife-Olinda.....	133
Figura 7: Projeto inicial de usos referentes à implantação da Arena Recife-Olinda	133
Figura 8: Localização metropolitana da Cidade da Copa	135
Figura 9: Estruturação das centralidades na RMR	136
Figura 10: Infraestrutura de transportes	137
Figura 11: Projeto da Cidade da Copa	139
Figura 12: Uso e ocupação do solo da Cidade da Copa.....	140
Figura 13: Fase I da implantação da Cidade da Copa. Até 2014.	141
Figura 14: Fase II da implantação da Cidade da Copa. Até 2019.	142
Figura 15: Fase III da implantação da Cidade da Copa. Até 2024.	142
Figura 16: Fase IV da implantação da Cidade da Copa, em 2025.	142
Figura 17: Alterações no Zoneamento do Plano Diretor de São Lourenço da Mata 2008-2011.	145
Figura 18: A viabilidade financeira do negócio Cidade da Copa.	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Copas do Mundo pós-1984... e pós crise internacional de 2008	47
Quadro 2: Cidades brasileiras candidatas a sedes da Copa de 2014.....	57
Quadro 3: PIB das Capitais em relação às Unidade da Federação e ao Brasil – 2011	58
Quadro 4: Cidades sede e número de jogos da Copa do Mundo	59
Quadro 5: Centros de Treinamentos das Seleções para a Copa.....	61
Quadro 6: Dados referentes aos estudos-base das projeções oficiais relativas ao impacto econômico da Copa no Brasil (2010-2014)	71
Quadro 7: Obras em estádios para a Copa.....	77
Quadro 8: Público e renda do futebol em estádios da Copa após o torneio (até 17/10/2014)	79
Quadro 9: Financiamento das obras em estádios para a Copa.....	80
Quadro 10: Evolução de investimentos globais em obras de estádios da Copa	
Quadro 11: Obras em mobilidade urbana.....	82
Quadro 12: Obras em aeroportos e portos.....	86
Quadro 13: Custo agregado e distribuição por tipo de obra nas cidades	88
Quadro 14: Custo global e fonte dos recursos	89
Quadro 15: Mudanças no quadro jurídico-normativo brasileiro para a Copa do Mundo de futebol	101
Quadro 16: Obras da Copa de 2014 previstas para a RMR (exceto Arena Pernambuco/Cidade da Copa)	128

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

AFC – Asian Football Confederation (Confederação Asiática de Futebol)

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa

ANPUR – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

BNDES – Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRICS – Grupo político de cooperação internacional que envolve Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

BRT – Bus Rapid Transit ou veículo leve sobre pneus, representa um sistema de transporte de ônibus que opera em faixas exclusivas

CAF – Confédération Africaine de Football (Confederação Africana de Futebol)

CBF – Confederação Brasileira de Futebol

CEF – Caixa Econômica Federal

CGCOPA – Comitê Gestor da Copa

CID – Certificado de Incentivo ao Desenvolvimento

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

COI – Comitê Olímpico Internacional

COL – Comitê Organizador Local da Copa

CONCACAF – Confederation Of North, Central American And Caribbean Association Football (Confederação das Américas do Norte, Central e Caribenha de Futebol Associado)

CONMEBOL – Confederación Sudamericana de Fútbol (Confederação Sul-americana de Futebol)

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EIV – Estudos de Impacto de Vizinhança

FIFA – Fédération Internationale de Football Association (Federação Internacional de Futebol Associado)

FMI – Fundo Monetário Internacional

GECOPA – Grupo Executivo da Copa

GPU – Grande Projeto Urbano

HIS – Habitação de Interesse Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano

ISS – Imposto Sobre Serviços

MP – Medida Provisória

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

OFC – Oceania Football Confederation (Confederação de Futebol da Oceania)

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCR – Prefeitura da Cidade de Recife

PND – Plano Nacional de Desestatização

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PPP – Parceria Público-Privada

RDC – Regime Diferenciado de Contratações

RECOPA – Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol

RIMA – Relatório de Impacto no Meio Ambiente

RMR – Região Metropolitana de Recife

SEDES – Secretaria Executiva de Desapropriações de Pernambuco

TCU – Tribunal de Contas da União

UEFA – Union Des Associations Européennes de Football (União de Associações Europeias de Futebol)

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UPE – Universidade de Pernambuco

VLT – Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

Introdução	17
1. Geografia Política da Copa do Mundo em tempos de crise	21
1.1. Evento e megaevento	21
1.1.1. <i>Geografia e evento.....</i>	<i>23</i>
1.1.2. <i>Uma abordagem geográfica dos megaeventos.....</i>	<i>28</i>
1.2. Crise econômica e a nova geopolítica das Copas	38
1.2.1. <i>O “novo imperialismo”: da política dos Estados à política das Empresas.....</i>	<i>40</i>
1.2.2. <i>O papel das finanças e a “porosidade” dos territórios nacionais ..</i>	<i>43</i>
1.2.3. <i>Capital, Crise e a Nova Geopolítica da FIFA</i>	<i>46</i>
2. Cidades da Copa.....	53
2.1. Apontamentos para uma economia política das cidades da Copa e o discurso dos legados	53
2.1.1. <i>Experiências históricas e crítica aos métodos oficiais de mensuração dos impactos dos megaeventos</i>	<i>64</i>
2.1.2. <i>Apontamentos acerca das transformações da Copa na infraestrutura.....</i>	<i>74</i>
2.1.2.1. <i>Estádios.....</i>	<i>75</i>
2.1.2.2. <i>Mobilidade Urbana.....</i>	<i>81</i>
2.1.2.3. <i>Aeroportos e Portos.....</i>	<i>83</i>
2.1.2.4. <i>Distribuição do custo global dos investimentos.....</i>	<i>86</i>
2.2. O padrão normativo da Copa no Brasil	92
2.2.1. <i>Normas e Território.....</i>	<i>92</i>
2.2.2. <i>Pluralismo jurídico e esvaziamento da política na globalização ...</i>	<i>94</i>
2.2.3. <i>Leis da Copa</i>	<i>98</i>
2.2.3.1. <i>Garantias Governamentais</i>	<i>102</i>
2.2.3.2. <i>Lei Geral da Copa.....</i>	<i>103</i>
2.2.3.3. <i>Contrato das Cidades Sede.....</i>	<i>104</i>
2.2.3.3.1. <i>Fan Fest</i>	<i>109</i>

2.2.3.4. Regime Diferenciado de Contratações.....	111
2.2.3.5. Endividamento e isenções fiscais	111
2.3. Crise econômica e Crise urbana	113
2.3.1. <i>Acumulação por espoliação e as cidades</i>	115
2.3.2. <i>Cidades de exceção versus cidades rebeldes</i>	119
3. A Cidade da Copa	128
3.1. Projetos iniciais e a “Opção Metropolitana”	130
3.2. <i>Smart City</i> da Copa	138
3.3. Arranjos normativos e “excepcionalidades”	143
3.4. Qual “Novo Recife”?	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	157

INTRODUÇÃO

As grandes manifestações que tomaram as ruas das cidades brasileiras em junho de 2013 e que foram acompanhadas posteriormente por protestos quase ininterruptos, subverteram o lugar reservado na história do país para o ano de 2014. Em 2007 quando o Brasil foi oficialmente confirmado como país-sede da Copa do Mundo de Futebol da FIFA (Federação Internacional de Futebol), as promessas de que a realização do megavento sete anos depois deixaria um grande legado de desenvolvimento urbano e social com pesados investimentos privados e sem desembolso de verbas públicas, parecia apontar para a coroação do discurso que previa uma década de vigoroso crescimento econômico de um país protegido da imensa crise que naquele ano já começava a assombrar Estados Unidos e Europa.

Antes que a FIFA apontasse o Brasil como responsável por sediar seu evento, a situação da economia mundial já dava sinais do que estaria por vir. Em 2006 a taxa de despejos por conta de dificuldades de pagamento de financiamento de habitações em áreas de baixa renda de cidades antigas dos Estados Unidos como Cleveland e Detroit, repentinamente explodiu. Em meados de 2007 os despejos começaram a atingir como uma onda áreas urbanas e suburbanas de classe média, avançando inclusive para condomínios e comunidades fechadas. Até o fim daquele ano, quase 2 milhões de pessoas perderam suas casas e cerca de 4 milhões corriam risco de despejo. Em 2008 com a falência anunciada do banco de investimentos Lehman Brothers a chamada “crise das hipotecas subprime” eclodiu e rapidamente teve desdobramentos em todo mundo. No fim de 2008, além de todos os segmentos da economia estadunidense estarem em profundas dificuldades, a economia britânica abalou-se e com ela também a União Europeia, afetando mais acentuadamente Islândia – que ficou totalmente falida –, Espanha, Irlanda, Portugal, Grécia e vários estados orientais do continente. O comércio global internacional caiu em um terço em poucos meses. Em 2009 o Banco Mundial apontava o primeiro ano de crescimento negativo da economia mundial desde 1945 (cf. HARVEY, 2011).

Ainda que a crise tivesse atingido fortemente também as economias exportadoras, os chamados BRICS¹ seguiram sendo não só representantes dos pontos mais dinâmicos do mercado mundial – com a China com especial destaque –, mas especialmente desaguadouros de investimentos que não poderiam ser realizados nos Estados Unidos e na Europa. Naquele contexto o Brasil, que já adotava uma política ortodoxa de juros altos, passa a celebrar expressivas taxas de crescimento econômico. O primeiro ano do segundo mandato consecutivo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fecha com um crescimento de 6,1% do PIB, bastante superior à média de 3,5% de seu governo anterior (2003-2006). Os anos seguintes também foram de crescimento, até chegar ao último ano de mandato (2010) com um crescimento de 7,5%, o que permitiu uma média de 4,5% no período de 2007 a 2010, estando um pouco abaixo da média de crescimento da economia brasileira do período republicano de 4,55%, mas bastante acima da economia mundial do período. No período posterior, onde a Presidência da República passou às mãos de Dilma Roussef, a dinâmica do crescimento seguiu acima da média mundial, contudo houve uma drástica desaceleração da economia. Em 2011 o PIB cresceu 2,7%, passando a 1% em 2012 e 2,4% em 2013. Para 2014 a previsão oficial do governo em outubro era de 0,9% e a do Fundo Monetário Internacional (FMI), de 0,3%. Essa desaceleração também representou uma expressiva retração industrial que, contudo, não alterou as taxas de desemprego do país, que seguiram bastante abaixo das praticadas nos países onde a crise se desenvolvia há mais tempo.

Assim, do ponto de vista da relação entre crescimento econômico e emprego, durante o intervalo de tempo entre o anúncio do Brasil como sede da Copa e a realização do Mundial, não haveria portanto motivo para que se expressassem insatisfações do tamanho da proporção das manifestações que se seguiram a junho de 2013. Ao mesmo tempo, mantinha-se a estabilidade política a partir de um sólido pacto conservador de classes (Cf. SINGER, 2012) amparado por um lado na tentativa de apaziguar os conflitos sociais e combater a pobreza extrema a partir de políticas compensatórias e incentivo ao consumo e ao crédito e, por outro lado, no fortalecimento da ortodoxia

¹ Acrônimo referente ao grupo político de cooperação internacional entre países que envolve Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

econômica que possibilitou lucros recordes para bancos, agronegócio e setor imobiliário nacionais. A Copa do Mundo de Futebol, pensada como a grande celebração nacional deste período, passou a ser alvo de questionamentos e protestos.

Neste trabalho procuraremos estabelecer nexos entre a Copa do Mundo, considerado maior megaevento mundial, e as mudanças estabelecidas a partir da situação mundial aberta com a crise econômica em relação com as cidades brasileiras. Como eventos, as Copas representam os momentos da totalidade do modo de produção capitalista em busca de sua totalização, isto é, da realização eficaz dos objetivos para os quais foram criadas nos lugares para onde são destinadas. Por esse motivo, embora imbuídas de uma forte rigidez nas determinações de onde são originadas, os megaeventos são sempre únicos e absolutos, estando ao mesmo tempo emaranhados com outros eventos na trama que é a totalidade e, por outro lado, resultantes das contradições impostas pelas necessidades e possibilidades objetivas presentes nos lugares. Assim, no primeiro capítulo, buscaremos os pressupostos desse período histórico no qual vivemos para, em primeiro lugar, analisar a dinâmica econômica e geopolítica que possibilitou ao Brasil sediar uma Copa do Mundo de futebol após 64 anos. Para tanto é fundamental entendê-la como parte da história dos megaeventos e do processo que os fez serem denominados como tais. Aqui, buscam-se os fundamentos da lógica corporativa que está por trás das diretrizes estabelecidas pela FIFA em seus torneios mundiais.

No segundo capítulo, as experiências pretéritas de outras cidades que sediaram eventos de grande porte nos servem de base para constituir uma crítica sobre os métodos oficiais de mensuração dos legados e impactos dos megaeventos e constituir apontamentos sobre a economia política das cidades-sede da Copa no Brasil. A partir da análise dos investimentos e gastos com a Copa, buscamos encontrar nas cidades-sede os traços fundamentais que configuram o Mundial como meio de implantar uma destruição criativa necessária à absorção de excedente do capital superacumulado pela crise, desdobrando-se em uma ampla reformulação normativa onde a regra é a exceção combinada às mais diversas formas de espoliação. Estas, por sua vez, encontram na expansão de movimentos urbanos rebeldes no Brasil e em todo o mundo, sua Nêmesis, a perspectiva da revanche dos lugares.

A partir dessa dinâmica, no último e derradeiro capítulo discutimos como o particular e o geral se fundem no mega empreendimento imobiliário denominado Cidade da Copa que é, ao mesmo tempo, uma agressiva forma de privatização do espaço urbano a partir da edificação de uma *Smart City* vinculada à construção do estádio Arena Pernambuco e, também, a construção corporativa de uma nova centralidade para a Região Metropolitana de Pernambuco. Esta iniciativa mudou não só o município de São Lourenço da Mata, sede do projeto Cidade da Copa, mas figura como indutora de um grande processo de reformulação urbana onde a disputa pela centralidade desdobra-se em iniciativas como o projeto Novo Recife e também encontrou no movimento Ocupe Estelita seu contraditório modelo urbano.

1. Geografia Política da Copa do Mundo em tempos de crise

1.1. Eventos e Megaeventos

As produções acadêmicas nacionais sobre os chamados megaeventos ainda são bastante recentes e restritas (Cf. TAVARES, 2011) remontando aos efeitos do Jogos Panamericanos de 2007 no Rio de Janeiro. Ainda assim as experiências internacionais pretéritas de outros países com este tipo de evento já vêm propiciando, especialmente após os anos 2000 (HORNE; MANZENREITER, 2006 apud TAVARES, 2011), contribuições significativas de discussões mais sistemáticas sobre as grandes competições esportivas, que figuram como importantes referências para a compreensão da realização desses fenômenos no Brasil.

A expressão *megaevento* geralmente é utilizada para se referir a grandes eventos culturais de curta duração – nos quais se enquadram os esportivos –, mas com consequências diversas e de longo prazo para suas sedes. Como eventos de “processo” têm geralmente uma “preparação longa e por vezes intermitente, sempre operando em escala de milhões de participantes” (DaCOSTA; MIRAGAYA, 2008, p. 36). Além disso, os megaeventos também “têm um caráter dramático, apelo popular de massa e significado internacional” (Cf. ROCHE, 2000).

De acordo com Tavares (2011, p. 17,18) tanto a Copa do Mundo de Futebol quanto as Olimpíadas figuram como megaeventos prototípicos proeminentes porque o avanço das técnicas de informação permitiu sua divulgação em escala planetária, ensejando amplas possibilidades de negócios para seus organizadores. A Federação Internacional de Futebol (FIFA) no caso da Copa e o Comitê Olímpico Internacional (COI) no caso dos Jogos Olímpicos, envolvem direitos de transmissão, patrocínios e “merchandising”, além de proporcionarem

oportunidades de promoção para cidades e países em termos de legados econômicos, urbanísticos, sociais, culturais, ambientais e esportivos, entre outros, o que explica o envolvimento de governos nas candidaturas e organização de megaeventos esportivos. Este conjunto de fatos faz com que a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos engendrem

inversões financeiras, interesses públicos e privados, impactos sociais e audiência global não alcançáveis por nenhum outro evento conhecido. (TAVARES 2011, p. 17,18)

Poderíamos agregar que, além das grandes empresas de mídia, de turismo, de material esportivo, de marketing e de bens de consumo que frequentemente são as maiores “parceiras” dos megaeventos esportivos, nas últimas décadas ganham cada vez mais peso na produção dos jogos as construtoras, empreiteiras, empresas de logística e toda sorte de setores que, associados aos governos, responsabilizam-se pela produção das infraestruturas “necessárias” aos padrões estabelecidos pela FIFA e pelo COI como critérios para que as cidades candidatas possam sediar os eventos. A ocorrência do protagonismo cada vez maior desses novos agentes na produção das cidades-sede da Copa e das Olimpíadas no Brasil tem impulsionado também, especialmente desde 2007 (ano no qual, além da realização dos Jogos Panamericanos, o Brasil foi escolhido para sediar a Copa), um número cada vez maior de trabalhos no âmbito da geografia brasileira sobre as consequências ou possíveis legados dos megaeventos na reestruturação das cidades².

Embora seja crescente a quantidade de trabalhos que abordam os megaeventos é possível que a ênfase na questão dos legados dos jogos para as cidades tenha secundarizado a importância da investigação desses fenômenos em sua dinâmica mais geral, em sua totalização histórica (SANTOS, 2009), com toda a complexidade que requer a busca de uma compreensão mais totalizante. Como sugere Tavares (2011, p. 16) sobre a conceituação do termo megaevento na produção nacional,

Podemos supor que o foco na questão dos legados tenha contribuído para que os autores deixassem esta questão de lado, ou que, tal como a mídia, partem do princípio de que haveria um entendimento tácito compartilhado que dispensa definições mais rigorosas. (...) os esforços de conceituação

² Cf. pesquisas de grande relevância para a Geografia feitas por Gilmar Mascarenhas, Fernanda Sanchez, Carlos Vainer, Christopher Gaffney, Nelma Gusmão Oliveira, Raquel Rolnik, entre outros importantes trabalhos promovidos por pesquisadores do IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e do Observatório das Metrópoles e eventos realizados pela ANPUR (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional) e pelas seções locais da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) sobre o tema.

indicam que o entendimento do que é um megaevento não é tão evidente assim.

No mesmo sentido, também fazem falta nas produções da geografia brasileira trabalhos que abordem os megaeventos, em especial a Copa do Mundo por seu caráter mais “nacional”, devido à sua manifestação urbana em âmbito local e regional, mas buscando os elos necessários para compreender o que há de comum e processual nas alterações das cidades que passaram (e continuam passando) por grandes transformações e sua relação com o atual estágio de desenvolvimento do modo de produção. Parece-nos que a própria discussão fundamental dos legados carece de mais elaborações a esse respeito, tendo em vista que sua real compreensão depende não só de fatores locais, mas também das complexas interações globais que estes requerem.

Por isso, tão importante quanto entender o que diferencia os “mega” dos outros eventos, é também discutir a matriz própria dos eventos em sua relação com a totalidade.

1.1.1. Geografia e evento

Buscando uma *teoria geográfica do evento*, Santos (2009) considera importante tanto precisar seu significado quanto distingui-lo de outros vocábulos utilizados corriqueiramente de maneira quase indiferente embora não sejam sinônimos, como *momento*, *instante* ou *ocasião* (p.143).

Se consideramos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo. (2009, p. 144)

Analisar o evento requer, em primeiro lugar, a noção de que este “veículo” relaciona possibilidades existentes no período histórico e um recorte espacial que o diferencie da noção de instante à medida que se considera o primeiro como um *instante de tempo* acontecendo em um ponto de espaço. Tal entendimento nos permite estabelecer uma diversidade de escalas de análise

dos eventos, tomando como base os recortes espaciais possíveis sugeridos por Santos. Dessa forma, nos parece que a essência dos eventos só é passível de compreensão quando confrontamos as possibilidades existentes no mundo à realidade concreta materializada nos *lugares*, entendendo que o lugar é “o depositário final, obrigatório do evento” e por isso é revelador também do processo, do movimento das possibilidades. Com afirma Silveira

o lugar não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através do evento, se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global. Mas, mesmo assim, o lugar é também o outro da totalidade porque é a totalidade, mas também a sua negação, já que, materializando-se no lugar, o evento perde o dinamismo próprio da potencialidade. (2002a, p. 205)

Daí decorre que os eventos são os veículos que operam a ligação entre os lugares e uma história em movimento, a totalidade em permanente processo de totalização. O principal motor desse processo é a cada vez mais complexa e diversificada divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2009a, p. 165). A partir dela tem-se uma verdadeira mundialização dos lugares (SANTOS, 2009b, p. 18) que os torna, dialeticamente, negação e afirmação da totalidade porque, prossegue Silveira, “o lugar não é uma parte, é o todo mesmo concretado no local”. Desse modo,

O pensamento dialético nega a existência empírica do fragmento como independente, como parte isolada, mas reconhece o lugar empiricamente como funcionalização do todo. (...) As funções dos lugares vão empirizando a trama de eventos que é a totalidade. (SILVEIRA, 2002a, p. 205, 206)

Eventos como a Copa do Mundo de Futebol são elementos passageiros e particulares do processo de totalização do modo de produção capitalista, sendo simultaneamente matrizes do tempo e do espaço desse período histórico. Nesse movimento, tendo os lugares como espaços finais de sua realização, os eventos promovem a qualificação de uma determinada fração do tempo no qual ocorrem. Como portadores de uma ação que é sempre parte do presente os eventos quando ocorrem esgotam as possibilidades das quais são veículo. É no tempo presente, portanto, que os lugares funcionalizam a

totalidade, essa “trama de eventos” emaranhada entre as necessidades e possibilidades concretas desses lugares.

Assim, não há, portanto, eventos passados ou futuros. Eventos passados fazem parte da história como possibilidades que se realizaram materialmente naquele “presente passado” determinado e os eventos futuros só o são em expectativa, tendo em vista que dependem da sua efetivação em um “presente futuro” (SANTOS, 2009a, p. 145).

Daí decorre também que os eventos são sempre *únicos*. A dialética entre a totalidade e os lugares também condiciona uma individualidade ou singularidade dos eventos tendo em vista a individualidade ou singularidade da conjugação de tempo e espaço que pressupõe a realização do evento. Como afirma Silveira,

(...) Embora os eventos, pela sua materialização nos lugares, estejam ligados a uma estrutura única, eles não perdem sua individualidade – uniqueness –, pelo contrário contêm cada vez mais “raridade” porque têm sua própria totalização parcial. O indivíduo não desaparece, ele é entendido como elemento de uma estrutura em movimento. Ele não se restringe aos limites do local, mas nele acontecem eventos que trazem diferentes tempos, e assim o lugar torna-se totalidade, mas uma totalidade parcial, incompleta, inacabada, pois a trama de eventos não atinge sua completude no lugar, mas no mundo em movimento. (2002a, p. 206)

Assim, ainda que sejam resultados de uma mesma lógica econômica mundial e articuladas durante décadas pelos mesmos atores, as Copas do Mundo de Futebol são sempre absolutamente diferentes umas das outras. Como as circunstâncias dos eventos jamais se repetem, eles são sempre novos, absolutos e irreversíveis, tendo em vista que estão sempre propondo uma nova história (SANTOS, 2009a, p. 145). Justamente por isso os eventos estão eivados de uma força crítica de mudança, onde cada instante de sua realização destrói os anteriores, refaz e ressignifica objetos, coisas e identidades, revoluciona. Como afirma Santos (2009a, p.146), “essa presença absoluta funda a eficácia do evento. Onde ele se instala, há mudança, pois **o evento é uma brutalidade eficaz**” (grifo nosso). E prossegue:

Segundo P. Nora (1976, p. 191), não há diferença de natureza entre um acontecimento e uma crise, que ele considera como um complexo de acontecimentos. Por isso, a cada novo acontecer as coisas preexistentes mudam o seu conteúdo e também mudam sua significação. O que tem de ser explicado, diz S. Alexander (1936,1963, p. 16), é menos a novidade, mas a repetição, a regularidade, a uniformidade ("It is not novelty that calls for explanation só much as repetition, regularity, uniformity"). A repetição seria a exceção, o desvio, a anormalidade. A novidade é a essência da história, diz Whitehead. (p. 146)

A busca por repetição de um modelo de Copa do Mundo de acordo com uma standardização, com a chancela do “padrão FIFA” está, portanto, na contramão da lógica dos eventos. Ao se desenvolver um aparato normativo técnico, organizacional e jurídico, essa organização constrói um cenário de absoluta anormalidade ou, para usar um conceito que trabalharemos neste texto, *estados de exceção* que buscam submeter os lugares a uma uniformidade estanque, inflexível, ignorante *a priori* da realidade local e de seus tempos.

Como eventos não podem ser pensados dissociados de ações e não há ações sem sujeitos, é importante compreender a realização das Copas a partir das formas organizacionais³ criadas pelos principais atores envolvidos em sua realização com o intuito de controlar e determinar sua localização, sua amplitude e sua duração⁴. Como dito anteriormente, os eventos não se bastam em si, não se dão de maneira isolada, mas em um todo sistêmico a partir do qual a conjunção de eventos cada vez mais complexa no desenvolvimento atual do capitalismo forma verdadeiras “situações geográficas” que se criam e recriam a partir da trama de eventos que, embora sejam atuais, absolutos, individualizados, finitos e sucessivos, estendem-se uns sobre os outros, participando uns dos outros, impulsionando a formação de uma continuidade temporal e de uma coerência espacial (SANTOS, 2009a, p.156). Essas situações geográficas devem ser alvo de *organização* para dar conta de que a

³ “Uma lei, uma decisão governamental, uma portaria de um Banco Central, uma regra de um banco privado ou uma empresa são formas organizacionais que interferem na duração dos eventos, quando não a determinam diretamente.” (SANTOS, 2009a, p. 149)

⁴ “O evento é sempre presente, mas o presente não é obrigatoriamente o instantâneo. Daí decorre a ideia de duração, isto é, do lapso de tempo em que um dado evento, guardando suas características constitucionais, tem presença eficaz. Isso é importante reconhecer, quando desejamos distinguir a ação de eventos consecutivos ou simultâneos.” (SANTOS, 2009a, p.148)

instalação, o funcionamento e o controle dos eventos possa se dar de maneira completa, eficaz e rentável, esgotando as possibilidades para as quais eles são criados. Em síntese, “do nível da organização depende a escala de sua regulação e a incidência sobre a área de ocorrência do evento” (SANTOS, 2009a, p.149).

A ampliação do espectro de incidência dos eventos “Copas do Mundo de Futebol” esteve por um lado vinculada ao salto do desenvolvimento das técnicas de comunicação e por outro à adequação das intenções e da organização da FIFA para dar conta desse novo momento. O importante neste ponto é notar que existe uma relação íntima entre os fatores técnicos que balizam a duração dos eventos e as formas organizacionais que devem ser criadas para que os eventos tenham uma realização plena das suas possibilidades. Para produzir eventos de tamanha magnitude e extensão ao longo de sua história a FIFA teve que estar cada vez mais vinculada como organização a forças capazes de criar *normas* que deem conta dessa ampliação de escala. Que forças seriam essas capazes de produzir eventos cada vez maiores, ou *megaeventos*? Para Santos,

A primeira delas é o Estado, pelo seu "uso legítimo da força", encarnado ou não no direito. A lei, ou o que toma seu nome, é, por natureza, geral. Assim, uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade da ação do Estado sobre outras macroorganizações. Nem as instituições supranacionais, nem as empresas multinacionais têm esse poder. Se estas podem colher indiretamente resultados globais, seus efeitos diretos são sobretudo pontuais ou lineares. (2009a, p. 152)

Não há dúvidas do quanto a força dos Estados é determinante para a realização das Copas. Contudo também é significativo que o poder de influência econômica corporativa supranacional na regulação interna e na construção de um leque legal e ilegal de normas que sugiram a realização plena dos interesses embutidos nesses eventos nos territórios previamente escolhidos é cada vez maior. Esse poder, invariavelmente vinculado à utilização eficaz do complexo conjunto de técnicas do atual momento de desenvolvimento do modo de produção capitalista é o que permite que existam ações que escapem com maior frequência e abrangência à escala nacional e

tornem-se eventos mundiais, impactando em pontos numerosos situados em diversos países e continentes (SANTOS, 2009a, p. 153).

No caso da Copa do Mundo há claramente uma racionalização da organização e da ação sobre diversos territórios, sobre suas leis e suas normas, a partir de um comando central da FIFA. Como acontecimentos hierárquicos (SANTOS, 2009, *passim*), nas Copas há a primazia das normas estabelecidas hierarquicamente, tendo a política relevância sobre as técnicas ou, também é possível dizer, colocando as últimas a serviço da primeira. Diferentemente dos acontecimentos homólogos ou complementares⁵ que criam horizontalidades nas relações espaciais, os acontecimentos hierárquicos produzem as verticalidades próprias aos sistemas urbanos atuais e aos chamados megaeventos.

1.1.2. Uma abordagem geográfica dos megaeventos

No trabalho *Mega-events and Modernity: Olympics and Expos in the Growth of Global Culture* (2000), o autor Maurice Roche busca associar a origem histórica do que hoje chamamos de megaeventos à ascensão da Modernidade no século XIX. Embora haja ainda muitas interpretações possíveis a respeito da conceituação de Modernidade⁶, partimos da ideia de que está embutida na Modernidade a emergência do modo de produção capitalista como período histórico, estabelecendo conexões entre a vida privada, a abstração e o formalismo generalizado que ocupam a prática social determinada pela expansão das ideias da burguesia, pelo crescimento

⁵ "Esse acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares, se apresenta sob três formas no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico. (...) Numa região agrícola, esse acontecer solidário é homólogo. Mas, numa mesma cidade, dominada por uma mesma produção industrial, é possível identificar esse acontecer homólogo. Nas relações entre a cidade e o campo, ele é complementar como também, nas relações interurbanas. E há, também, o acontecer hierárquico, resultante das ordens e da informação provenientes de um lugar e realizando-se em um outro, como trabalho. É a outra cara do sistema urbano. Não é que haja um lugar comandando um outro, senão como metáfora. Mas os limites à escolha de comportamentos num lugar podem ser devidos a interesses sediados em um outro. (...) O acontecer homólogo é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada, gerando contigüidades funcionais que dão os contornos da área assim definida. O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo. Finalmente, o acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados." (SANTOS, 2009a, p.166)

⁶ Cf. Lefebvre (1969), Berman (1986), Soja (1993), Harvey (1994), Latour (2013 [1994]).

econômico e pelo estabelecimento da sociedade industrial. Profundamente marcada pelas ideias iluministas, a gênese da Modernidade refletiu um projeto universal de emancipação humana frente aos mitos, à natureza e ao atraso, um projeto racional otimista que, paradoxalmente, acreditava religiosamente no progresso (Cf. HARVEY, 1994).

Nesse contexto, no ano de 1851, surgem na Europa as Exposições Universais, primeiras edições do que podem ser considerados os primeiros megaeventos, segundo Roche (2000). De acordo com Benjamin as Exposições Universais (ou Expo, como ficaram posteriormente conhecidas), eram “verdadeiros espetáculos da modernidade” (1991, p.35) onde se exaltavam as novidades tecnológicas associadas ao ideário burguês como manifestações de prestígio e ostentação nas quais as nações e empresas expositoras afirmavam seu poder econômico, técnico e cultural (Cf. PESAVENTO, 1997).

As exposições Universais foram precedidas pelas exposições nacionais da indústria. A primeira edição destas aconteceu em 1798, no Campo de Marte, em Paris, local das manifestações nacionais após a queda da monarquia francesa. Tinha como principal intuito a construção de uma festa popular em comemoração à Proclamação da República Francesa na qual a classe operária pudesse se divertir e ao mesmo tempo se identificar com o emergente mundo industrial. As festas populares como aquela ocupavam o espaço da indústria cultural que até então não emergira. Tratava-se de eventos onde, diferentemente do que ocorria nas fábricas, o operariado ocupava o papel de freguesia (BENJAMIN, 1991, p. 35). Além de jogos populares as exposições nacionais da indústria começaram a incorporar artes plásticas e moda que privilegiavam os hábitos populares e os tecidos de uso doméstico da nova indústria têxtil (FORTUNA, 2010, p. 153). As Exposições Nacionais da Indústria logo dariam origem a exposições públicas dos produtos da indústria francesa em 1801 e 1802, no Louvre e em 1806, nos Invalides. Em 1834, 1839, 1844 na Place de la Concorde e nos Champs-Élysées.

Justamente após uma visita a uma dessas exposições francesas (a de 1849), Henry Cole, membro da direção da Sociedade das Artes propõe que se realize em Londres uma feira semelhante, em 1851, mas que conte com amplas delegações estrangeiras. Assim, acontecia naquele ano, do dia Primeiro de Maio ao 11 de outubro, a “Grande Exposição de Trabalhos da

Indústria de Todas as Nações”⁷, da qual participaram 25 países e 15 colônias inglesas (LOPES, 2007, p. 14). primeira edição das Exposições Universais, o Hyde Park da cidade de Londres recebeu um total de mais de 6 milhões de visitantes dentro do Palácio de Cristal construído especialmente para demonstrar a supremacia industrial britânica e que se eternizou como símbolo arquitetônico da modernidade⁸.

O surgimento internacional dos megaeventos com as Exposições Universais deu-se paralelamente à propagação da “consciência nacional” moderna. Foram importantes ocasiões para a que os Estados-nação tratassem da construção da imagem de si mesmos e de seu reconhecimento diante de outras nações e dos olhares do restante do mundo (ROCHE, 2000, p. 6). Durante o século XIX, no qual nações e impérios estavam sendo construídos nos países ocidentais industrializados, as Expos e os eventos esportivos foram fundamentais para a “invenção de tradições” (Roche, 2003, p. 100). Ao mesmo tempo, o caráter internacional do evento se ajustava ao projeto geopolítico daquele período, aliando nacionalismo e burguesia à consolidação do imperialismo e do mundo colonial. A burguesia “desejosa de implantar sua visão de mundo e orgulhosa de si mesma, congratula-se com o planeta em expansão comercial” (SANTOS, 2013, p. 3). Nos pavilhões das exposições eram evidentes as desigualdades entre países industrializados e agrários, metrópoles e colônias, ricos e pobres. A ostentação do desenvolvimento industrial e da maquinaria por parte dos europeus, contrastavam com os produtos primários e matérias-primas expostos pelas colônias e países não europeus, com raras exceções como EUA, Canadá e Austrália⁹.

Assim, as Exposições Universais nasceram imersas no turbilhão de transformações socioespaciais provocado pela Revolução Industrial com a

⁷ The Great Exhibition of the Work of Industry of All Nations

⁸ “O tom do edifício é pomposo e solene; a mensagem que proclama é não somente o ápice histórico, mas também de totalidade cósmica e imutabilidade (...). Em sua relação com a natureza, o palácio antes envolve que oblitera; grandes árvores antigas, ao invés de serem cortadas, são contidas dentro do edifício onde (...) crescem maiores e mais sadias que nunca. Além disso, longe de ter sido projetado com árido cálculo mecânico, o palácio de Cristal é realmente a construção mais visionária e ousada do século XIX. Apenas a ponte do Brooklyn e a Torre Eiffel, uma geração mais tarde, fariam frente a sua expressão lírica das potencialidades da era industrial” (BERMAN, 1987, p. 224).

⁹ Embora o Brasil tenha participado das Exposições Universais a partir de 1862 (Londres) – inclusive com preparação que começou na exposição nacional de 1861 se repetindo em 1866, 1873, 1875, 1881, 1888 – o país só foi organizar uma Exposição com os parâmetros de transformação espacial europeus em 1908 na exposição nacional no Rio de Janeiro e na Exposição Internacional de 1922. (MOLINA, 2013, p.57)

expansão da produção e do consumo em escala planetária. Benjamin as entendeu como “centros de peregrinação ao fetiche mercadoria” (p. 57), um recurso relacionado ao caráter propagandístico e ideológico da sociedade capitalista emergente. No interior dos recintos expositores, havia um efeito hipnótico, visual, sensorial que buscava encobrir o ritmo violento e mecânico dos processos industriais. Eram metáforas de uma sociedade ideal e sem conflitos, com a classe operária como consumidora e expectadora de um modelo pujante de sociedade que se impunha (MOLINA, 2013, p. 47), mas também tentativas de dar respostas às grandes contradições dessa expansão do capital vividas pelas grandes massas de trabalhadores.

Nesse sentido, não há como não relacionar o surgimento das Exposições Universais à necessidade das burguesias europeias de apagar os vestígios da revolução e da ampla crise de 1848, que pôs em evidência as contradições das ideologias de unidade e universalidade do projeto iluminista de modernidade e progresso. Segundo David Harvey (1994; 2011), o ano de 1848 foi o estopim da primeira grave crise de sobreacumulação do capitalismo, gerando ao mesmo tempo um grande volume de capital excedente inutilizado e grande contingente de mão de obra excedente, sem ter aparentemente nenhuma maneira de conjuga-los de forma lucrativa. O cenário europeu era de grande desigualdade, tendo de um lado uma massa superexplorada de trabalhadores pauperizados e desempregados em situação de miserabilidade e, de outro, uma burguesia ascendente com altíssimos índices de produtividade em suas fábricas, mas sem mercado consumidor correspondente. Ainda que essa burguesia tivesse esmagado a revolução, não conseguiu conter a crise. Como resultado, houve a ascensão ao poder de Luís Napoleão Bonaparte que organizou um golpe em 1851 e proclamou-se imperador em 1852 (cf. MARX, 2011). Referindo-se ao império de Napoleão III, Harvey afirma:

Para sobreviver politicamente, o imperador autoritário recorreu à pressão política generalizada de movimentos políticos alternativos, mas também sabia que tinha de encontrar meios para absorver o capital excedente de capital rentável. Anunciou um vasto programa de investimento em infraestrutura tanto na França quanto no estrangeiro. No exterior, isso significou a construção de estradas de ferro em toda a Europa e no Oriente, bem como o apoio a obras grandiosas, como o Canal de Suez. Em casa, isso significou a consolidação da rede

ferroviária, a construção de portos, o desenvolvimento do saneamento e assim por diante. Mas, acima de tudo, isso implicou a reconfiguração da infraestrutura urbana de Paris. Bonaparte trouxe o Barão de Haussmann para Paris, para assumir o controle das obras públicas em 1853 (2011, p. 137-138)

A Paris reconstruída por Haussmann torna-se importante referência em diversos aspectos. O primeiro deles é que, por meio da reconfiguração urbana do Segundo Império, conseguiu absorver enormes quantidades de capital e trabalho excedentes, fora dos padrões da época. Combinada a um governo centralizador e autoritário, a remodelação da cidade também foi um importante fator de estabilização social. A partir enorme da ampliação da escala dos planos utópicos de fourieristas e saint-simonianos, Haussmann redesenhou a cidade, incorporando os subúrbios ao planejamento, reconfigurando bairros inteiros, apagando do tecido urbano as ruas estreitas e sinuosas que foram a base da “cidade das barricadas” e substituindo-as por grandes avenidas e *boulevares* retilíneos.

Figura 1 - As demolições da *Rue de Rennes*

Fonte: Benévolo, 1995, p. 591

A transformação de Paris colocou-a no patamar de exemplo de desenvolvimento urbano da modernidade, criando também um novo modo de vida urbano. Cada vez mais cosmopolita e internacionalizada, a “cidade da luz” tornou-se centro das crescentes indústrias do turismo, da moda e da cultura,

cumprindo também da criação de novas modalidades de consumo para absorver de parte do capital excedente da indústria europeia.

Ainda que toda essa transformação não tenha sido suficiente para conter a crise de superacumulação – o sistema de crédito especulativo e financeiro sobrecarregado culminou na crise financeira de 1868 que, entre outros fatores, desdobrou-se na Comuna de Paris de 1871 (HARVEY, 2011, p. 138) –, Paris consolidou espacialmente a ideia que vinha se forjando nas Exposições Universais de expansão ampla das fronteiras do capital da indústria nascente propagando a ideia de progresso capitalista. Para Canogar (1992, *apud* MOLINA, 2013, p. 49) “a Grande Exposição de Londres foi um laboratório experimental da cidade racionalista do futuro, pressagiando o tipo de transformações que iam acontecer na paisagem urbana das principais capitais europeias”. O Palácio de Cristal, além de ser um marco na história da arquitetura moderna, também representou, com a racionalidade da organização de seu espaço interno por meio de “avenidas” largas que interligavam os salões das diversas nações participantes da Exposição de 1851, foi um também um símbolo, um presságio da nova geografia que o capitalismo industrial levaria às cidades e à nova geopolítica do mundo (Cf. MOLINA 2013, p. 49).

Embora seguissem as contradições¹⁰, a partir de 1851 as exposições confirmaram-se como excelentes espaços de negócios para os capitalistas industriais. Buscando dar caráter simbólico às novidades produtivas do capitalismo, as maiores edições deixavam sempre construções monumentais como marcos nas cidades-sede. Assim, a edição de Paris em 1867 em pleno Segundo Império, foi considerada por Benjamin aquela onde “a fantasmagoria da cultura capitalista alcança seu desdobramento mais brilhante” (p. 36), consolidando a cidade como a capital do luxo e da moda e também sua vocação cosmopolita expressa nos ecléticos pavilhões e no vertiginoso Palácio Elíptico. Na mesma cidade, na busca por evidenciar o ressurgimento nacional após a Comuna de Paris e a derrota na guerra franco-prussiana, na exposição

¹⁰ Walter Benjamin ressalta a importância das exposições para que trabalhadores de diversas nacionalidades comessem a tomar contato e elaborar um programa comum, como foi o caso da edição de 1851 e especialmente da de 1862 quando trabalhadores franceses foram a Londres e, em contato com trabalhadores de várias outras partes do mundo contribuíram decisivamente para a formação da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, liderada por Karl Marx (BENJAMIN, 1991, p. 36).

de 1878 construiu-se a Estátua da Liberdade que posteriormente seria oferecida aos EUA em homenagem à Constituição Americana. Na edição de 1888 a cidade-sede de Barcelona passou por um grande processo de urbanização de parte da frente marítima e construiu o Arco do Triunfo, o Parque da Cidadela e o Monumento a Colón. A Exposição de Paris 1889 teve como grande marca a construção da Torre Eiffel. Chicago em 1893 serviu de pretextos para a ocupação de terrenos periféricos da cidade sem infraestrutura e a construção da Roda Gigante. Novamente em Barcelona, a edição da Expo de 1929 foi um marco com a urbanização do entorno do monte Montjuic e a valorização do centro histórico. A edição de Nova York em 1939 teve como marco um estímulo explícito ao consumo de eletrodomésticos em forte expansão produtiva. Em Bruxelas em 1958 construiu-se o Atomium¹¹ (MOLINA, 2013, p.49-54).

No decorrer do século XX as Expos perdem importância para os megaeventos esportivos em termos de expressão pública e transformação urbana, embora ainda tenham o caráter de “requalificação” urbana, como pode-se ver nas expos de Sevilha (1992) e Lisboa (1998). A perda de referência das Expos pode ser explicada especialmente pelo fato de que a indústria não precisa mais delas para vender seus produtos e inovações que são difundidas imediatamente com os avanços da comunicação e transportes (MOLINA, 2013, p.56). Apesar disso não perderam seu caráter de importantes instrumentos de indução de transformações urbanas.

Por outro lado, segundo Roche (2003), o enorme avanço das técnicas de informação com a popularização do acesso à televisão também foi elemento decisivo para as mudanças sofridas pelos megaeventos, tendo em vista que os eventos esportivos como as Olimpíadas e as Copas do Mundo teriam maior eficiência para penetrar nas vidas, memórias, sonhos e no tempo dos públicos de massa, uma vez que eles são mais capazes de dramatizar o presente em forma de um *media event* (BORGES, 2013, p. 205).

Hoje, a Copa do Mundo de Futebol é reconhecidamente o maior megaevento do mundo. De um evento que abrangia inicialmente 13 seleções

¹¹ O Atomium é um edifício em Bruxelas projetado pelo engenheiro André Waterkeyn e pelo arquitetos André e Jean Polak. Ele fica 102 m de altura, tem 18 m de diâmetro e é composto por esferas revestidas por aço inoxidável.

nacionais de futebol, o formato atual da Copa do Mundo conta desde a edição de 1998 com 32 países que, somados a outros 172 que disputaram os jogos classificatórios para a Copa de 2014 compreenderam 204 países de todos os continentes mobilizados em torno do evento. Organizada pela FIFA desde 1930, com a edição brasileira de 2014 completaram-se 20 edições do evento que tem acontecido rigorosamente a cada 4 anos, à exceção dos anos de 1942 e 1946 quando as Copas foram interrompidas em função da Segunda Guerra Mundial.

São 209 as federações nacionais afiliadas à FIFA, um número superior ao número de países participantes da Organização das Nações Unidas (ONU), que tem 193 países-membros. Na perspectiva de manter a articulação de seus associados, a FIFA coordena suas atividades com seis confederações internacionais continentais: a AFC na Ásia, a CAF na África, a CONCACAF na América do Norte, América Central e Caribe, a CONMEBOL na América do Sul, a UEFA na Europa e a OFC na Oceania. Cada Confederação, além da incumbência de organizar torneios continentais e se relacionar com as federações futebolísticas nacionais, são as responsáveis também por construir junto à FIFA os torneios prévios às Copas do Mundo.

Abaixo da FIFA estão as confederações dos continentes que por sua vez possuem como filiados às confederações dos países, no caso brasileiro é a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Ainda nessa hierarquia aparecem as federações de futebol dos Estados e vinculadas a elas os clubes, sendo que na última etapa dessa estrutura aparecem os jogadores. Portanto, qualquer situação que aconteça em alguma dessas instâncias a FIFA pode intervir, alegando sua autoridade e competência sobre o episódio (GIGLIO, 2013, p. 89). Por meio dessa hierarquia a FIFA possui domínio total em relação ao futebol profissional, não existindo futebol profissional fora do sistema FIFA (DAMO, 2006).

Entidade de direito privado, ao longo de sua história a FIFA passou de federação esportiva internacional a uma entidade influente na escala mundial que movimenta um negócio bilionário no qual o monopólio da organização de eventos – da Copa do Mundo de futebol em especial – é o principal filão. De acordo com a própria entidade, de 2007 a 2010, por exemplo:

Noventa e três por cento da renda da FIFA durante o período vieram de receitas relacionadas a eventos. O maior evento de todos também foi o maior arrecadador: a Copa do Mundo da FIFA África do Sul 2010, que angariou US\$ 2,408 bilhões dos US\$ 2,448 bilhões obtidos pela FIFA por meio da venda de direitos televisivos, e US\$ 1,072 bilhão do US\$ 1,097 bilhão de direitos de marketing. Como um todo, a África do Sul 2010 representou 87% da receita total da FIFA.¹²

A expectativa é que esses valores ainda se multipliquem substancialmente quando forem divulgados os dados sobre o ciclo que culminou na Copa do Mundo realizada no Brasil. Esta proporção de megaevento foi atingida gradualmente, mas se há um marco neste processo este ocorreu após o brasileiro João Havelange ser eleito presidente da FIFA em 1974.

Além do impacto da TV, é preciso notar que, a partir da posse do brasileiro João Havelange como presidente da FIFA em 1974, a entidade maior do futebol voltou sua atuação para uma agressiva e bem sucedida campanha de transformação do futebol em um meganegócio. Isto ficou claro na associação da FIFA a grandes empresas multinacionais, como a Adidas e a Coca Cola, parceiras da entidade desde meados da década de 1970. (ALVITO *apud* ALMEIDA; PAMPUCH; JÚNIOR, 2011, p.7).

Havelange enxergou futebol um negócio em escala global, para isso teve de romper com os valores que os administradores europeus preservavam ao inserir definitivamente a copa nas dinâmicas do mercado. Seleções de mais países de diversos continentes passaram a participar das Copas, os investimentos aumentaram vertiginosamente, o futebol tornou-se um veículo de publicidade cujos direitos de transmissão se tornaram um produto de altíssimo custo.

Hoje por volta de 90% da receita da FIFA é gerada pela venda de direitos de televisão, marketing, hospitalidade e licenciamento para a Copa do Mundo. Para a Copa de 2014 a FIFA firmou acordos com mais de 160 detentores de direitos televisivos em todo o mundo, o que garantiu que todos os territórios do mundo pudessem ter acesso à Copa. Paralelamente a

¹² Disponível em <<http://pt.fifa.com/aboutfifa/finances/income.html>>. Acesso em 20 de abril de 2014. Até o fechamento desta dissertação o relatório financeiro sobre o ciclo 2011-2014 ainda não havia sido divulgado.

empresa maior do futebol contou com cerca de 700 licenciados entre TV, plataforma móvel, banda larga e rádio para o evento¹³. A expectativa é que a Copa de 2014 tenha batido todos os recordes de audiência, com aumento na audiência global de TV em relação aos 3,2 bilhões de espectadores alcançados na Copa do Mundo da FIFA África do Sul 2010¹⁴. Nas redes sociais a expectativa era a mesma¹⁵.

Daí podemos depreender que a combinação do desenvolvimento tecnológico na comunicação de massa e via satélite, a formação de uma aliança entre empresas de mídia e organizações esportivas, além de terem se tornado um sinônimo para a promoção de cidades e regiões (Horne; Manzenreiter, 2006 *apud* BORGES, 2013), fez com que as Olimpíadas e as Copas do Mundo dessem um impulso em uma ainda mais eficiente forma de organização de megaeventos cada vez mais internacionalizados.

Como afirmam Melo e Gaffney (2011) o ponto de inflexão que determinou este novo modelo gestor de megaeventos que ora conhecemos, baseado na maximização dos lucros dos agentes empresariais envolvidos e em intervenções típicas de empresariamento urbano (Cf. HARVEY, 2006), foi a realização das Olimpíadas de 1984, em Los Angeles (EUA). A partir da crise gerada pelo boicote dos países do dito bloco socialista aos jogos de 1984 como resposta à mesma atitude tomada pelos países capitalistas quatro anos antes e pela ausência de outras candidaturas à sede olímpica naquele ano, o COI impulsionaria a “fase do profissionalismo”, definida como “um último golpe nesta espécie de romantismo desportivo, liquidando de vez qualquer tentativa de se evitar estreitas relações entre o mundo dos negócios e o dos esportes e solidificando a posição dominante do capital” (RUBIO, 2005), que vinha se fortalecendo desde os jogos de Roma em 1960, quando começaram as transmissões televisivas do evento (MELO; GAFFNEY, 2011, p. 7).

Tal fase, que dura até hoje e enterrou o “espírito” do amadorismo olímpico, transformou as Olimpíadas na marca mais valorizada do mundo, parte de negócios e estratégias de marketing extremamente rentáveis,

¹³ Disponível em < <http://pt.fifa.com/worldcup/news/y=2014/m=6/news=primeiros-jogos-da-copa-do-mundo-quebram-recordes-de-audiencia-2378900.html>>, Acesso em 25 de junho de 2014.

¹⁴ Disponível em < <http://pt.fifa.com/worldcup/news/y=2014/m=6/news=transmissoes-por-tv-atingem-numeros-recordistas-2388437.html>>, Acesso em 5 de julho de 2014.

¹⁵ Disponível em < <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/tv-e-redes-sociais-batem-recordes-de-audiencia-na-copa>>, Acesso em 5 de julho de 2014.

envolvendo altas cifras com a venda de direitos de transmissão televisiva e investimentos aplicados por um seleto grupo de patrocinadores exclusivos. A mesma receita adotada pelo COI que resgatou as Olimpíadas como projeto disputado por diversas cidades patrocinadas por gigantescas corporações foi seguida pela FIFA que tem hoje *Adidas*, *Coca-Cola*, *Sony*, *Visa*, *Hyundai* e *Emirates Airlines* como principais marcas da “credibilidade” dos jogos. Ao mesmo tempo, como reflexo do neoliberalismo, as ações do empreendedorismo urbano apoiaram-se nos megaeventos para traçar estratégias de desenvolvimento urbano (MOLINA, 2013, p.120) sob os quais se baseiam hoje os projetos das “Cidades Olímpicas” e das “Cidades padrão FIFA” para sediar as Copas do Mundo.

Marcos da modernidade e da expansão capitalista pós Revolução Industrial, os megaeventos foram, desde o início, instrumentos de conjugação de interesses industriais, governamentais e empresariais. São, portanto, veículos próprios do modo de produção capitalista, expressão das verticalidades que passam a estruturar os lugares e os sistemas urbanos cada vez mais mundializados. Como eventos, são únicos, descontínuos, absolutos e transformadores e, como megaeventos, representam a brutalidade eficaz da totalidade em processo de totalização.

1.2. Crise econômica e a nova geopolítica das Copas

Ainda que possamos considerar a história dos eventos – e dos megaeventos – de maneira individualizada e a partir de suas singularidades, eles só podem ser compreendidos a partir da totalidade, tendo em vista que não se dão isoladamente.

Quando consideramos o acontecer conjunto de numerosos eventos, cuja ordem e duração não são as mesmas, verificamos que eles se superpõem. Esse conjunto de eventos é também um evento, do qual os eventos singulares que o formam são elementos. Não é apenas uma superposição, mas uma combinação, pois a natureza da resultante é diversa da soma das partes constitutivas. Outra fosse a ordem da

combinação, outro o ponto em que se verifica, e outro seria o resultado (SANTOS, 2009a, p. 154).

Os eventos são sempre parte de uma trama, de combinações, parte de um todo. Ainda que, ao acontecer, esgotem as possibilidades para as quais foram criados, os eventos jamais utilizam todas as possibilidades oferecidas pelo mundo. “Seu destino é realizar a totalidade na particularidade, viver plenamente e ativamente essa particularidade e assim contribuir à permanência do todo, deixando-o renascer com novas características” (SANTOS, 2009a, p.160).

A Copa no Brasil só pode ser entendida, portanto como a totalidade em movimento. Suas 20 edições, tal qual o foram e continuam sendo as Exposições Universais ou os Jogos Olímpicos, só foram possíveis em função das necessidades e possibilidades do capitalismo em expansão. Em seu movimento cada vez mais planetário, o capital não exclui as ações tornadas possíveis em um lugar particular que acaba por influenciar outros lugares. A necessidade de reprodução ampliada do capital evidentemente não se dá de maneira homogênea nem é indiferente à realidade do espaço, sendo que a realização dos eventos é condicionada pela estrutura dos lugares. Em outras palavras, como objetos e ações são um conjunto indissociável, também os eventos, por mais hierárquicos que sejam os seus comandos, não ganham realidade fora dos lugares¹⁶.

A qualidade de megaevento está em expressar o mundo e o lugar, o global e o local ao mesmo tempo, daí as possibilidades de entendimento de seu conjunto a partir da análise dos eventos. Desse ponto de vista, pensamos ser de grande importância entender a origem das variáveis envolvidas na produção das Copas do Mundo atualmente. Nessa escala, é fundamental entender como o desenvolvimento crítico (pelo menos desde 2008) impõe explicitamente uma nova situação para a economia mundial, se relaciona com a realização das Copas do Mundo em lugares até então pouco procurados para esses eventos, como é o caso do Brasil. A crise liga o Brasil a diversos lugares,

¹⁶ “Para agir, os homens não saem do mundo, mas, ao contrário, é dele que retiram as possibilidades, a serem realizadas nos lugares. Nestes, eventos simples são amalgamados formando situações. Por isso, mediante sua realização concreta, os eventos são localmente solidários. As diversas situações são resultantes do acontecer solidário. É assim que a integração entre o universal e o individual ganha um novo conteúdo histórico em nosso mundo atual.” (SANTOS, 2009a, p. 164)

próximos ou longínquos e sua coerência, nessa escala de “origem”, se dá porque sua ligação advém pelo movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam. Por outro lado, não é possível abrir mão da análise da escala em que tem como base o lugar da objetivação da Copa, onde essa escala de origem atua mas onde é possível observar diversos eventos solidários e superpostos, ressaltando as particularidades do desenvolvimento crítico do modo de produção.

De acordo com Santos (2009a, p. 152), no primeiro caso, temos a escala das forças operantes e no segundo temos a escala do fenômeno, a área de ocorrência. A hierarquia dos eventos constitui a área comum de ocorrência por meio das maneiras como as escalas superiores de ação – como a FIFA e suas parcerias comerciais e políticas – emitem vetores capazes de garantir a eficácia dos eventos.

1.2.1. O “novo imperialismo”: da política dos Estados à política das Empresas

Se houve um momento no qual os sistemas técnicos poderiam ser classificados como “locais” (SANTOS, 2009a), parece evidente que esse momento passou para um conjunto de sistemas técnicos que vêm se estruturando globalmente, ancorados, especialmente, nas tecnologias de informação e comunicação.

A universalização de um modelo técnico que se impôs aos dias atuais permitiu de maneira inequívoca a unidade dos momentos e dos acontecimentos, transformando a simultaneidade em elemento decisivo para o desenvolvimento das forças produtivas o que, conseqüentemente, impulsionou uma nova etapa para o desenvolvimento da vida social, econômica e política da humanidade.

Contudo, ainda que essa emergência de novas tecnologias – em especial as da informação – tenham proporcionado uma ampla gama de elaborações que propugnavam um mundo mais integrado em uma verdadeira “aldeia global” (MCLUHAN, 1962) o que se vê, na verdade, é um processo de “uma hierarquia espacial em permanente reafirmação” (ARROYO, 2006, p. 183).

A nova divisão internacional do trabalho que se materializa nesse período de reconfiguração do próprio mundo do trabalho não elimina as divisões anteriores da mesma forma pela qual a consolidação de um modelo baseado em uma geração de técnicas unificadas não elimina “as condições preexistentes em cada lugar, o seu estoque de recursos, materiais ou não, e de organização” (SANTOS, 2009a, p. 203).

A história desenvolve-se acumulando no espaço seus tempos desiguais, suas hierarquias, suas rugosidades (SANTOS, 2002). Entendendo a teoria do imperialismo como importante elemento de análise desse processo histórico e também como uma das matrizes do pensamento geopolítico que permanece vigente, podemos inferir que o pensamento e as práticas imperialistas dos Estados inauguradas desde o imenso impulso técnico que se deu com as grandes navegações, tiveram grandes reconfigurações, sendo profundamente transformados face às novas possibilidades de ação disponibilizadas pela unicidade técnica, reorganizando a atual hegemonia. Em todos esses momentos foi decisiva para o sucesso das empreitadas imperialistas a conjugação entre as políticas dos Estados e as iniciativas das grandes empresas.

A partir da universalização de um modelo técnico crescentemente unificado e tendente à homogeneidade – o que não significa presença única de uma técnica única, mas de uma “geração de técnicas” profundamente generalizada e crescentemente integradas – amplifica-se enormemente a dispersão dos momentos da produção, sua socialização, ao mesmo tempo em que seu controle se dá de forma cada vez mais concentrada, nas mãos de poucos atores hegemônicos. Esse novo momento em que passamos a viver, onde há o desenvolvimento do “caráter sistêmico da técnica” (SANTOS, 2009a, p. 194) é por natureza hierárquico e concentrador, o que explica a velocidade de sua expansão. Essa rapidez explica-se também porque esse avanço concentrado das técnicas fundamenta-se em um novo controle do tempo, tendo em vista que a informação passou a fluir no limite do instantâneo, comunicando os acontecimentos de maneira imediata e possibilitando que os detentores dessas técnicas aperfeiçoassem seu poder a partir do uso mais adequado do tempo e do espaço.

Nesse sentido, de acordo com Lênin (1984), o processo de monopolização e oligopolização do capital como decorrência da dinâmica competitiva capitalista foi fundamental no progresso da socialização da produção em geral, e dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos, em particular, embora a apropriação evidentemente continuasse sendo privada. Sua conclusão, de notável atualidade, é a de que

A concentração chegou a tal ponto que se pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazigos de minérios de ferro) de um país, e ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo. Não só se realiza este inventário, mas também associações monopolistas gigantescas se apoderam das referidas fontes. Efetua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado, que estes grupos “partilham” entre si por contrato. Monopoliza-se a mão-de-obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação - as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América - vão parar às mãos dos monopólios. O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. (LÊNIN, 1984)

Hoje, os monopólios econômicos que ganharam força durante o século XIX incorporando a ciência à empresa capitalista, ampliam-se, financeirizando-se e expandindo mundialmente. Esse imenso poderio econômico concentrado submete os territórios nacionais conjugando também poderes políticos e militares, reafirmando a tese de Hilferding de que a emergente “sociedade industrial anônima” que se configurava por meio da imensa produção de excedentes naquele capitalismo cada vez mais comandado pelas finanças, permitia ao capitalista industrial a liberação de sua função de empresário para a busca por novos negócios, traduzindo-se em imperialismo e militarismo (Cf. DOTTSCHALCH, 2011).

As finanças, generalizadas em escala global, buscam produzir um mundo com cada vez menos entraves à circulação de capital e, para tanto, necessitam enfrentar os “entraves” impostos pelos territórios nacionais. Por vezes, as necessidades do capital encontram-se contraditoriamente com as necessidades dos Estados, produzindo um novo imperialismo, ainda mais

crítico e contraditório. As finanças perderam suas fronteiras e passaram a operar diuturnamente nos lugares mais recônditos do planeta, a partir de um enquadramento mais rigoroso do tempo, impondo uma integração dos acontecimentos de forma cada vez mais rígida. Segundo Santos essa é a maneira como vão se constituir as grandes organizações no nível mundial, tendo em vista que “são elas que comandam as técnicas hegemônicas da produção da informação e da finança, por intermédio das quais ganham o comando do tempo hegemônico e realizam a mais-valia hegemônica” (2009a, p. 211).

1.2.2. O papel das finanças e a “porosidade” dos territórios nacionais

A distribuição diferenciada dos fluxos de capitais e de informação reconfiguram permanentemente a hierarquia dos territórios dos Estados.

Contrariando ao mesmo tempo a metáfora da “aldeia global” e a do mercado de ações como socializador da riqueza capitalista (KAUTSKY, 2001, p. 27), o caráter seletivo da divisão internacional do trabalho mantém-se, sobretudo nas possibilidades de usufruir as novas condições de fluidez e porosidade que o novo meio técnico-científico-informacional proporciona (ARROYO, 2006, p. 177).

Das três dimensões clássicas que o capital estabeleceu em seu processo de mundialização, sobressaem os fluxos de capital ligados ao mercado de títulos, ações, empréstimos, financiamentos, moedas e derivativos em detrimento dos fluxos de mercadorias e do dinheiro para investimento em capital produtivo. Há, dessa forma, um impulso ao reforço na autonomia relativa da esfera financeira.

O explosivo crescimento das transações financeiras no mercado internacional possibilitou o surgimento de um mercado financeiro quase autônomo, “com massas de dinheiro circulando em busca da maximização do retorno e minimização do risco”, tendo como um dos exemplos principais o enorme crescimento dos fundos de pensão, que passaram a administrar vultosas somas de capital. Esse desenvolvimento do mercado financeiro fez com que o mínimo caráter “virtuoso” das finanças, isto é, o estímulo à poupança e a facilitação de transferências a melhores oportunidades de

investimentos como forma de melhorar a alocação de recursos na esfera produtiva, fosse também abandonado. (Cf. CHESNAIS, 1998)

Tal movimento de financeirização não aconteceria também sem que os grupos industriais tivessem mudado sua estratégia para dar mais peso à obtenção de lucros financeiros em detrimento da simples produção de bens e serviços.

Sobressai dessa forma a presença ativa dos grupos predominantemente industriais no seio do sistema financeiro, que passam a orientar sua organização, gestão e atividades prioritárias em função das oportunidades de valorização de seus títulos nos mercados de câmbio ou de derivativos (p. 180).

Os capitais industrial, mercantil e imobiliários integram-se e confundem-se com as estruturas e operações financeiras sublinhando a tese marxista de que a produção de mais-valia a partir da generalização da cobrança de juros não dividirá mais os capitalistas entre industriais e não-industriais mas entre “possuidores de capital a juros” – os donos do dinheiro – e o os “empregados do capital” (HARVEY, 1990, p. 259).

A enorme mobilização de capital sobreacumulado sob o sistema de crédito transforma os capitais potenciais em capitais disponíveis, aproveitando da ampliação da base técnica-informacional para eliminar ainda mais barreiras à circulação. A ampla e complexa gama de operações e produtos financeiros que funcionam diuturnamente, quase ininterruptamente e com bastante eficiência, torna-se possível por conta do avançado estágio de desenvolvimento das tecnologias da informação que barateia os custos das transações. Os polos financeiros operam a grandes distâncias de maneira integrada, experimentando a simultaneidade e a instantaneidade em suas atividades como nunca antes. Há um “novo comando da distância”. (Cf. SANTOS, 2009a)

Tendo em vista que as mercadorias – especialmente as vinculadas ao capital fixo – com longo período de produção pagam-se a longo prazo, os tempos de circulação diferentes igualam-se, reduzindo todos os tempos de rotação ao “tempo de rotação socialmente necessário”.

O crédito, como capital a juros, passa a comprometer o trabalho futuro como garantia de pagamento, permitindo aos possuidores do capital a juros controlar a intensidade da produção de mais-valia. Em resumo, estabelece-se a

contradição fundamental do dinheiro como medida de valor que não pode ser mais valioso que ele mesmo, tendo em vista que, neste caso, a transformação de dinheiro em capital não abarca um processo de produção material nem a cristalização do trabalho. O juro generalizado como preço do capital estabelecido pelo processo de crédito é, portanto, totalmente irracional (HARVEY, 1990). Uma importante síntese de Chesnais (1996, p. 309) resgatada precisamente por Arroyo (2006, p. 181) estabelece que

a esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização da força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela não cria nada por si própria. Representa a própria arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha, dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde. Quando a esfera financeira deixa de ser alimentada por fluxos substanciais, cuja origem se encontra exclusivamente na esfera da produção, as tensões dentro do circuito fechado se intensificam, e com elas a aproximação das crises financeiras (CHESNAIS, 1996, p. 309)

Esse desenvolvimento das crises econômicas impõe a dinâmica no “novo imperialismo” tendo em vista que hoje é a esfera financeira que comanda a repartição de riquezas produzidas na esfera da produção. As bases material e normativa conjugam-se para aumentar a fluidez do capital na produção do espaço, facilitando a *porosidade* dos territórios a partir das regulações flexíveis.

As transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira via, por exemplo, serviço da dívida pública ou políticas monetárias, outorgam um caráter predominantemente rentista a esses novos agentes, que crescem a partir de operações baseadas em lucros puramente financeiros, sem passar por investimentos produtivos.

Esse dinheiro em estado puro, e ao qual todos os territórios nacionais são chamados a se adaptar, produz o que Milton Santos (2000) chama de “violência do dinheiro”, característica estrutural da globalização, que pode conduzir à emergência de novos totalitarismos – ou, no dizer de Maria da Conceição Tavares, ao “fascismo dos mercados” (ARROYO, 2006, p.181)

Evidentemente, todas as mudanças citadas só foram possíveis por conta de ações conscientes e intervenções ativas dos governos nacionais, especialmente dos EUA, um dos epicentros de onde surgiram as políticas de desregulamentação dos mercados, inaugurando uma nova etapa no processo

de diferenciação geográfica. As finanças são hoje a força que comanda essa nova hierarquia dos territórios.

A nova divisão internacional do trabalho que se estabelece nessa fase informacional e financeirizada do capitalismo apoia-se em condições estruturais prévias que organizaram de maneira sólida (mas nem por isso imutável ou inflexível) um cenário de uma hierarquia espacial cada vez mais internacionalizada onde há uma enorme fluidez nos negócios capitalistas que reafirma a força concentradora dos EUA como principal detentor dos meios técnicos, econômicos e políticos que configuram esse processo.

1.2.3. Capital, Crise e a Nova Geopolítica da FIFA

Tomando como marcos este cenário onde a mundialização financeira com a unicidade técnica nos levam à expansão de monopólios e uma maior hierarquização nos cabe então analisar como a Copa do Mundo, como o maior dos megaeventos atuaria na ligação entre a escala de origem profundamente marcada pela crise de excedentes e os lugares, a partir das políticas já consolidadas de empresariamento urbano. Cabe, nesse contexto, buscar o entendimento sobre os motivos pelos quais o Brasil foi escolhido para ser a sede desse evento em 2014.

Ao estabelecermos uma periodização das Copas do Mundo tomando como ponto de partida a reconfiguração dos megaeventos que emergiram dos jogos de Los Angeles de 1984, é possível estabelecer uma distinção geopolítica sobre a escolha dos países sede em pelo menos dois períodos históricos. Em duas décadas, de 1986 a 2006 – anos anteriores portanto à eclosão da crise imobiliária nos EUA –, à exceção da Copa do México, todos os outros países-sede eram considerados países ricos. Por outro lado, o período posterior, que compreende a Copa já realizada na África do Sul em 2010, da Copa realizada no Brasil e as futuras Copas que já têm sedes definidas (2018 e 2022), tem como principal característica a realização desses jogos em países que, embora gozem de importantes níveis de industrialização, não são tradicionalmente considerados parte constitutiva do “centro” político-econômico do desenvolvimento mundial. Por outro lado, enquanto o Qatar figura como um dos maiores paraísos fiscais do mundo, Brasil, Rússia e África do Sul fazem

parte do BRICS, agrupamento de países que envolve Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul em um polo considerado dos mais dinâmicos da economia mundial atual. Tendo em vista que a China também foi sede recente dos Jogos Olímpicos de 2008, somente a Índia dentro desse grupo não fora escolhida para sediar um megaevento nesta passagem.

Quadro 1

Copas do Mundo pós-1984...

Ano	País-sede
1986	México
1990	Itália
1994	EUA
1998	França
2002	Japão e Coreia do Sul
2006	Alemanha

...e pós crise internacional de 2008

2010	África do Sul
2014	Brasil
2018	Rússia
2022	Qatar

A partir de uma análise inicial, salta aos olhos a coincidência entre a mudança geopolítica do perfil dos países-sede das Copas do Mundo e o período de emergência da crise econômica que teve o ano de 2008 como ponto de referência histórica. Embora o sistema de rotação entre continentes que sediarão os jogos tenha desembocado na aprovação, em 2004, da África do Sul como país-sede, a suposição de que há uma relação entre o desenvolvimento das economias dos países centrais que já dava sinais de fragilidade e crise em meados dos anos 2000 e o surgimento de novos centros dinâmicos de absorção de excedentes de capital parece ser bastante pertinente. Que papel a Copa poderia ter nesse cenário?

A ideia desenvolvida por Marx que explicita a contradição fundamental entre as forças produtivas e as relações sociais sob o capitalismo demonstra que neste modo de produção qualquer estabilidade entre o avanço das técnicas e a organização necessária se dá de forma temporária, momentânea.

A lógica própria da acumulação capitalista baseada na exploração do trabalho, acumulação de mais-valia e reprodução ampliada de capital demonstra que a manifestação dessas contradições se desenvolve por meio de crises periódicas de sobreacumulação visto que não é possível uma acumulação equilibrada e que a desvalorização do capital é uma determinação social.

O problema crônico de sobreacumulação que o capitalismo tem enfrentado desde a década de 1970 (BRENNER,) e que explodiu para todo o mundo com a crise imobiliária de 2008 nos EUA instaura as bases para entender o atual período como uma série de tentativas de “ordenações espaço-temporais” temporárias que se frustraram na expectativa de solucionar as crises decorrentes dessa sobreacumulação (HARVEY, 2004b, *passim*).

Essas crises acabam por produzir

1. **Excedentes de capital:** registrados como acúmulo de mercadorias no mercado que não pode ser dissolvido sem perdas; capacidade produtiva ociosa e/ou excedentes de capital monetário a que faltam oportunidades de investimento produtivo.
2. **Excedentes de trabalho:** registrados como força de trabalho que realiza um trabalho abaixo de sua capacidade; expansão do exército de reserva muito acima do que normalmente se requer para a acumulação.

Esses excedentes não podem ser conjugados lucrativamente. Como efeitos há a destruição ou desvalorização dos excedentes de capital e redução dos excedentes de trabalho a uma condição deplorável de existência.

Harvey desenvolve a ideia de “ordenação espaço-temporal” como mediação potencial para a absorção desses excedentes, o que pode se dar por três fatores. O primeiro é o “deslocamento temporal mediante investimentos em projetos de capital de longo prazo ou gastos sociais (como educação e pesquisa) que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital”. O segundo se daria mediante a “abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares”. O terceiro fator remeteria a alguma combinação dos outros dois (HARVEY, 2004b, p.93).

A expansão geográfica e a reorganização espacial estariam, portanto, na gênese da busca pela absorção lucrativa dos excedentes de capital, o que leva à opção de mudanças temporais em que o capital excedente é deslocado para projetos de longo prazo, como infraestruturas físicas e sociais de transportes, comunicação, educação, pesquisa, etc., isto é, que valorizariam em longo prazo. Desse modo, os acordos de livre comércio, os megaeventos como as Olimpíadas e as Copas do Mundo ou mesmo os programas de grandes obras públicas (como o Programa de Aceleração do Crescimento no Brasil, por exemplo) podem representar variações sobre este mesmo tema, a saber: acordos que permitem um rearranjo espacial que facilite a realocação de capital com a intenção de valorização em um prazo distante.

Entretanto, ao contrário do que afirmam algumas teses clássicas da economia que a geografia sempre incorpora, a organização espacial da produção, da troca, da distribuição e do consumo capitalistas nunca está em equilíbrio. Isso se dá porque sob o capitalismo, as divisões derivam das desigualdades e diferenciações espaciais dessas etapas do processo geral da produção. Assim, vai havendo um desenvolvimento geográfico desigual e combinado, onde se enfrentam diretamente a busca de uma submissão direta dos territórios às políticas de pequeno punhado de empresas e a incontrolável avidez da dinâmica competitiva (HARVEY, 2004b, *passim*).

A *fluidez* necessária ao movimento da reprodução ampliada de capital só pode se dar a partir da *fixação* de infraestruturas no espaço. O recurso à implementação de infraestruturas tende a ser uma tentativa de “ordenação espaço-temporal” mediante investimentos a longo prazo com o intuito de adiar a reentrada em circulação de valores de capital para que possam ser absorvidas partes do capital excedente. Para que esse processo de valorização se dê de maneira lucrativa é indispensável que esses fixos incorporados ao espaço por meio de infraestruturas sejam utilizado no próprio local de implementação.

Temos um cenário onde o capital fixo é chamado a reorganizar o território e age como importante fator limitante, de contenção do dinamismo espacial da competitividade capitalista. De acordo com Milton Santos, a criação de fixos produtivos leva ao surgimento de fluxos que, por sua vez, exigem fixos para balizar seu próprio movimento – é a dialética entre a frequência e a

espessura dos movimentos no período contemporâneo e a construção, reconstrução e “modernização” de aeroportos, portos, estradas, ferrovias e hidrovias...(SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 167). Para Harvey

O capital busca perpetuamente criar uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades num dado ponto do tempo simplesmente para ter de destruí-la e construir uma paisagem totalmente diferente num ponto ulterior do tempo a fim de adaptar sua sede perpétua de acumulação interminável do capital. Essa é a história da destruição criativa inscrita na paisagem da geografia histórica completa da acumulação do capital. (HARVEY, 2004b, p. 88)

Essa história de destruição criativa não se dá sem sequelas. A alteração permanente do espaço geográfico mediante incorporação de novos fixos recorrentemente ameaça os valores já fixados, mas que ainda não foram realizados plenamente. Essa dinâmica, frequentemente impossível de ser controlada na escala dos territórios nacionais, acaba por alcançar todo o planeta, alastrando-se a partir dos centros monopolistas em direção a territórios onde a realização lucrativa do capital excedente seja possível. Esses últimos, por sua vez, têm de arrumar meios de dar garantias de pagamento, isto é, garantir que se complete efetivamente o processo de valorização, por meio de suas reservas ou mesmo de mercadorias comercializáveis. No caso de não existirem essas reservas, esses territórios se reorganizam¹⁷ de modo a encontrá-las ou mesmo receber crédito ou ajuda, tornando-se vulneráveis a fluxos de capitais especulativos e fictícios (HARVEY, 2004b, *passim*).

Desenvolve-se, então, uma cadeia complexa de relações internacionais calcadas em um processo de “exportação de crise” que se manifesta por meio do capital e do trabalho excedentes. A complexidade desse processo encadeia uma série de novos centros de dinamismo da acumulação de capital associados à busca de competitividade no cenário internacional que podem levar, por um lado, à emergência de novos atores protagonistas da geopolítica mundial – como acontece com a China ou o conjunto dos BRICS, por exemplo – ou, por outro lado, levar à eclosão de conflitos entre Estados ou fortes crises de desvalorização com consequências devastadoras para os territórios que não

¹⁷ Harvey cita o exemplo da política inglesa que no século XIX forçou a Índia a abrir o comércio de ópio com a China para obter em troca prata chinesa. In: *Novo Imperialismo*, p. 100.

conseguirem obter sucesso em longo prazo (HARVEY, 2004b, *passim*). Dessa forma, a escolha do Brasil – bem como da África do Sul, da Rússia e do Catar – para sediar as Copas e com elas suas propostas de construções, reformas e revalorizações urbanas, obedece a essa lógica da acumulação.

Marcada por um substantivo crescimento na última década, a economia brasileira tornou-se referência como um importante polo mundial de acumulação no contexto de avanço da contração econômica, de desacelerações e oscilações entre quadros estagnados e recessivos na Europa e nos Estados Unidos. Em patamar semelhante aos índices positivos de outros componentes dos chamados BRICS, a economia brasileira notabilizou-se no último período pela forte capacidade competitiva internacional de suas *commodities* e consequentemente de um pesado padrão exportador de produtos primários, pela capacidade de atração de investimentos estrangeiros diretos, pelos altos índices de consumo baseados em forte estímulo ao crédito e pela ortodoxia da política econômica calcada na atração do capital financeiro, na austeridade fiscal e na manutenção de um alto superávit primário para cumprir o pagamento de juros e amortizações da dívida.

Tal quadro permitiu ao país credenciar-se como importante referência para a economia mundial em crise e não se pode negar que foi importante para que se efetivasse o pleito de sede para a Copa do Mundo de 2014 e os jogos olímpicos de 2016. Ao mesmo tempo, importantes projetos de reestruturação do território, especialmente referentes às obras de infraestrutura estavam em curso. Obras como a da Usina de Belo Monte na Amazônia e das hidrelétricas de Girau e Santo Antônio, a Transposição do Rio São Francisco, entre outras grandes obras de transportes, energia, saneamento e estímulo à produção foram parte de um dos principais planos do governo chamado de Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que, em sua segunda edição (PAC 2), envolve as obras para a Copa do Mundo.

Ainda que desempenhassem um papel relevante no sentido de estimular a economia nacional essas grandes obras não se deram sem contradições. Uma série de greves e mobilizações foram constantes, apontando questionamentos de mecanismos sociais, trabalhistas e ambientais de espoliação envolvidos em sua realização. Uma análise mais acurada do desenvolvimento contraditório desse período é fundamental para medir o

quanto o crescimento brasileiro – que mais recentemente demonstra perda de fôlego e indicadores menos expressivos do que nos últimos anos – também não pode estar absorvendo a outra faceta da dinâmica de acumulação capitalista à qual Harvey (2004b) se referia, isto é, a incapacidade de absorver de forma lucrativa o capital sobreacumulado deslocado geograficamente para este país. Nesse contexto, desvendar em que medida o Brasil poderia estar “importando a crise” dos países centrais e o papel que os megaeventos cumprem é uma importante tarefa, especialmente no que se refere às cidades.

2. Cidades da Copa

No processo de mundialização do capital, há inegavelmente uma nova relação profunda entre as cidades e a internacionalização da produção. A divisão internacional do trabalho que emerge desses tempos demanda novos arranjos espaciais, com as grandes cidades e especialmente as metrópoles globais destacando-se pela complexidade cada vez maior de suas atividades, em função da necessidade de fluidez e eficácia da produção e circulação capitalistas. De acordo com Milton Santos (2009b, p. 18),

A nova divisão internacional do trabalho tem, entre os necessários suportes dos seus atores hegemônicos, a necessidade de artificializar ainda mais o meio de vida e de trabalho, assim como a própria vida. Uma *tecnosfera* – natureza tecnicizada com base científica – e uma *psicosfera* – também artificializada – aparecem como condições sem as quais o presente momento histórico não se afirmaria. Os novos sistemas de objetos respondem, como dados infraestruturais, às novas necessidades do processo direto de produção. *A conformação das mentes, para a aceitação das novas condições de existência, a começar pela imersão no consumo, é um dado superestrutural essencial.* (grifos nossos)

Tendo em vista que a unicidade técnica que determina a instalação de novos objetos e as ações correspondentes é construída em escala mundial, emerge um cenário onde há uma verdadeira mundialização dos lugares, acompanhada de determinações também internacionais dos modos de agir e de pensar. Como parte dessas determinações, os megaeventos esportivos se transformaram em superproduções midiáticas (ROCHE, 2003) que exigem, na produção dos cenários de sua realização, a organização das cidades-sede dentro dos padrões adequados a esse novo momento, isto é, uma tecnosfera e uma psicosfera fundamentais à totalidade em busca de totalização.

2.1. Apontamentos para uma economia política das cidades da Copa e o discurso dos legados

Atendendo às detalhadas e rígidas exigências do “padrão FIFA” de organização do evento e ao “espírito da Copa”, no dia 30 de outubro de 2007, em uma grande cerimônia festiva na sede da FIFA em Zurique, na Suíça, o Brasil foi anunciado como sede da Copa do Mundo de Futebol. Estavam presentes ao anúncio 13 governadores de Estado, personalidades nacionais populares como o ex-jogador Romário e o escritor Paulo Coelho, além de ministros, senadores e do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que discursou:

Eu queria dizer ao presidente da Fifa, presidente Blatter, da alegria de ver o nome do Brasil aparecer naquela papeleta. Quero agradecer aos governadores do Brasil e às governadoras que estão aqui, são 13, mas certamente tem 27 querendo levar a Copa do Mundo para seus estados. (...)

Eu dizia ao presidente Blatter, antes de começar esta reunião, que o fato de o Brasil ter sido escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014 era motivo de muita alegria e de muita festa mas, sobretudo, era motivo para que nós regressássemos ao Brasil sabendo o que está pesando nas nossas costas: muito mais responsabilidade do que quando nós chegamos aqui. Realizar uma Copa do Mundo é uma tarefa imensa, é uma tarefa, eu diria, incomensurável (...)

Eu quero tranquilizar os dirigentes da FIFA. Essa não é uma responsabilidade do atual presidente – que já não serei mais em 2014 –, não é apenas responsabilidade do presidente da Confederação, não é apenas responsabilidade dos governadores que estão aqui. No fundo, no fundo, nós estamos aqui assumindo uma responsabilidade enquanto nação, enquanto Estado brasileiro para provar ao mundo que nós temos uma economia crescente, estável, que nós somos um dos países que está com a sua estabilidade conquistada. (...)

Vocês verão no Brasil jogadores espetaculares como Dunga e Romário, e tantos outros que apareceram na televisão. Vocês verão no Brasil coisas maravilhosas produzidas pela natureza, vocês verão no Brasil a capacidade que teremos de construir bons estádios. (...)

Eu estou aqui meio dividido, um pouco presidente, um pouco amante do futebol. E o povo brasileiro é mais ou menos igual a mim, ou seja, o futebol não é para nós apenas um esporte, é mais, o futebol é uma paixão nacional. (...)

Então, eu quero dizer a vocês: estejam certos de que o Brasil saberá, orgulhosamente, fazer a sua lição de casa, realizar uma Copa do Mundo para argentino nenhum colocar defeito. (...)¹⁸

¹⁸ Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/30-10-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz>

O discurso do então presidente é emblemático da combinação entre o compromisso técnico da realização à contento do maior evento do mundo por um país estável e com economia crescente ao forte apelo popular e cultural em torno da “paixão nacional” pelo futebol. Não por acaso, haveria 27 governadores “querendo levar a Copa do Mundo para seus estados”. Diferentemente dos países europeus que viviam incertezas econômicas e de países americanos que, pelo critério de rodízio de continentes adotado pela FIFA teriam o direito de sediar a Copa de 2014, mas acabaram desistindo – como a Colômbia, que alegou “não ter condições de arcar com os altos custos para adequar o país aos encargos que a Fifa exige” – o Brasil demonstrava-se plenamente capacitado à realizar satisfatoriamente as exigências do megaevento, que ocorreria pela quinta vez na América do Sul, 36 anos após a última edição no continente (Argentina 1978) e após 64 anos da primeira e única Copa realizada no Brasil. À festa oficial somaram-se atos organizados pelos responsáveis da candidatura brasileira em várias cidades brasileiras com o mote “A Copa do Mundo de 2014 é nossa!”.

Contudo, para além das pesadas campanhas de propaganda e mobilização desse apelo nacional por parte de governos e das gigantes corporativas associadas à realização da Copa no Brasil, o mais destacado chamariz para os investidores residia nos novos e cada vez mais aperfeiçoados contratos que tanto COI quanto FIFA estabeleceriam com os países e cidades sede. As grandes possibilidades de lucro contidas na escolha de objetos e porções das cidades que possam ser reconfiguradas, reconstruídas, remoldadas ao sabor das necessidades da fluidez dos negócios e da maximização dos retornos poderiam estar amparadas também em um esforço governamental tendo em vista que o Brasil faria “o que for preciso para que a Copa seja realizada no país”, como afirmara o então ministro dos esportes Orlando Silva às vésperas do anúncio oficial. Tratava-se de estabelecer por um lado um discurso apologético dos jogos não só como elemento de promoção internacional das grades cidades e de estímulo dos sentimentos nacionais e

patrióticos, mas também de vender a ideia de que seria alto o retorno financeiro e satisfatório o legado deixado pelos eventos.

Após o anúncio da candidatura única do Brasil aos jogos de 2014 (feito no dia 14 de abril de 2007) e das assinaturas dos documentos de compromissos do governo brasileiro com as exigências da FIFA (junho de 2007), candidataram-se 18 cidades a sede da Copa, imbuídas pela promessa de legado e visibilidade internacional. No “Encontro Preparatório para Inspeção da Fifa”, realizado no dia 17 de agosto de 2007 essas cidades foram orientadas a disputar suas candidaturas. Segundo o então presidente da CBF e do Comitê pela Candidatura do Brasil em 2014 Ricardo Teixeira, “a CBF fez o seu papel indicando as 18 cidades-candidatas à FIFA. Agora a bola está com as cidades. A escolha não é da CBF e vai depender de as candidatas convencerem a FIFA que são a melhor opção”¹⁹.

Não havendo nenhuma cidade com estádios considerados estando dentro dos parâmetros do padrão FIFA, as candidatas a cidades-sede prepararam sua defesa para a inspeção da entidade, que foi realizada entre os dias 23 de agosto e 2 de setembro daquele ano. Embora a agenda fosse de inspeção das cidades candidatas, os integrantes da comissão responsável fizeram visitas apenas à capital federal Brasília e a Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, capitais que figuram entre as que contam com infraestrutura mais consolidada, inclusive esportiva. As cidades de Belém, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Maceió, Manaus, Natal, Recife/Olinda, Rio Branco e Salvador apresentaram suas candidaturas por meio de exposições discursivas e de multimídia no Hotel Windsor, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.

Após a ratificação do Brasil como sede da Copa, decorreram 19 meses de intensa disputa entre as cidades e, dentro destas, entre os projetos que poderiam ser efetivados (cidades como Recife e São Paulo, por exemplo, tiveram modificações substanciais de seus projetos iniciais). Por fim, em 31 de maio de 2009, mesmo contrariando sua opção inicial por 10 cidades-sede, a FIFA acabou por escolher 12: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de

¹⁹ Disponível em < <http://www.jb.com.br/esportes/noticias/2007/08/17/comite-2014-realiza-encontro-para-definir-cidades/>> Acesso em 13 de outubro de 2013.

Janeiro, Belo Horizonte, Cuiabá, Brasília, Salvador, Recife, Natal, Fortaleza, Manaus.

Quadro 2

Cidades brasileiras candidatas a sedes da Copa de 2014

Candidatas em 17/08/07	Estado	Região	Status após 31/05/09
Belo Horizonte	MG	Sudeste	Escolhida
Brasília	DF	Centro-oeste	Escolhida
Cuiabá	MS	Centro-oeste	Escolhida
Curitiba	PR	Sul	Escolhida
Fortaleza	CE	Nordeste	Escolhida
Manaus	AM	Norte	Escolhida
Natal	RN	Nordeste	Escolhida
Porto Alegre	RS	Sul	Escolhida
Recife/Olinda	PE	Nordeste	Escolhida
Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	Escolhida
Salvador	BA	Nordeste	Escolhida
São Paulo	SP	Sudeste	Escolhida
Belém	PA	Norte	Preterida
Campo Grande	MT	Centro-oeste	Preterida
Florianópolis	SC	Sul	Preterida
Goiânia	GO	Centro-oeste	Preterida
Maceió	AL	Nordeste	Preterida
Rio Branco	AC	Norte	Preterida

De acordo Jerome Valcke, secretário-geral da FIFA, a escolha das cidades-sede obedeceu a critérios técnicos, elaborados a partir das visitas de representantes da entidade às cidades postulantes e dos projetos apresentados. Estádios, rede hoteleira, sistema de transporte urbano, aeroportos, segurança pública e opções de lazer foram apontados como elementos importantes para a decisão. Do ponto de vista dos parâmetros técnicos da FIFA, as cidades com possibilidade de sediar a Copa são prioritariamente as que já detêm infraestruturas de serviços capazes de realizar as expectativas de patrocinadores e parceiros da entidade, diferentemente do que poderia se supor com a perspectiva de um legado que equilibre

minimamente as disparidades de distribuição territorial de infraestruturas e investimentos²⁰.

O capital que impulsiona a realização do evento Copa do Mundo busca os territórios onde possa se realizar com o máximo de fluidez e o mínimo de obstáculos e, ao mesmo tempo, construir novos fixos que possam aumentar a fluidez dos fluxos demandados pela sua reprodução ampliada. Assim, as cidades escolhidas coincidem quase na totalidade com as maiores capitais do Brasil. Dentre os 12 municípios das capitais com maior PIB, apenas Goiânia não figurou entre as sedes da Copa, sendo substituída por Natal.

Quadro 3

PIB das Capitais em relação às Unidade da Federação e ao Brasil – 2011

Capitais dos Estados	Produto Interno Bruto			
	Valor (1 000 R\$)	Posição em relação		
		Às Capitais	Aos municípios do Estado	Ao Brasil
São Paulo/SP	477 005 597	1º	1º	1º
Rio de Janeiro/RJ	209 366 429	2º	1º	2º
Brasília/DF	164 482 129	3º	1º	3º
Curitiba/PR	58 082 416	4º	1º	4º
Belo Horizonte/MG	54 996 326	5º	1º	5º
Manaus/AM	51 025 146	6º	1º	6º
Porto Alegre/RS	45 506 017	7º	1º	7º
Fortaleza/CE	42 010 111	8º	1º	9º
Salvador/BA	38 819 520	9º	1º	12º
Recife/PE	33 149 385	10º	1º	15º
Vitória/ES	28 357 258	11º	1º	18º
Goiânia/GO	27 668 222	12º	1º	20º
São Luís/MA	20 798 001	13º	1º	24º
Belém/PA	19 666 725	14º	2º	26º
Campo Grande/MS	15 722 330	15º	1º	35º
Maceió/AL	13 743 391	16º	1º	39º

²⁰ Note-se que, em alguns megaeventos, como no caso dos Jogos Olímpicos de Barcelona, o projeto de reconfiguração urbana teve como alvo uma parcela do território da cidade onde a estruturação técnica era mais precária.

Cuiabá/MT	12 406 461	17º	1º	43º
Natal/RN	12 266 519	18º	1º	45º
Florianópolis/SC	11 429 916	19º	3º	51º
Teresina/PI	11 403 516	20º	1º	52º
João Pessoa/PB	10 107 596	21º	1º	58º
Porto Velho/RO	9 492 315	22º	1º	64º
Aracaju/SE	9 222 818	23º	1º	68º
Macapá/AP	5 625 811	24º	1º	107º
Boa Vista/RR	5 103 274	25º	1º	122º
Rio Branco/AC	4 491 017	26º	1º	136º
Palmas/TO	3 736 563	27º	1º	164º

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

A própria divisão dos jogos da FIFA por grau de importância coincide com essa base econômica. São Paulo e Rio de Janeiro, as duas cidades com o maior PIB do Brasil foram escolhidos respectivamente para sediar a abertura²¹ e o jogo final da Copa. Brasília, terceira cidade com maior PIB, foi escolhida para receber a disputa pelo terceiro lugar. São Paulo novamente e Belo Horizonte, receberam as partidas semifinais.

Quadro 4

Cidades sede e número de jogos da Copa do Mundo

Cidade	Quantidade de jogos	Jogos recebidos além dos 4 da primeira fase
Belo Horizonte	6	1 oitava de final e 1 semifinal
Brasília	7	1 oitava de final, 1 quarta de final e a disputa de 3º lugar
Cuiabá	4	0
Curitiba	4	0
Fortaleza	6	1 oitava de final e 1 quarta de final
Manaus	4	0
Natal	4	0
Porto Alegre	5	1 oitava de final
Recife	5	1 oitava de final
Rio de Janeiro	7	1 oitava de final, 1 quarta de final e a final
Salvador	6	1 oitava de final e 1 quarta de final
São Paulo	6	abertura, 1 oitava de final e 1 semifinal

²¹ Como regra da FIFA, a cidade que sedia a abertura também é sede do Congresso Anual da entidade, que acontece dias antes do início dos jogos.

Se a organização da Copa do Mundo no Brasil reforça nitidamente a lógica de concentração econômica nas grandes capitais, do ponto de vista das disparidades regionais esse não é um dado que à primeira vista salta aos olhos tendo em vista que, das cidades escolhidas ficaram duas na região Sul, três na região Sudeste, duas na região Centro-Oeste, quatro na região Nordeste e uma na região Norte. Contudo, tomando como base a divisão dos *Quatro Brasis* proposta por Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) a Região Concentrada²² abriga um número maior de sede que os três outros “Brasis” do Nordeste, Centro-Oeste e Amazônico²³. Com um olhar mais atento é possível notar também que entre as cidades preteridas à sede da Copa figuram duas da Amazônia (Belém e Rio Branco), duas do Centro-Oeste (Goiânia e Campo Grande), uma do Nordeste (Maceió) e uma da Região Concentrada (Florianópolis, capital que detém apenas o terceiro maior PIB de seu estado e o 19º do país). Apenas dois estados da Região Concentrada não receberam jogos da Copa.

Ainda que essas constatações não fossem suficientes por si só para que se inferisse a reafirmação dos conhecidos desequilíbrios regionais brasileiros, a escolha dos Centros de Treinamentos por parte das seleções nacionais

²² “A Região Concentrada, abrangendo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul, caracteriza-se pela implantação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação. Nessa Região Concentrada do país, o meio técnico-científico-informacional se implantou sobre um meio mecanizado, portador de um denso sistema de relações, devido, em parte, a uma urbanização importante, ao padrão de consumo das empresas e das famílias, a uma vida comercial mais intensa. Em consequência, a distribuição da população e do trabalho em numerosos núcleos importantes é outro traço regional”. (p. 269)

²³ “A região Centro-Oeste, constituída pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins, é uma área de “ocupação periférica” recente. O meio técnico-científico-informacional se estabelece sobre um território praticamente “natural”, ou melhor, “pré-técnico”, onde a vida de relações era rala e precária. Sobre essa herança de rarefação, os novos dados constitutivos do território são os do mundo da informação, da televisão, de uma rede de cidades assentada sobre uma produção agrícola moderna e suas necessidades relacionais (...). O Nordeste, incluindo Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, é uma área de povoamento antigo, onde a constituição do meio mecanizado se deu de forma pontua e pouco densa e onde a respectiva circulação de pessoas, produtos, informações, ordens e dinheiro era precária, tanto em razão do tipo e da natureza das atividades (sobretudo uma agricultura pouco intensiva) como em virtude a estrutura de propriedade. Alicerçada sobretudo no trabalho, essa agricultura evidencia baixos índices de mecanização (...) se comparada com a Região Concentrada e com a região Centro-Oeste (...). A Amazônia, definida grosseiramente pelos Estados de Pará, Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia, é uma região de rarefações demográficas herdadas e baixas densidades técnicas. No passado, desenvolveu-se um povoamento que levava à concentração porque a agricultura era limitada em capital, técnica e escopo.” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 271, 272)

arrematou a configuração concentrada da Copa, contrariando os discursos do governo federal. Segundo o Ministro do Esporte Aldo Rebelo, fazia parte das expectativas do governo a execução de

um programa de nacionalização da Copa e das Olimpíadas, para dividir de forma mais equânime os benefícios dos grandes eventos. Os Centros de Treinamento constituem uma oportunidade de redistribuição desses benefícios. Eles são um elemento importante da organização e da preparação. A impressão que o país causará nas delegações e nos visitantes está ligada às condições dos centros escolhidos.

Na verdade, observando-se a distribuição das seleções por Centros de Treinamento o que se verifica é uma concentração ainda maior das atividades da Copa na Região Concentrada. Das 32 seleções apenas 4 optaram por cidades do Nordeste. O restante adotou os estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. Este último abrigou sozinho 15 seleções do mundial.

Quadro 5

Centros de Treinamentos das Seleções para a Copa

Cidade	Estado	Seleção
Maceió	AL	Gana
Mata de São João	BA	Croácia
Porto Seguro	BA	Suiça
Santa Cruz Cabralia	BA	Alemanha
Vitória	ES	Camarões
Vitória	ES	Austrália
Belo Horizonte	MG	Chile
Sete Lagoas	MG	Uruguai
Verspasio	MG	Argentina
Curitiba	PR	Espanha
Foz do Iguaçu	PR	Coreia do Sul
Mangaratiba	RJ	Inglaterra
Rio de Janeiro	RJ	Holanda
Rio de Janeiro	RJ	Itália
Teresópolis	RJ	Brasil
Viamão	RS	Equador
Aracaju	SE	Grécia
Águas de Lindoia	SP	Costa do Marfim

Campinas	SP	Nigéria
Campinas	SP	Portugal
Cotia	SP	Colômbia
Guarujá	SP	Bósnia
Guarulhos	SP	Irã
Itu	SP	Japão
Itu	SP	Rússia
Mogi das Cruzes	SP	Bélgica e Hezergovina
Porto Feliz	SP	Honduras
Ribeirão Preto	SP	França
Santos	SP	Costa Rica
Santos	SP	México
São Paulo	SP	Estados Unidos
Sorocaba	SP	Argélia

Fica patente, a partir dos dados levantados, que embora na preparação da Copa o envolvimento do Estado seja decisivo na construção, organização e gestão do evento, as margens de manobra para direcionamento dos potenciais afluxos de capital é bastante pequena, ficando a cargo da FIFA a definição de critérios e a escolha das cidades-sede que, por sua vez, também condiciona a escolha das seleções por seus Centros de Treinamento. Sem que haja qualquer controle por parte das autoridades governamentais, configura-se uma verdadeira guerra dos lugares para definir quem mais pode se adaptar às demandas dos negócios do megaevento. À medida em a organização da Copa, da escolha das cidades à definição de das infraestruturas necessárias e do padrão técnico e organizativo para a realização do evento, é feita por organizações privadas, fica claro que seus objetivos não devem obedecer às demandas de combate às desigualdades territoriais, sociais ou de infraestrutura.

Ainda assim, a partir de pesadas campanhas de marketing, os interesses privados acabam por se confundir e se passar como interesses públicos e das cidades. Para os empreendedores, os megaeventos são meios estratégicos para atualizar a infraestrutura urbana e posicionar uma cidade ou região como receptora dos fluxos econômicos internacionais (HALL, 2006, p.

64). Quanto maior a audiência global do evento, maior a competição entre as cidades para hospedar os torneios. Segundo Raquel Rolnik²⁴

a mobilização que o megaevento promove em nível nacional e internacional acelera a possibilidade de investimentos e transformações, ao mesmo tempo em que, na competição entre as cidades pela atração de investimentos internacionais, o megaevento traz visibilidade. E, finalmente, como se trata de megaeventos esportivos há uma comoção em torno disso, um apego emocional, que justifica um verdadeiro estado de exceção, uma situação em que as regras normais de como uma coisa deve ser feita não precisam ser cumpridas. Então, o Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras no âmbito da Copa do Mundo estão utilizando isso para poder fazer essas transformações que em situações corriqueiras e normais ou demorariam ou teriam uma série de entraves do ponto de vista jurídico-administrativo, ou teriam uma série de resistências da população.

Para os governos que se candidatam, o elemento mais destacado de mobilização da vontade popular em receber os jogos é a possibilidade de deixar legados para as cidades-sede, embora esse seja um elemento bastante difícil de calcular. Frequentemente o termo é usado de maneira propositalmente imprecisa, como um resultado natural e positivo de se receber um megaevento. Tal emprego pode mascarar que os impactos dos grandes eventos são complexos e diferenciados a depender da conjuntura histórica e do grau de desenvolvimento econômico, político e social de um país ou região.

Por outro lado, as definições de legados cortados por critérios estritamente econômicos são incapazes de abarcar a complexidade dos efeitos dos eventos em um país ou região. Para Carlos Vainer (2010), megaeventos como Copa do Mundo e Jogos Olímpicos são, antes de tudo, Grandes Projetos Urbanos (GPUs), que abarcam questões políticas, institucionais, fundiárias, arquitetônico-urbanísticas, simbólicas, econômico-financeiras, socioambientais e escalares. Devem ser pensados assim, em todas as dimensões que a complexidade da produção do espaço urbano requer e sob o prisma das necessidades prioritárias do direito à cidade.

²⁴ ROLNIK, Raquel - *Entrevista à Caros Amigos* - <http://raquelrolnik.wordpress.com/2011/01/19/megaeventos-esportivos-e-tema-de-especial-da-caros-amigos-este-mes/> - grifo nosso.

Em função disso, Proni (2014) nos sugere que a melhor definição de legado no que se refere aos megaeventos esportivos seja aquela adotada por Preuss (2006), mais abrangente e genérica: “Legacy is planned and unplanned, positive and negative, intangible and tangible structures that were/will be created through the sport event and remain after the event”.

Contudo, analisar as transformações das cidades brasileiras – em especial em sua dimensão jurídico-normativa, mas também abarcando as outras questões sugeridas por Vainer – no *processo* de realização da Copa do Mundo, deve propor um estudo para além do curto tempo em que este evento se realizou. Parte dos investimentos do governo federal em infraestruturas usados na Copa do Brasil, por exemplo, poderiam ser empenhados nas mesmas obras independentemente da realização do evento. Assim, as definições de legados têm apresentado limitações em si em diversos trabalhos. Seja por retirar o evento da relação entre as determinações do período histórico correspondente ao modo de produção e a relação com os lugares, seja por conta do binarismo entre legados “tangíveis” (infraestruturas) e “intangíveis” (patrimônios culturais) (POYNTER, *apud* TAVARES, 2011, p. 20) ou entre legados “positivos” e “negativos” (Cf. TAVARES, 2011). O mesmo pode ser dito sobre a relação entre o conceito de legado e a ofensiva de propaganda positiva dos jogos feita em associação entre governo, indústria de comunicação e empresas interessadas. Por compreender melhor a perspectiva de *processo*, a análise dos *acontecimentos* pressupostos pelo megaevento nos parece mais adequada para articular: 1) contexto, dinâmicas globais, intencionalidades 2) antecedentes; experiências nacionais e internacionais, 3) mudanças concretas atuais e perspectivas futuras.

2.1.1. Experiências históricas e crítica aos métodos oficiais de mensuração dos impactos dos megaeventos

Uma regra geral, facilmente comprovada com dados empíricos, revela que as projeções anteriores aos megaeventos normalmente apresentam resultados muito otimistas, subvalorizando os gastos a serem feitos e sobrevalorizando os benefícios (HORNE; MANZEIREITER, 2006). Da mesma forma, os prazos e orçamentos iniciais são frequentemente divergentes dos

anunciados, tudo com o intuito de acelerar e legitimar o empenho do investimento público requerido.

Evidentemente, a escolha dos métodos de mensuração dos impactos de eventos de grande porte é uma tarefa bastante complexa, que envolve uma ampla gama de variáveis. Para a economia, por exemplo, há os métodos diretos e os indiretos, os micro e os macroeconômicos. Há também os estudos de caráter regional. Por outro lado, a divisão bastante usual entre impactos tangíveis e intangíveis faz com que a subjetividade aumente ainda mais a complexidade da análise. Como discutimos, desde as Expos, os efetivos intangíveis de um megaevento como questões de identidade nacional e orgulho cívico, prestígio nas relações internacionais, amortecimento dos conflitos de classe e incremento das relações culturais, são elementos que fazem parte das estratégias dos organizadores das atividades.

Do ponto de vista oficial, há muitos métodos de mensuração, mas como nos lembram Proni, Faustino e Silva (2014), podemos dividir as análises em dois modos de avaliar e/ou estimar os impactos de megaeventos: uma abordagem *ex-ante* e outra *ex-post*. Os estudos *ex-ante*, prévios à realização do evento serviriam, mais do que prever e preparar as cidades para receber as demandas nacionais e internacionais com toda a sua potencialidade, servem em geral para dar legitimidade aos gastos públicos previstos e as medidas que serão tomadas para adequar as cidades que sediam os torneios às exigências dos responsáveis pelo evento, projetando efeitos positivos de longo prazo.

Desde a candidatura, passando pela conquista do direito de sediar o megaevento e chegando até a véspera de sua realização, o governo e demais grupos de interesse tentam demonstrar, por meio de estudos *ex-ante*, os benefícios que podem resultar para toda a população, como o aumento do número de empregos, a expansão das oportunidades de negócio, o incremento no turismo, o crescimento do PIB, entre outros.

Neste período em que vivemos de crise econômica internacional, outro fator fundamental das estimativas *ex-ante* é justificar o aumento dos padrões de endividamento das cidades, que devem atender às necessidades do capital de promover ações e a fixação do capital excedente nos territórios nos quais pode ser absorvido de maneira mais lucrativa. Por isso, nas análises prévias,

os índices de retorno para as cidades e os países são quase sempre superestimadas.

Estudos feitos posteriormente – *ex-post* – não têm encontrado evidências que comprovem os números levantados antes dos jogos, deixando quase sempre como “legado” para as cidades-sede dívidas e infraestruturas ociosas e de manutenção cara (PRONI, FAUSTINO, SILVA, 2014, p. 19). O histórico dos jogos olímpicos é farto em exemplos. As Olimpíadas de Montreal de 1976 geraram uma dívida pública bastante expressiva, contribuindo para a crise que se expressou no boicote aos jogos de 1980 e na falta de candidatos aos jogos de 1984 que levou à reformulação que encerrou a era do amadorismo e transformou os jogos em referências de negócios da iniciativa privada. Outra referência importante é do endividamento posterior aos jogos de Atenas em 2004 onde a previsão de custos de aproximadamente US\$ 1,6 bilhões acabou desembocando em gastos que superaram os US\$ 16 bilhões (ZIMBALIST, 2010) e são considerados parte importante da crise econômica que afeta o país na última década. Na última edição dos Jogos Olímpicos em Londres, o projeto inicial previa custos de US\$ 6,8 bilhões, mas em 2012 o custo final estimado chegou a US\$ 20 bilhões. Por último, vale mencionar a experiência brasileira com os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro de 2007, onde o orçamento preliminar, em torno de R\$ 95 milhões chegou a pelo menos R\$ 1,8 bilhões no primeiro semestre de 2007.

Ainda que haja grande quantidade de exemplos de que as previsões são superestimadas, as candidaturas às sedes dos Jogos Olímpicos multiplicam-se tendo custos cada vez mais altos. A candidatura do Rio de Janeiro a sede das Olimpíadas de 2016 custou cerca de R\$ 88 milhões e foi vitoriosa com o projeto mais caro entre as concorrentes, estimado na época em US\$ 13,9 bilhões (PRONI, 2009). Tal competição entre cidades reflete o que Harvey chama de adequação “à disciplina e à lógica do desenvolvimento capitalista” (1996, p. 56). A generalização da oferta das infraestruturas e serviços necessários aos grandes eventos levaria as cidades, como lembra Vainer (2011, p.100) a, por um lado, baratear por meio da concorrência o custo destes serviços para as corporações que têm interesse; e por outro lado aumentar a liberdade de circulação e a fluidez, uma vez que estes teriam à disposição um

número cada vez maior de cidades com os atributos locacionais indispensáveis à ampliação de sua lucratividade.

Este processo de disputa por sedes de megaeventos esportivos, em especial as Olimpíadas que têm efeitos mais concentrados de transformações urbanas, teve grande impulso a partir da realização dos jogos de Barcelona em 1992, repetidamente citados como a principal referência positiva de legados. Entretanto há muitas controvérsias a respeito não só das análises mas principalmente da generalização desse modelo para outras cidades-sede. Para Vainer, os resultados obtidos pela realização dos jogos em Barcelona devem levar em conta o contexto espanhol da época do projeto, respaldado pelas dotações milionárias referentes à entrada daquele país na União Europeia, por seu momento de redemocratização e elaboração de uma nova Constituição reconhecia a autonomia de províncias como a Catalunha²⁵. Ao mesmo tempo, tanto Vainer quanto Arantes reconhecem que a recuperação da cidade do ponto de vista dos recursos financeiros teve a ver com uma gestão que se distanciava dos preceitos com os quais a divulgação do modelo de Barcelona é feita hoje. Para Arantes

havia também, não há como negar, uma experiência acumulada de gestão urbana de esquerda, em Barcelona, que fazia com que, mesmo quando o princípio que a norteava fosse o das intervenções pontuais, se destinasse a recuperar o conjunto da cidade - não havia, ao menos de forma explícita, a intenção de beneficiar uma elite local, criando nichos de alto valor imobiliário. Portanto, insisto: não há de ser sem motivo que Barcelona se tornou a grande referência - só um êxito razoável do modelo, não apenas marketing, poderia explicar tão rápida difusão mundo afora, e justamente na versão dos urbanistas catalães. (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002, p. 52)

Contudo, Arantes lembra que não demorou muito para que tal política revelasse sua fragilidade e acentuasse a fragmentação urbana. “Obviamente, o que se estava a construir era nada mais nada menos do que a imagem prestigiosa da cidade, voltada sobretudo para o exterior em função da competitividade sistêmica na qual Barcelona se lançava” (Ibidem, p. 55). Contrastando com a imagem de megaevento-modelo a experiência de

²⁵ Disponível em < <http://www.etter.ippur.ufrj.br/ultimas-noticias/148/carlos-vainer-discute-megaeventos-e-cidade-de-excecao>> Acesso em 05 de maio de 2012.

Barcelona acentuou desigualdades espaciais refletindo a baixa participação popular junto ao conselho gestor do plano olímpico. O estoque ocioso nas Vilas Olímpicas era a outra face da quase inexistência de moradias para pessoas de baixa renda ao mesmo tempo em que um amplo processo de gentrificação justificado pela requalificação do bairro antigo que passou a abrigar o moderníssimo MAM convivia com a periferação crescente da cidade, algo novo no cenário de Barcelona (p. 57). O modelo Barcelona, baseado ao mesmo tempo em uma experiência anterior rara de planejamento integrador e na posterior transposição para o espaço público urbano dos conceitos e metodologias do planejamento estratégico empresarial, resultou em ampla uma propaganda de transformação urbana por meio de megaeventos a partir da cooperação público-privada dentro de um contexto de empresariamento urbano e transformação de cidades em mercadorias a serem comercializadas internacionalmente.

Assim como a virada no modelo Olímpico de 1984, a experiência de 1992 também influenciou diretamente a organização e disputa em torno das Copas do Mundo, alçando os urbanistas catalães como referência para a maior parte dos projetos. Ainda que as Copas tenham caráter distinto dos Jogos Olímpicos por terem transformações urbanas menos concentradas, elas representaram outra faceta que foi essencial na mobilização social em torno dos jogos de Barcelona. Justamente por conta de seu caráter nacional os torneios de futebol elevam sistematicamente à escala da formação socioespacial projeções de transformações e legados pontuais, dando muito peso aos chamados legados intangíveis como o aumento do orgulho patriótico, melhoria da imagem externa e mobilização da identidade cívica, algo bastante destacado na experiência da Catalunha que, ainda que recebesse as Olimpíadas como parte da Espanha, reforçaram esse sentimento de nação presente naquele território.

Os exemplos dos últimos torneios na Alemanha e na África do Sul confirmam essa regra. Embora sejam partes de realidades absolutamente distintas no panorama econômico e geopolítico internacionais, ambos países ressaltam como elementos prioritários do balanço positivo dos legados de suas Copas o fortalecimento da identidade nacional e do orgulho cívico, bem como a melhoria da percepção internacional com relação aos países. Normalmente tais

considerações são realizadas prioritariamente a partir da análise das opiniões de turistas participantes dos eventos.

Por outro lado, tanto Alemanha quanto África do Sul não escapam à regra das projeções superestimadas e exageradamente otimistas. Como lembram Proni, Faustino e Silva (2014), os dados oficiais sobre o estímulo ao trabalho pela Copa no primeiro país sugerem que o evento gerou algo entre 25.000 e 50.000 empregos, a maior parte deles temporários, o que é pouco significativo para mercado de trabalho alemão, que empregava por volta de 40 milhões de trabalhadores em 2006. No mesmo sentido, a taxa de ocupação de hotéis teve diminuição no período (compensada pelo aumento das tarifas), o movimento nos aeroportos verificou pequeno aumento e, embora o turismo tenha crescido, esteve aquém da intensidade prometida.

Da mesma forma, como um dos países mais desenvolvidos do mundo, a Alemanha da Copa contou com melhorias pontuais em infraestrutura, considerando que a modernização dos transportes ferroviários, por exemplo, seria feita mesmo sem o evento. Contudo, é possível considerar a construção e reforma dos 12 estádios como um dos principais legados, tendo em vista o intenso uso regular dos mesmos, baseado em um dos campeonatos de futebol mais ricos e organizados e com a maior média de público do planeta.

Por seu turno, a África do Sul também teve grandes discrepâncias entre as estimativas e o resultado final, a começar pelo custo do evento que foi 17 vezes maior do que a previsão inicial em termos nominais. Outros legados “tangíveis” também ficaram muito longe do que havia sido prometido. A geração de empregos foi um dos pontos com resultado mais decepcionante. Atravessado pela crise econômica internacional, o país esperava utilizar a Copa para gerar cerca de 695 mil novos postos de trabalho, com expectativa de que 280 mil seriam conservados após o evento. Contudo, só no trimestre imediatamente anterior à realização da Copa houve redução de 4,7% do total de ocupados na África do Sul, cerca de 627 mil trabalhadores (COTTLE, 2011). Ao mesmo tempo, dos 10 estádios construídos para a Copa, apenas o Soccer City, em Johannesburgo foi capaz de permanecer gerando dividendos que cobrissem seus custos de manutenção. O restante, verdadeiros elefantes brancos, gerou um grande prejuízo aos cofres públicos com seus altos custos de manutenção e baixa demanda efetiva. Por outro lado, outras obras de

infraestrutura, especialmente no que se refere aos meios de transporte, são considerados legados positivos ainda que tenham sido focados nos setores hoteleiros e mais centrais das cidades.

Quanto à Copa de 2014 no Brasil, a realidade não parece ser tão distinta. A Presidente da República Dilma Rousseff afirmava em sua coluna semanal “Conversa com a Presidente”, no dia 15 de março de 2011:

A Copa não é apenas despesa. O Mundial vai contribuir para o nosso projeto de desenvolvimento, gerando empregos e aumentando a renda do trabalhador. Estimamos que serão criados 330 mil novos empregos diretos e 400 mil temporários. O evento tornará o Brasil uma vitrine internacional –esperamos receber cerca de 600 mil turistas–. No setor de infra-estrutura, os investimentos chegarão a R\$ 33 bilhões, com 68% de participação do governo federal. São recursos destinados à modernização e construção de aeroportos, portos, melhorias no transporte urbano, na segurança e na Saúde. Os investimentos não servirão apenas ao evento. O legado da Copa estará presente no cotidiano de cada um dos brasileiros²⁶.

Meses depois, em discurso proferido na Câmara dos Deputados em Brasília, no dia 8 de novembro de 2011, Ricardo Teixeira, o então presidente da CBF e do Comitê Organizador Local da Copa (COL), expressava seu contentamento com os resultados de um estudo prévio sobre os impactos econômicos da Copa encomendado pelo governo federal a uma empresa de consultoria:

Um recente estudo da Ernst Young mostra que o Brasil terá um impacto sobre a sua produção nacional de bens e de serviços de mais de cento e dez bilhões de reais em consequência da Copa do Mundo; uma previsão de arrecadação tributária adicional de quase vinte bilhões de reais. De acordo com esta pesquisa, somente este valor se aproxima da quantia que, estima-se, será investida em obras de infraestrutura nas doze sedes (COMISSÃO..., 2011 *apud* PRONI, FAUSTINO, SILVA, 2014).

Como é possível notar pelas informações do quadro abaixo, ambos referem-se a estudos distintos encomendados pelo governo que embasaram as projeções oficiais. O primeiro ao qual se refere a Presidente da República fora

²⁶ Disponível em < <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/03/15/conversa-com-a-presidentacoluna-semanal-da-presidenta-dilma-rousseff-15-de-marco>> Acesso em outubro de 2012.

elaborado pela empresa de consultoria Value Partners em 2010 e o segundo, citado pelo presidente da CBF e do COL foi feito posteriormente, em 2011, por uma parceria entre a empresa de consultoria Ernst & Young Brasil e a FGV Projetos.

Quadro 6

**Dados referentes aos estudos-base das projeções oficiais
relativas ao impacto econômico da Copa no Brasil (2010-2014)**

	Value Partners	Ernst&Young/FGV
Atividade econômica	R\$ 185 bi	R\$ 142,4 bi
Geração de empregos	710.000	3.600.000
Total de investimentos	R\$ 33 bi	R\$ 22,5 bi
Arrecadação de tributos	R\$ 16,8 bi	R\$ 18,1 bi
Incremento no PIB	1,3%	1,8%

Até a realização da Copa do Mundo de 2014 ambos os estudos seguiram sendo utilizados como referências do governo federal para a mensuração dos impactos prováveis da Copa sobre a economia do país. O interessante de se notar nas variáveis destacadas é que há uma grande disparidade entre os resultados apresentados pelas duas. Há gritantes diferenças quanto ao incremento no PIB resultante do megaevento e quanto à arrecadação de tributos. No caso dos investimentos elas também existem mas possivelmente têm a ver com a consolidação dos dados de investimentos em infraestrutura com a efetivação da Matriz de Responsabilidades da Copa, o que aproxima o segundo estudo mais do que foi feito na realidade (embora ainda distante dos dados reais). Mas o que realmente chama a atenção é a disparidade entre os estudos sobre o impacto da Copa na circulação monetária – diferença de quase R\$ 40 bilhões – e entre o número de empregos gerados. Fica evidente que os resultados da mensuração dos impactos prováveis deste megaevento sobre variáveis econômicas dependem da metodologia adotada e dos valores imputados a cada vetor do modelo (Cf. PRONI, FAUSTINO, SILVA, 2014).

Dos dados apresentados na tabela, apenas os relativos ao total de investimentos da Copa estão consolidados em documentos oficiais do governo após o evento, representando um montante de R\$ 25,5 bilhões, números que

se situam entre as projeções levantadas pelos dois estudos. Entretanto são informações mais fáceis de serem estimadas em virtude de dependerem de um número menor de variáveis e mais dependentes de ações diretas do governo federal. No único balanço oficial divulgado pelo governo federal²⁷ após a Copa nenhuma das variáveis levantadas no quadro acima foi apresentada, sendo que o grande destaque dos anúncios governamentais foi dado ao comparecimento de 1.015.035 turistas estrangeiros de 202 países, números que superam em muito os 600 mil projetados pelo estudo da Value Partners mas que, ainda assim, têm uma gritante diferença entre os que foram apresentados no mesmo dia pelo Ministério do Esporte, estimados em “quase 700 mil”²⁸. Por outro lado, segundo dados do Banco Central, os gastos do conjunto dos turistas estrangeiros durante o evento no país esteve muito aquém dos cerca de R\$ 5,9 bilhões projetados pela parceria entre Ernst Young e FGV Projetos, ficando na casa dos R\$ 1,5 bilhão.

Mesmo que ainda não seja possível comparar todos os dados das projeções ex-ante por conta da falta de dados fundamentais nos estudos ex-post, Proni, Faustino e Silva constatarem afirmam que já é possível constatar que os dados apresentados anteriormente devem estar em desacordo com o que se apresentou na realidade da Copa, em função dos pressupostos dos quais as empresas contratadas partem para elaborar os estudos.

pode-se argumentar que as projeções divulgadas na mídia superestimaram os impactos esperados para a Copa-2014. O problema, em geral, decorre das seguintes simplificações: i) considerar todos os gastos como geradores de benefícios, sem preocupação com a gestão dos custos; ii) desconsiderar os custos de oportunidade; iii) usar critérios pouco convincentes para a construção do multiplicador; e iv) desconsiderar os efeitos substituição, vazamento e “crowding out”²⁹ para o cálculo dos impactos esperados.

²⁷ Disponível em < <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/brasileiros-garantiram-uma-das-festas-mais-bonitas-do-mundo-afirma-presidenta-sobre-a-copa>>. Acesso em 14 de julho de 2014.

²⁸ Disponível em < <http://www.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/48173-no-balanco-final-ministro-do-esporte-destaca-sucesso-da-copa-do-mundo-no-brasil>>. Acesso em 14 de julho de 2014.

²⁹ O efeito crowding-out corresponde a uma redução no volume de investimento privado (e de outros componentes da despesa agregada sensíveis às taxas de juro), sempre que o Estado aumenta a despesa pública.

Desse modo, os estudos brasileiros não fogem à regra e contrariam a cantilena propagada amplamente como estímulo à competição entre possíveis sedes de que os megaeventos produzem necessariamente impactos econômicos positivos (OWEN, 2005). Um fator importante para que esses dados não se comprovem e a imensa dificuldade de estudos posteriores para repetir os métodos prévios e isolar as mudanças econômicas relacionadas com o megaevento, determinando qual seria o comportamento das variáveis selecionadas se o torneio não tivesse ocorrido (BAADE; MATHESON, 2002 *apud* PREUSS, 2006). De fato a complexidade se dá em função de que, sem levar em conta as dinâmicas globais do modo de produção e as intencionalidades que movem os eventos em sua escala de origem o cálculo dos impactos é sempre abstrato porque busca deslocar o singular do total. Assim, as expressivas diferenças nas condições prévias dos países e cidades que sediam os eventos devem ser também uma variável que determinará o desdobramento das ações contidas em suas determinações. Em países ou cidades onde as infraestruturas são mais precárias, por exemplo, os gastos tendem a ser maiores, bem como os impactos esperados, como demonstram os casos da Alemanha e da África do Sul. Ao mesmo tempo, com um impacto maior de investimentos, os riscos e custos de oportunidade são maiores ainda que normalmente contem com custos de trabalho mais baixos. Os efeitos econômicos também variam de acordo, por exemplo, com a participação do setor público e do setor privado no financiamento.

Medir e avaliar os diferentes impactos econômicos de megaeventos são, portanto tarefas complexas e imprecisas, que não podem ser reduzidas a cálculos econométricos em função de que estes são sempre condicionadas diretamente pelas intencionalidades e projeções de lucro presentes na escala da origem desses eventos. Os maiores propagandistas das benesses dos torneios para o conjunto do país ou das cidades que os sediam são os justamente os setores econômicos que tendem a ser os maiores privilegiados, tendo a clareza de que o megaevento não beneficia a sociedade de maneira equitativa evidência empírica revela que, embora alguns grupos de uma cidade possam lucrar, os outros são onerados. O papel do Estado na determinação das políticas que estruturam esses eventos é também decisivo e a avaliação das transformações na infraestrutura é reveladora.

2.1.2. Apontamentos acerca das transformações da Copa na infraestrutura

O ano de 2007 não ficou marcado apenas por ser o ano em que o Brasil foi anunciado como sede da Copa do Mundo de 2014. Em janeiro daquele ano era lançado o PAC, programa do governo federal que tinha o intuito de promover até o ano de 2010 um conjunto de políticas econômicas que contribuíssem com a aceleração do crescimento econômico brasileiro, tendo como carro-chefe o investimento em obras de infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outras. Após a realização deste ciclo que abarcou todo o segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, a eleição de sua sucessora Dilma Rousseff garantiu a continuidade ao programa com uma segunda edição, o PAC 2, lançado no início de 2011. Nesta, mantiveram-se as orientações gerais do programa anterior: estímulo por meio dos bancos estatais ao crédito e financiamento, desoneração tributária para obras e medidas fiscais de longo prazo. Ao mesmo tempo, incluíram-se no pacote de infraestrutura as obras que serviriam de base para a realização da Copa do Mundo de 2014.

A inclusão das obras da Copa no PAC 2 deu sustentação inicial ao conjunto de medidas previstas para o megaevento constantes na primeira versão da Matriz de Responsabilidades, documento que atribui a cada um de seus signatários (União, Estado, Distrito Federal ou Município) as obrigações na liberação dos recursos e execução das ações de infraestrutura relacionadas à Copa nas 12 cidades-sede, prioritariamente nas áreas de aeroportos, portos, mobilidade urbana, estádios, segurança, telecomunicações e turismo. Segundo o governo federal, a Matriz representaria, conceitualmente, "um plano estratégico de investimento no desenvolvimento do país. São investimentos que já seriam necessários e que acabaram sendo antecipados e priorizados nas 12 sedes pela oportunidade de realizar uma Copa do Mundo no Brasil³⁰".

A Matriz de Responsabilidades pode ser entendida, portanto, como parte do PAC 2, apresentando os valores a serem investidos por meio do evento

³⁰ Disponível em < <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>>. Acesso em 20 de abril de 2014.

Copa do Mundo. Daí poder-se-ia supor que as obras realizadas não figuram apenas como exigências da FIFA para adequar as cidades-sede aos padrões necessários para hospedarem o torneio, mas fazem parte de um programa nacional de investimentos e melhorias já demandadas pelas cidades combinado à realização da Copa no Brasil.

Ao mesmo tempo a Matriz de Responsabilidades também figura como um instrumento ordenador da divisão de tarefas entre os entes federativos. As obras relacionadas aos aeroportos e portos são de responsabilidade federal, as obras relacionadas aos estádios e à mobilidade urbana são de responsabilidade municipal e estadual, embora contem com financiamento federal (BNDES e CEF). Em alguns casos, como na construção de alguns estádios e na concessão de alguns aeroportos, há participação do setor privado. Juntas, as obras em estádios, mobilidade urbana, portos e aeroportos que constam da primeira edição da Matriz de Responsabilidades representam cerca de 90% do montante de investimentos para a Copa, aparecendo no discurso governamental como as principais referências de legados. Entendemos que é importante, portanto, fazer um breve panorama da alteração de qualidade que esses investimentos significaram e das alterações sofridas por eles do projeto à Copa.

2.1.2.1. Estádios

As obras referentes aos estádios da Copa, diferentemente da generalização feita pelo governo federal ao definir conceitualmente a Matriz de Responsabilidades, não constam de projetos estratégicos de investimentos considerados necessários e prioritários previamente pelo poder público e que acabaram por ser antecipados em função dos jogos. Ainda que o Brasil tenha uma cultura de futebol bastante desenvolvida e antiga contando com campeonatos nacionais, regionais e locais regulares em diversos níveis e mantenha participação permanente e protagonista em campeonatos internacionais de clubes e seleções – inclusive como sede – nenhum dos estádios brasileiros utilizados para esses torneios passou pelo crivo da FIFA como apto a receber os jogos da Copa do Mundo. Assim, as construções, reformas e reconstruções de estádios nas 12 cidades-sede foram realizadas

prioritariamente em função das exigências da entidade para que o país pudesse sediar a Copa do Mundo e, a partir disso, representaram grandes oportunidades de negócios especialmente para clubes de futebol e empresas do ramo da construção civil.

Quadro 7

Obras em estádios para a Copa

Cidade	Estádio	Propriedade	Empreendimento	Contrato	Empresa Responsável
Belo Horizonte	Mineirão	Governo estadual	Reforma	PPP (concessão por 25 anos)	Construcap, Engesa e Hap
Brasília	Mané Garrincha	Governo distrital	Reconstrução	Contrato de Empreitada	Andrade Gutierrez, Via Engenharia
Cuiabá	Arena Pantanal	Governo estadual	Construção	Contrato de Empreitada	Santa Bárbara e Mendes Júnior
Curitiba	Arena da Baixada	Privado	Reforma	Privado	CAP/SA
Fortaleza	Castelão	Governo estadual	Reforma	PPP (concessão por 8 anos)	Consórcio Galvão, Serveng e BWA
Manaus	Arena Amazônia	Governo estadual	Reconstrução	Contrato de Empreitada	Andrade Gutierrez
Natal	Arena das Dunas	Governo estadual	Construção	PPP (concessão por 20 anos)	OAS
Porto Alegre	Beira-Rio	Privado	Reforma	Privado	Andrade Gutierrez
Recife	Arena Pernambuco	Governo estadual	Construção	PPP (concessão por 33 anos)	Odebrecht
Rio de Janeiro	Maracanã	Governo estadual	Reforma	Contrato de Empreitada	Andrade Gutierrez, Odebrecht, Delta*
Salvador	Fonte Nova	Governo estadual	Reconstrução	PPP (concessão 35 anos)	OAS, Odebrecht
São Paulo	Arena Corinthians	Privado	Construção	Privado	Odebrecht

Ainda que as obras fossem feitas por exigência de uma entidade de direito privado e beneficiassem diretamente alguns setores do mercado, nenhum dos estádios foi construído, reformado ou reconstruído exclusivamente com recursos da iniciativa privada, na contramão do discurso da realização de megaeventos lucrativos que tomavam como base os Jogos Olímpicos de Los Angeles em 1984, construídos em tese sem intervenção pública. De forma oposta, no Brasil de 2014 as obras nos estádios públicos foram acompanhadas em geral de um grande programa de concessões à iniciativa privada por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Dos 9 estádios públicos que sediaram a Copa, 5 fazem parte desse programa. O Mineirão (Belo Horizonte) e o Castelão (Fortaleza) foram reformados e concedidos à iniciativa privada por 25 e 8 anos respectivamente; a Arena das Dunas (Natal) e a Arena Pernambuco (região metropolitana de Recife) foram inteiramente construídos e concedidos por 20 e 33 anos respectivamente e a Fonte Nova (Salvador) foi reconstruída e concedida por 35 anos. Os estádios serão concedidos a consórcios invariavelmente compostos pelas empreiteiras, construtoras e incorporadoras que ganharam as licitações das obras.

Nos outros 4 estádios públicos foram feitos contratos tradicionais de empreitada, nos quais o governo contrata empresas privadas para realizar as obras. Entretanto, em todos eles – Mané Garrincha (Brasília), Arena Pantanal (Cuiabá), Arena Amazônia (Manaus) e Maracanã (Rio de Janeiro) – já há estudos oficiais ou propostas concretas de privatização como no caso do Maracanã. Parte dos argumentos oficiais para que esses estádios sejam entregues à iniciativa privada mesmo depois de terem gozado de pesado investimento público em suas obras é a incapacidade de garantir público e renda permanentes seja com jogos de futebol, seja com outros eventos, tendo em vista que o padrão FIFA pressupõe a construção de “arenas multiuso”. Tal risco já havia sido apontado por documento de 2010 do Tribunal de Contas da União (TCU), onde apontavam que em Brasília, Cuiabá, Manaus e Natal

o risco da rentabilidade gerada pela arena não cobrir seus custos de manutenção é grande, tendo em vista o indicativo de que o faturamento seria insuficiente para propiciar adequado retorno ao investimento projetado (...) o risco associado à construção de ‘elefantes-brancos’ nas quatro cidades (...) pode ser considerado alto, não somente em virtude de serem locais

com pouca tradição de futebol, mas também pela relação histórica entre público pagante e valor do ingresso. Além disso, os custos de construção por assento em Manaus, Brasília e Cuiabá estão entre os seis maiores das 12 cidades-sedes (...) ³¹.

Como é possível notar nos dados oficiais pós-Copa, os riscos apontados pelo TCU seguem existindo, ainda que o quadro geral demonstre que os problemas de viabilidade possam ocorrer também para estádios como Arena Pernambuco (pior média de público e terceira pior renda embora tenha feito uma boa quantidade de jogos), Castelão (com o tíquete médio mais barato embora mantenha um número razoável de jogos), Fonte Nova (quarta pior média de público, quarto tíquete mais barato, quinta sede com menos jogos e quinta pior renda) e o a privada Arena da Baixada (segundo tíquete médio mais barato, segunda pior renda e pouca quantidade de jogos). Salta aos olhos que as advertências, longe de suscitarem um debate sobre planos concretos de organização e reestruturação do futebol brasileiro a partir da nova realidade que se abriu com os objetos-estádios inseridos no território, caminham para se concretizarem em realidades cuja única solução de viabilidade traduz-se em privatizações que nem sequer parecem ter tanta atenção da iniciativa privada.

Quadro 8

Público e renda do futebol em estádios da Copa após o torneio (até 17/10/2014)*

Cidade	Estádio	Jogos	Média de público	Média de renda	Tíquete médio	Renda total
Belo Horizonte	Mineirão	13	28.996	1.389.882	75	18.068.461
Brasília	Mané Garrincha	4	20.860	1.425.104	68	5.700.416
Cuiabá	Arena Pantanal	13	11.000	449.259	41	5.840.373
Curitiba	Arena da Baixada	10	17.304	354.251	20	3.542.508
Fortaleza	Castelão	14	18.077	317.218	18	4.441.047
Manaus	Arena Amazônia	2	23.905	1.299.650	56	2.599.300
Natal	Arena das Dunas	20	10.151	291.039	29	5.820.771
Porto Alegre	Beira-Rio	11	21.269	759.279	36	8.352.065
Recife	Arena Pernambuco	16	9.769	262.039	27	4.192.618
Rio de Janeiro	Maracanã	28	21.056	659.382	31	18.462.699
Salvador	Fonte Nova	12	14.361	411.016	29	4.932.186
São Paulo	Arena Corinthians	12	29.137	1.831.466	63	21.977.588

³¹ Cf. Processo TC-028.514/2009-0 de junho de 2010.

Fonte: <http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/numerologos/post/pos-copa-maraca-e-o-mais-usado-arena-corinthians-vive-cheia-e-gol-e-no-mineirao.html>

* Jogos com portões fechados na Arena da Baixada e Fonte Nova não estão contabilizados nas médias de público, renda e tíquete médio

Mesmo em estádios privados houve investimento público para além do financiamento federal. O caso da Arena Corinthians em São Paulo é emblemático. Mais de 50% da verba de construção é proveniente de recursos públicos liberados por meio de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (CIDs) concedidos à construtora Odebrecht, responsável também por outras três obras em estádios da Copa. Esses CIDs poderão ser usados para pagamento de impostos e taxas municipais, como o Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), sejam pagamentos próprios da Odebrecht ou de terceiros. O restante da obra foi financiada por meio de empréstimos obtidos do governo federal via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Quadro 9

Financiamento das obras em estádios para a Copa

Cidade	Estádio	Investimento Global (R\$ mi)	Financiamento Federal (R\$ mi)	Investimento Governo Local (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ mi)
Belo Horizonte	Mineirão	695	400	295	-
Brasília	Mané Garrincha	1.403	-	1.403	-
Cuiabá	Arena Pantanal	570	339	231	-
Curitiba	Arena da Baixada	327	234	14	78
Fortaleza	Castelão	519	352	167	-
Manaus	Arena Amazônia	670	400	270	-
Natal	Arena das Dunas	400	397	3	-
Porto Alegre	Beira-Rio	330	275	-	55
Recife	Arena Pernambuco	533	400	133	-
Rio de Janeiro	Maracanã	1.050	400	650	-
Salvador	Fonte Nova	689	324	366	-
São Paulo	Arena Corinthians	820	400	420	-
Total		8.006	3.921	3.952	133

Fonte: Resolução GECOPA (nov. 2013)

Quadro 10

Evolução de investimentos globais em obras de estádios da Copa

Cidade	Estádio	Projeto (R\$ mi)	Investimentos Globais (R\$ mi)		
			Janeiro de 2010	Março de 2012	Novembro de 2013
Belo Horizonte	Mineirão	18	408	695	695
Brasília	Mané Garrincha	5	740	1.016	1.403
Cuiabá	Arena Pantanal	14	440	519	570
Curitiba	Arena da Baixada	13	172	234	327
Fortaleza	Castelão	6	617	623	519
Manaus	Arena Amazônia	15	500	515	670
Natal	Arena das Dunas	16	334	350	400
Porto Alegre	Beira-Rio	não informado	130	330	330
Recife	Arena Pernambuco	10	520	530	533
Rio de Janeiro	Maracanã	não informado	600	808	1.050
Salvador	Fonte Nova	2	590	592	689
São Paulo	Arena Corinthians	5**	235**	820	820
Total		103	5.286	7.032	8.006

Fonte: Resoluções GECOPA

* Inclui projeção de utilização máxima do valor de financiamento pelo Governo Federal

** Dados referentes à projeções de reforma do estádio do Morumbi, projeto que foi abandonado posteriormente em função da construção da Arena Corinthians

É importante ressaltar também que o custo total dos estádios foi revisado de cerca R\$ 5,4 bilhões (incluindo os projetos) para mais de R\$ 8 bilhões, um crescimento de 48% em relação ao previsto em janeiro de 2010. A reformulação do plano de São Paulo que passou a incluir a Arena Corinthians em detrimento da reforma do Morumbi, a explosão de gastos no estádio Mané Garrincha que praticamente duplicou de valor e os o aumento substancial dos valores da reforma do Maracanã merecem destaque. Do total das reformas, mais de R\$ 3,9 bilhões (quase 50%) são financiados por meio de empréstimos obtidos junto aos bancos públicos.

2.1.2.2. Mobilidade Urbana

As obras de mobilidade urbana representam o que havia de mais importante em termos de promessas de legados da Copa do Mundo para a população. As obras nas cidades-sede com previsão inicial de investimento de

mais de R\$ 11 bilhões representariam o maior aporte público para os jogos, realizados mediante empréstimos do governo federal às cidades. Contudo, houve uma significativa diminuição tanto no número de projetos quanto nos valores empenhados.

Contudo, as obras de mobilidade ficaram muito aquém do previsto inicialmente. Dos 50 projetos divulgados nas primeiras matrizes de responsabilidades por cidades-sede em janeiro de 2010, restaram apenas 35 em novembro de 2013. A essas foram acrescidas 10 obras de entorno, que não contavam nos projetos originais, mas sem as quais várias obras como a reforma de estádios e aeroportos, por exemplo, estariam incompletas. Essas 10 obras representam quase R\$ 1 bilhão em investimentos. A título de comparação, caso retiremos as ações de entorno do cálculo, a diferença entre as obras previstas e as realizadas é de quase 40%.

Quadro 11

Obras em mobilidade urbana

Cidade	Janeiro de 2010		Novembro de 2013			
	Número inicial de projetos	Investimento global inicial (R\$ mi)	Número de projetos*	Investimento Global (R\$ mi)	Financiamento Federal (R\$ mi)	Investimento Gov. Local (R\$ mi)
São Paulo	1	2.860	1	549	-	549
Rio de Janeiro	1	1.610	3	1.867	1.179	688
Manaus	2	1.537	0	-	-	-
Belo Horizonte	8	1.522	7	1.406	932	475
Recife	5	712	7	890	678	212
Salvador	1	568	2	19	10	9
Fortaleza	7	562	6	576	411	165
Porto Alegre	10	525	2	16	7	9
Cuiabá	3	481	3	1.719	510	1.210
Curitiba	9	446	10	466	305	161
Natal	2	411	3	472	316	157
Brasília	1	364	1	44	42	2
Total	50	11.598	45	8.024	4.390	3.637

Fonte: Resoluções GECOPA

* Incluídas 10 obras de entorno em Cuiabá (1), Porto Alegre (2), Recife (2), Rio de Janeiro (2), Salvador (2) e São Paulo (1)

Avaliando por cidade, vemos que Porto Alegre, que era a que contava com maior número de obras de mobilidade urbana teve todas as propostas iniciais retiradas da Matriz de Responsabilidades, restando apenas duas obras de entorno incluídas posteriormente. Salvador teve um BRT³² retirado da Matriz em detrimento da inclusão de duas obras de entorno. Manaus contava com duas obras de grande porte – um BRT e um Monotrilho – que representavam o terceiro maior investimento em mobilidade urbana dentre as cidades da Copa e foram retiradas da Matriz. Brasília também teve uma obra de grande porte – um VLT³³ alvo de denúncias de irregularidades na licitação – cancelada em função da ampliação da rodovia DF-047. São Paulo também teve retirada a obra de um Monotrilho em função da entrada de um conjunto de obras viárias no entorno do novo estádio na zona leste da cidade. A única cidade que teve um aumento significativo no investimento em mobilidade desde a divulgação da primeira Matriz de Responsabilidades foi Cuiabá. Embora dois projetos BRTs tenham sido excluídos, foi incorporada a proposta de um VLT ligando Cuiabá a Várzea Grande além de obras no entorno da Arena Pantanal.

2.1.2.3. Aeroportos e Portos

A questão aeroportuária brasileira fez parte de um grande debate sobre a realização da Copa no país. Os graves problemas logísticos, as precárias condições de serviços e o subfinanciamento desse setor foram expostos com muita amplitude a partir da chamada crise aérea que se desencadeou a partir do grave acidente aéreo de 2006 e da posterior greve de controladores de voo e provocaram um amplo debate sobre a possível incapacidade do setor em atender ao possível aumento de demanda provocado pela Copa.

A forte necessidade de investimentos na infraestrutura aeroportuária do país e a iminência da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 serviram de pano de fundo para que o governo federal implantasse uma ampla política de concessões de aeroportos públicos à iniciativa privada.

O primeiro aeroporto a ser concedido à iniciativa privada em contrato de 28 anos foi o de São Gonçalo do Amarante situado na região metropolitana de

³² Bus Rapid Transit ou veículo leve sobre pneus, representa um sistema de transporte de ônibus que opera em faixas exclusivas.

³³ Veículo Leve sobre Trilhos.

Natal, em novembro de 2011. A licitação foi vencida pelo consórcio Infravix formado pela empresa Argentina Corporación América e pelo Grupo Engevix, o mesmo que mais tarde ganharia o leilão do aeroporto JK de Brasília.

Em fevereiro de 2012 os aeroportos de Guarulhos (Cumbica), Campinas (Viracopos) e Brasília (JK) foram leiloados. O primeiro, maior aeroporto do país, foi concedido por 20 anos pelo valor de R\$ 16,213 bilhões ao consórcio Invepar, composto pelas empresas Investimentos e Participações em Infra-Estrutura SA e ACSA (Airports Company South Africa), da África do Sul. O aeroporto de Viracopos (sexto maior do Brasil) teve concessão de 30 anos por R\$ 3,821 bilhões ao consórcio Aeroportos Brasil, composto pela Triunfo Participações e Investimentos (45%), pela UTC Participações (45%) e pela francesa Egis Airport Operation (10%). Já o aeroporto de Brasília (quarto maior) foi arrematado por R\$ 4,501 bilhões em lance feito pelo consórcio Inframerica Aeroportos, composto pelas empresas Infravix Participações SA (50%) e pela argentina Corporación América SA (50%). A concessão dura 25 anos.

Ainda antes da Copa, em novembro de 2013, o governo federal leiloa também os aeroportos do Galeão no Rio de Janeiro e de Confins, na região metropolitana de Belo Horizonte, respectivamente terceiro e quinto maiores aeroportos do Brasil em números de passageiros. O aeroporto do Galeão foi leiloado por R\$ 19,018 bilhões por 25 anos de concessão ao Consórcio Aeroportos do Futuro, composto pelas empresas Odebrecht TransPort (60%) e Excelente B.V./Changi (40%). A Odebrecht Transport, maior acionista do consórcio é uma empresa de infraestrutura do grupo Odebrecht – o mesmo que operou em obras de 4 estádios da Copa – que impulsiona seus empreendimentos nas áreas de mobilidade urbana, rodovias, portos, aeroportos e sistemas integrados de logística. Já o aeroporto de Confins foi arrematado por 30 anos pelo valor de R\$ 1,82 bilhão pelo Consórcio AeroBrasil, composto pela Companhia de Participações em Concessões CPC/CCR (75%), Zurich Airport International AG – (24%) e Munich Airport International Beteiligungs GMBH (1%). A Companhia de Participações em Concessões CPC é controlada pela CCR, grupo de concessão de infraestrutura que atua nos segmentos de concessão de rodovias, mobilidade urbana e serviços. Tem a concessão de 2.437 quilômetros de rodovias em São Paulo, no

Rio de Janeiro e no Paraná. Também tem uma participação na operadora dos meios eletrônicos de pagamento Sem Parar e Via Fácil. Tem participação na ViaQuatro, que opera a Linha 4-Amarela do metrô de São Paulo, e na Controlar, empresa que fazia a inspeção veicular na capital paulista. O grupo também venceu uma licitação do governo da Bahia para construção e exploração comercial do metrô de Salvador.

Dos 6 maiores aeroportos do Brasil apenas o de Congonhas em São Paulo não foi alvo de concessão. Os 5 maiores aeroportos leiloados tinham lucratividade crescente e eram responsáveis pela maior parte do faturamento da Infraero, sustentando a rede de aeroportos regionais em operação em todo o país. Com as concessões, não ficou claro como a Infraero continuará subsidiando investimentos nos demais aeroportos do país, a maioria deficitária e dependente de repasse de verba no esquema de subsídios cruzados, fato que contribui para a diminuição das desigualdades regionais e sociais do país.

Outro dado relevante é que as concessões do setor aeroportuário foram financiadas por dinheiro público a partir de empréstimos assegurados pelo BNDES aos consórcios vencedores do leilão, o que suscitou um grande debate sobre os porquês de um banco público como o BNDES não realizar o financiamento de investimentos em aeroportos diretamente pela Infraero, empresa pública, estatal, que administra 66 aeroportos no país.

No computo geral das obras em aeroportos para a Copa, os consórcios vencedores das concessões realizadas até 2012 entraram com o maior montante de investimentos. Destaque-se que mesmo concedendo à iniciativa privada os maiores aeroportos do país o governo federal ainda teve ampla participação no montante de investimentos, inclusive nos aeroportos de Galeão e Confins, arrematados pela iniciativa privada em leilão no final de 2013.

Quadro 12

Obras em aeroportos e portos

Cidade	Aeroportos			Portos
	Investimento Global (R\$ mi)	Investimento Federal (R\$ mi)	Investimento Inic. Privada (R\$ mi)	Investimento Federal (R\$ mi)
São Paulo	1923	503	1420	0
Campinas	1185	5	1180	0
Brasília	651	9	642	0
Natal	572	197	375	73
Manaus	445	445	0	89
Rio de Janeiro	442	442	0	0
Belo Horizonte	431	431	0	0
Fortaleza	171	171	0	203
Curitiba	157	157	0	0
Salvador	113	113	0	41
Cuiabá	101	101	0	0
Porto Alegre	88	88	0	0
Recife	0	0	0	28
Santos	0	0	0	154
Total	6279	2662	3617	588

Fonte: Resolução GECOPA (nov. 2013)

Organização: PRONI, FAUSTINO, SILVA, 2014

Como lembram Proni, Faustino e Silva (2014) os investimentos em portos foram mais modestos porque não estão previstas grandes reformas e sim expansões restritas aos terminais turísticos. Contudo tiveram grande relevância, tendo em vista que metade das cidades da Copa é litorânea e, além delas, Santos também teve investimentos para a reforma do terminal marítimo do seu porto.

2.1.2.4. Distribuição do custo global dos investimentos

Das análises das três áreas prioritárias para o investimento na Copa, é possível depreender de imediato que há uma significativa diferença entre o investimento público e o privado, com forte peso para a transferência de verbas públicas para a iniciativa privada. Em estádios há um peso muito grande do investimento direto e financiamento públicos mas, como vimos, o programa de parcerias público-privadas e as propostas de privatizações com base em discurso de inviabilidade da lucratividade é bastante forte. Em relação aos

aeroportos repete-se a situação. O pesado programa de concessões dos maiores aeroportos públicos à iniciativa privada não impediu que grande parte dos aportes feitos às obras consideradas necessárias à Copa fossem feitos pelo poder público. Em relação às obras de mobilidade não há evidências de privatizações diretas embora seja possível demonstrar em análises mais acuradas que a imensa maioria dos projetos baseiam-se em obras que conectam aeroportos, estádios e centros comerciais a regiões mais estruturadas, onde há forte presença da indústria do turismo e hoteleira. É importante também que a última divulgação dos dados oficiais pela Matriz de Responsabilidades é do final de 2013 e, com obras em andamento e/ou adiadas, os valores continuam sendo recalculados mesmo após o evento, o que provavelmente deve gerar acréscimos aos custos para os cofres públicos.

Observando-se os investimentos totais, vemos que os custos agregados por obras não são muito diferentes nos três setores, ainda que as obras de estádios e mobilidade urbana (com 35% cada) absorvessem mais investimentos do que as obras de portos e aeroportos (30%). Proni, Faustino e Silva (2014) lembram que a previsão de 2012 apontava um gasto de R\$ 23,1 bilhões, sendo 25% para estádios, 45% para mobilidade urbana e 30% para aeroportos e portos. Um ano depois, o total dos investimentos tinha se reduzido (R\$ 22,9 bilhões), mas a composição do gasto se alterou significativamente com o custo dos estádios representando 35%, equiparando-se aos custos com mobilidade urbana, que diminuiriam. Esta última, apresentada no discurso oficial como possível maior legado da Copa demonstrou perder peso em relação ao aumento do custo das obras dos estádios, obras não definidas anteriormente como prioritárias para a população.

Quadro 13

Custo agregado e distribuição por tipo de obra nas cidades

Cidade	Total (R\$ mi)	Estádios (%)	Mobilidade urbana (%)	Aeroportos e Portos (%)	% do PIB Municipal (2010)
Rio de Janeiro	3359	31,3	55,6	13,2	1,8
São Paulo	3292	24,9	16,7	58,4	0,7
Belo Horizonte	2532	27,4	55,5	17	4,9
Cuiabá	2390	23,8	71,9	4,2	21,6
Brasília	2098	66,9	2,1	31	1,4
Natal	1517	26,4	31,1	42,5	12,6
Fortaleza	1469	35,3	39,2	25,5	4
Recife	1451	36,7	61,3	1,9	4,8
Manaus	1204	55,6	0	44,4	2,5
Campinas*	1185	0	0	100	3,2
Curitiba	950	34,4	49,1	16,5	1,8
Salvador	662	79,9	2,2	17,9	2,3
Porto Alegre	434	76	3,7	20,3	1
Santos*	154	0	0	100	0,6
Total	22697	35	35	30	2

Fonte: Resolução GECOPA (nov. 2013)

Organização: PRONI, FAUSTINO, SILVA, 2014

* Cidades que receberão investimentos mas não vão sediar os jogos

Em relação à distribuição dos investimentos nas cidades fica evidente também o reforço à lógica de concentração regional já existente no país. Rio de Janeiro (que também é a “cidade olímpica”), São Paulo e Belo Horizonte concentram cerca de 40% do total. Além disso, as paulistas Campinas e Santos que não receberam jogos da Copa também receberam investimentos em aeroporto e porto, respectivamente. Salvador e Porto Alegre foram as cidades-sede que receberam menos aportes para infraestrutura. Não por acaso são cidades nas quais os recursos para mobilidade urbana representam parcela muito pequena do total de investimentos. O mesmo acontece com Brasília, onde o desequilíbrio é resultado também de ter o maior custo nas obras de estádio, e em Manaus que ao fim ficou sem nenhuma obra de mobilidade urbana. Por seu turno, Cuiabá e Recife foram as cidades onde essas obras foram as mais representativas (72% e 61%), seguidas de Rio de Janeiro e Belo Horizonte (55,6% e 55,5%).

Relacionando os dados totais ao percentual que representam do PIB é possível notar o quanto as obras são impactantes em cidades onde a

infraestrutura é mais precária tal qual acontece, em outra escala, com países com menor infraestrutura que recebem as Copas do Mundo. Cuiabá (21,6%) e Natal (12,6%) são as cidades onde os investimentos representaram maior percentual geral, embora em termos absolutos sejam apenas a quarta e a sexta cidades em investimentos. Merece destaque também a relação na cidade de Recife: é a quarta com percentual mais significativo (4,8%) embora seja somente a oitava em números absolutos. Por outro lado, para Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente primeira e segunda cidades-sede com maiores aportes em infraestrutura, o impacto dos investimentos na economia é pouco representativo (1,8% e 0,7%). É perceptível que ao estabelecer como regra prioritária para a Copa a internalização da competição entre lugares, estimulando ainda mais a lucratividade das corporações por meio do barateamento dos serviços e da exploração de vantagens locais, o reforço da desigualdade regional também se mantém.

Quadro 14

Custo global e fonte dos recursos

Área	Gasto total estimado (R\$ mi)	Financiamento federal (R\$ mi)	Recursos da União (R\$ mi)	Estados e municípios (R\$ mi)	Setor privado (R\$ mi)
Mobilidade Urbana	8024	4378	18	3628	0
Estádios	8005	3920	0	3952	133
Aeroportos	6281	0	2663	0	3618
Segurança	1879	0	1879	0	0
Portos	587	0	581	6	0
Telecomunicações	404	0	404	0	0
Instalações Complem.	209	0	0	209	0
Turismo	180	0	163	17	0
Total	25569	8298	5708	7812	3751

Fonte: Resolução GECOPA (nov. 2013)

Organização: PRONI, FAUSTINO, SILVA, 2014

Para efeitos de cálculos finais convém recordar que a Matriz de Responsabilidades passou a incluir também os gastos com obras na área de Telecomunicações (R\$ 404 milhões), com Segurança Pública e Defesa (R\$ 1,9 bilhão) e com Desenvolvimento Turístico (R\$ 180 milhões). Ao lado das despesas com as instalações complementares e provisórias para os eventos

esses projetos – custeados em primeiro lugar pelo governo federal com recursos da União, mas também por estados e municípios – fazem com que chegue neste momento a cerca R\$ 25,6 bilhões o custo global da Copa.

Em relação à participação do Estado no custeio das obras da Copa é possível atribuir 22% (R\$ 5,7 bilhões) do total projetado diretamente à União, mais 32,5% (R\$ 8,3 bilhões) sendo financiados pelo governo federal por meio e 30,5% (R\$ 7,8 bilhões) cabendo diretamente principalmente aos estados mas com parte coberta também por municípios. Apenas 15% (R\$ 3,8 bilhões) representam recursos diretos da iniciativa privada. Como a maior parte dos financiamentos foi contratada por governos estaduais para a construção ou reforma de estádios e para obras de mobilidade urbana, o setor público (União, governos estaduais e prefeituras) é responsável por mais de 80% dos gastos totais.

Todo esse quadro nos permite reafirmar que o evento Copa é antes de mais nada um grande mobilizador de recursos públicos em função de interesses privados. É notável que quatro décadas após as Olimpíadas de Los Angeles estabelecerem como paradigma a organização do megaevento considerado o grande exemplo de lucratividade contando apenas com recursos privados, os investimentos em infraestrutura para a Copa do Mundo no Brasil tenham tanto volume de gastos públicos em obras que serão geridas/apropriadas pela iniciativa privada. Mesmo nas obras onde há apenas financiamento público que deverá ser ressarcido por agentes privados, há uma contribuição para a perda geral de capacidade do Estado em dinamizar a economia, uma vez que implicam ou no crescimento da dívida pública ou na redução do gasto das diferentes esferas de governo envolvidas (DOMINGUES; BETARELLI JR.; MAGALHÃES, 2011, p. 430).

Esse grande processo de privatização é marcado pelo discurso da urgência das obras do megaevento, o mesmo que causou a morte de 8 operários nas obras da Copa em todo o país. O mesmo discurso é exigente quanto à materialização dos acordos e contratos entre o poder público e as empresas interessas por meio de leis e regras oficiais que garantam a execução dos planos e a realização dos investimentos da forma como foram previamente concebidos. De maneira vertical e hierárquico, os aconteceres decorrentes da Copa do Mundo promovem grandes transformações, podem

dinamizar a economia, gerar de forma efêmera empregos e renda mas têm na outra face da moeda a criação de um verdadeiro estado de emergência que pode se traduzir também em efeitos como o endividamento público, a pressão inflacionária e o aumento das desigualdades regionais. A reação dos lugares a todos esses processos pode também representar um desdobramento crítico do megaevento.

2.2. Padrão normativo da Copa no Brasil

Um importante caminho para buscar entender a força das transformações que um acontecimento do porte da Copa do Mundo pode exercer não só nas cidades que a sediaram, mas também na própria formação socioespacial brasileira de conjunto, é analisar como se dão as mudanças nas “regras do jogo” nacionais, isto é, quais as relações entre as mudanças no território e as normas que foram criadas para regê-lo.

A produção das normas está associada diretamente às resultantes das contradições referentes à complexidade das relações sociais e entre a sociedade e a natureza. Essas relações são mediadas pelas técnicas e seus objetos, que são resultantes dessa interação. Esses objetos técnicos presentes no território condicionam as ações por meio de uma infinidade de normas de naturezas técnicas, organizacionais e políticas diversas. A norma emerge então como “resultante de um condicionamento que produz a rotinização de um dado evento” (ANTAS JR., 2005, p. 59).

2.2.1. Normas e território

Nos dias de hoje o território é formado cada vez mais por objetos planejados para exercer funções precisas e delimitadas e essa especialização é justamente o que os torna “endurecidos”, incapazes de desempenhar papéis diferentes do que aqueles para os quais foram concebidos (SILVEIRA, 1997, p. 35). A exatidão e o pragmatismo para a definição das ações e localizações para as quais a produção desses objetos vai servir são, portanto, condicionantes para a produção de outros objetos e ações futuras, criando *normas* que “aperfeiçoam e completam o modo de usar os objetos”.

Num período de grandes transformações, os lugares acolhem novos objetos e novas formas organizacionais e contribuem, desse modo, para mudar o valor das normas vigentes. Portanto, certas normas, próprias de outras divisões do trabalho, conhecem uma obsolescência e não dão conta da regulação dos sistemas de engenharia refuncionalizados por uma nova racionalidade hegemônica. Mas, num processo dialético, algumas normas, pertencentes à atual ordem global,

antecedem a modernização material e chamam a si objetos e ações contemporâneos (SILVEIRA, 1997, p. 36).

Tendo em vista a exatidão e o pragmatismo com os quais são projetados, os objetos requerem também formas de usa-los precisas, sendo que sua produção também exige, em primeiro lugar, a elaboração de um conjunto de *normas técnicas* cada vez mais homogeneizadas, estandardizadas, compatíveis com as necessidades de fluidez dos negócios que são operacionalizados em escala global.

Alguns tipos de empresas, por exemplo, produzem objetos que demandam a existência de sistemas técnicos padronizados, como ocorre no setor de eletrodomésticos. Elas impõem normas de uso que direcionam em alguma medida as ações dos indivíduos. A própria organização territorial das empresas (para realizar a produção e a circulação das mercadorias) é estruturadora de normas, as quais regulam comportamentos de parte de uma metrópole, de uma cidade inteira ou mesmo de regiões extensas, se considerarmos empresas como as fornecedoras de energia ou de abastecimento de água. (ANTAS JR., 2005, p. 55)

Partindo da premissa de que o espaço geográfico é constituído por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (Cf. SANTOS, 2009) e que as normas são justamente resultantes dessa relação, há consequentemente *densidades normativas* diversas de acordo com a distribuição desses elementos no território. A densidade normativa é, portanto, proporcional ao volume de sistemas e objetos técnicos. Onde há mais urbanização e maior quantidade de infraestruturas é maior a *espessura normativa* e a complexidade das ações. Em decorrência desse aumento da complexidade normativa, essas normas técnicas que funcionalizam as ações também são acompanhadas diretamente por *normas organizacionais*, especialmente quando se observa a busca obsessiva das empresas para garantir ao máximo a relação fluida entre as firmas e destas com os consumidores e a força de trabalho, em face à rigidez dos objetos fixados nos territórios (SILVEIRA, 1997, p. 37).

Grande parte dessas normas tornam-se também jurídicas com o intuito de regular a relação desses sistemas (ANTAS JR., 2005, p. 52). A partir das relações contraditórias entre as classes sociais esse processo consolida

também a *normatização política* dos territórios. Os sistemas jurídicos que têm a função de reger as ações no território são alimentados por todos os agentes que participam da produção do espaço geográfico. Daí decorre que os agentes com maior capacidade de produção são também os que têm maior condição de produzir de forma hegemônica as normas que facilitem a regulação de suas ações. Depreende-se assim que o espaço geográfico é fonte material e não-formal do direito (Cf. ANTAS JR, 2005), abrigando e protagonizando suas contradições.

2.2.2. *Pluralismo jurídico e esvaziamento da política na globalização*

Como os sistemas normativos que constituem as diversas formas de direito têm íntima relação com as formações territoriais, as amplas transformações provocadas pela mundialização do capital não deixam incólume a estruturação jurídica do planeta. O processo de acumulação e centralização de capitais sem precedentes na história da humanidade ao qual já nos referimos (Cf. CHESNAIS 1996; 1998 e HARVEY, 2004), fruto do avanço das forças produtivas tendo como carros-chefes as tecnologias de informação e comunicação, tem conferido um igualmente inédito acúmulo de poder de regulação territorial às corporações transnacionais.

Diferentemente do momento onde imperou a produção de normas vinculadas ao Estado-nação, neste novo período as normas jurídicas projetadas para facilitar as ações das corporações transpõem as fronteiras e constituem um sistema organizacional também transnacional (ANTAS JR, 2005, p. 135). Não por acaso, após a segunda metade do século XX ganhou impulso um sistema internacional que consolidou a força de poderosas instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) *pari passu* ao vertiginoso crescimento do poder das empresas multinacionais.

Há, em curso, uma interpenetração dos grandes sistemas de direito, forjada pelas empresas transnacionais, com o objetivo de usufruir intensamente das possibilidades e potencialidades

de cada território nacional, ainda que isso venha a ferir o equilíbrio das formações socioespaciais. (ANTAS JR, 2005, p. 139)

As corporações passam a priorizar sua preparação para intervir e se adequar da melhor forma às possibilidades e limitações colocadas pelos ordenamentos jurídicos nacionais com o intuito de maximizar a eficiência de suas ações e aumentar sua lucratividade. Ao mesmo tempo atuam de forma a garantir que as legislações nacionais incorporem cada vez mais em suas leis as demandas corporativas e a flexibilidade necessária às suas ações hegemônicas, como foi possível verificar durante a Copa do Mundo de futebol no Brasil.

De acordo com José Eduardo de Faria (1999) o contexto em que vivemos, no qual é inegável o reaparecimento do pluralismo jurídico, impõe ao direito positivo monístico – para o qual direito e Estado se confundem – uma “exaustão paradigmática”. O monismo jurídico é apenas aparente, tendo em vista que aumentou substancialmente a capacidade das corporações de criarem “novas juridicidades” (ANTAS JR, 2005:60).

O fim do sistema econômico nacional autossustentado, onde o contexto internacional deixa de ser o desdobramento de realidades primárias, determina a crise da concepção jurídica determinada pelo princípio da soberania do Estado-nação onde o poder soberano seria uma força independente, inalienável e exclusiva no âmbito de um território. A força irredutível da economia globalizada arrasta as alterações nas estruturas jurídicas a ponto de colocar ao direito positivo monístico os dilemas de, por um lado, manter-se fiel à integridade lógica e à racionalidade formal correndo o risco de não acompanhar as mudanças e ser funcionalmente ineficaz; e por outro lado tentar controlar e disciplinar diretamente todos os setores da vida social correndo o risco de ver comprometida a sua identidade sistêmica.

Estamos diante de um novo momento para o direito, no qual a soberania dos Estados sobre os territórios é parcial ou mesmo formal, especialmente para algumas questões em que o poder estatal vem validar decisões de fóruns anteriores. Há limites substantivos ou materiais à sua autonomia decisória. A força jurídica de quem tem o efetivo poder de influenciar a economia e o posicionamento dos objetos no território estabelece no mais das vezes a perda

de condições objetivas para o Estado-nação implementar as políticas monetária, fiscal, cambial e previdenciária de modo independente. Nas malhas da globalização, a estrutura jurídica o território perde exclusividade: a regulação é feita pelo Estado, mas também pelas corporações e pelas instituições civis não estatais, especialmente as de alcance planetário (ANTAS JR, 2005, p. 19). Ressalte-se que

A crise de regulação que o Estado atravessa neste período não se dá em função de uma obsolescência de sua forma e de seu ente; reside, antes, na crença de que ele é o único a regular o território que está circunscrito (...) Ao contrário, em termos de organização judiciária, o Estado tem se fortalecido amplamente com o claro fito de consolidação de seus papéis (...) a denominada desregulamentação da economia não pode ser confundida com a perda das funções do Estado; ela significa, antes, uma transformação impingida pela pressão do sistema financeiro mundial, de onde se destaca também o empenho das transnacionais para alterar a legislação brasileira (ANTAS JR., 2005, p. 44,45).

A pressão transnacional para ampliar a “competitividade sistêmica” fundamenta-se em sua capacidade de determinação das normas técnicas e organizacionais que regem a produção dos territórios. As legislações nacionais – como é o caso da brasileira diante da força corporativa dos megaeventos – passam a ter menos impacto sobre decisões, sobretudo de investimentos, dos agentes econômicos transnacionais, movidos pela comparação das condições relevantes de produção em escala global. Cabe ao Estado o papel da “mediação executiva” e ganham força os processos informais de negociação que escapam ao embate nos poderes eleitoral, legislativo e judiciário (FARIA, 1996).

Paralelamente, esses procedimentos corporativos informais construídos a partir da lógica do sistema produtivo das grandes corporações ganham corpo como *modus operandi* internacional que passa a se confundir com a elaboração das normas e procedimentos jurídicos estatais. A lógica corporativa compele, arrasta as legislações vigentes e “naturaliza-se” como norma também dos Estados Territoriais.

Internamente aos Estados Territoriais, desencadeia-se uma série de desequilíbrios em todas as escalas (nacional, regional e local), pois o direito positivo – romano germânico, como é o

caso dos países latino-americanos -, que é por definição um sistema fechado e centrado na autoridade governamental, está perdendo dia a dia sua capacidade de regulação, e não consegue mais dar conta de arrefecer os interesses contraditórios inerentes à sociedade (ANTAS JR, 2005, p. 145).

Os agentes com maior capacidade de produção do espaço também são os que estabelecem as novas normas hegemônicas, isto é, consolidam-se como os novos e efetivos centros do poder de regulação. Para facilitar a fluidez de suas ações, estabelecem as regras à imagem e semelhança de suas práticas. As operações internacionais que invadem os territórios nacionais trafegam por redes formais e informais de interesses, substituindo os espaços da política pelo mercado e fortalecendo a mediação e a arbitragem dos interesses corporativos à margem das jurisdições tradicionais (FARIA, 1996, p.155).

A emergência do novo pluralismo jurídico é assim a sobreposição, articulação, intersecção e interpenetração de vários espaços jurídicos para além do direito positivo posto pelo Estado. O Estado-nação perde a condição de unidade central e exclusiva de gestão econômica, direção política, controle social e iniciativa legislativa, passando a ser mais um entre muitos e poderosos atores sociais globalizados. As Constituições não são mais as normas fundamentais e centros emanadores do ordenamento jurídico e, em muitos casos, funcionam apenas como plataforma de luta pelos agentes hegemonzados.

A outra face dessa desregulamentação jurídica de ordem econômica sem precedentes impulsionada pelos agentes hegemônicos é também a desorganização da permeabilidade das leis aos agentes hegemonzados. Faria refere-se a uma substituição da democracia representativa pela “democracia organizacional” (FARIA, 1996, p. 170).

Sob a égide da globalização as decisões políticas são condicionadas por vantagens competitivas dos agentes econômicos e não mais pelo conflito de interesses. Por isso também há a perda de importância das instituições tradicionais da democracia representativa (voto, eleições, parlamento) em detrimento da garantia, por intermédio de normas procedimentais, das condições de desenvolvimento do jogo de interesses viabilizador da máxima acumulação de riqueza. Esse caráter fragmentador, baseado na capacidade

competitiva das organizações é um poderoso elemento de esvaziamento do processo democrático que busca, em última instância, a supressão do político.

2.2.3. Leis da Copa

Como evento portador das intencionalidades contidas na dinâmica técnica e normativa que se difunde em escala global, a organização da Copa do Mundo de futebol no Brasil pressupôs, desde que o país alcançou o status de sede, uma série de compromissos e alterações no ordenamento jurídico-normativo nacional para atender às exigências da FIFA. Como uma forma de acontecer hierárquico, a Copa exigiu um caráter organizacional novo para garantir que a execução das obras nas cidades e efetivação dos negócios previstos pelo evento não precisassem passar por determinados “entraves” político-administrativos como transparência nas transações, avaliações de impactos ambientais, percepção integral de direitos trabalhistas e humanos, etc. As exigências da FIFA impulsionaram um rearranjo no conjunto das esferas institucionais não só do governo federal, mas também nas cidades-sede que tiveram que criar mecanismos próprios de governança para o evento.

Figura 2 - Câmaras Temáticas

Figura 3 - Estrutura do governo brasileiro para a Copa

Figura 4 - Governança: COL, CGCOPA e Cidades-sede

Fonte: Ministério do Esporte

No âmbito federal foram criadas nove Câmaras Temáticas com o intuito de coordenar políticas sobre: Estádios; Segurança; Saúde; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Desenvolvimento Turístico; Promoção Comercial e Tecnológica; Cultura, Educação e Ação Social; Transparência; e Infraestrutura. Tais Câmaras tinham a função de se articular a partir do Plano Estratégico da Copa organizado pelo Comitê Gestor da Copa (CGCOPA), órgão que envolveu 23 estruturas nacionais entre ministérios, secretarias federais e controladorias, sob o comando do Grupo Executivo da Copa (GECOPA), composto pelos Ministérios do Esporte, Fazenda, Planejamento, Turismo e Casa Civil. O GECOPA na prática funcionou como o comando do governo federal em todo o processo da Copa, sendo o responsável por garantir toda a realização do evento em parceria com o COL, entidade de direito privado respaldada pela FIFA, com a própria FIFA na figura de seu secretário geral Jérôme Valcke, e com as 12 cidades-sede.

Quadro 15

Mudanças no quadro jurídico-normativo brasileiro para a Copa do Mundo de futebol

Leis	Data	Descrição	Objetivo
	15/06/2007	Garantias Governamentais à FIFA	Documento de compromisso do governo federal brasileiro com as exigências da FIFA para a realização da Copa
Decreto 7319	28/09/2010	Renúncia fiscal para construção de estádios	Regulamenta o Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol – RECOPA
Lei 12348	15/12/2010	Lei do Endividamento	Amplia o limite de endividamento de Municípios para financiamento de infraestrutura para a Copa e Olimpíadas
Lei 12350	20/12/2010	Lei de Isenção Fiscal	Promove desoneração tributária de subvenções governamentais à FIFA e agregados (regulamentada pelo decreto 7578 de 11/10/12)
	datas diferentes	Acordo FIFA com as cidades-sede	Contrato padrão entre a FIFA e as cidades-sede, com todas as exigências e atribuições de cada cidade (regulamentados por leis e decretos municipais específicos)
Decreto 7531	21/07/2011	Privatização dos Aeroportos	Inclui os aeroportos de Viracopos, Cumbica e JK no Programa Nacional de Desestatização - PND
Lei 12462	04/08/2011	Regime Diferenciado de Contratações (RDC)	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e altera a lei de licitações (regulamentado pelo decreto 7581 de 11/10/11)
Lei 12663	05/06/2012	Lei Geral da Copa	Lei de ordenamento geral para a realização da da Copa (regulamentada pelo decreto 7783 de 07/08/12)
Decreto 7896	01/02/2013	Privatização dos Aeroportos	Inclui os aeroportos de Galeão e Confins no Programa Nacional de Desestatização - PND

Todo esse arranjo institucional foi fundamental para que se executassem as transformações jurídicas que deram a garantia formal à FIFA de que seriam cumpridos os requisitos para a realização dos jogos no Brasil. Em nome das demonstrações que o país deveria dar aos olhos do mundo de que estaria inteiramente preparado para receber o evento, o arcabouço legal, jurídico, constitucional, tonou-se peça flexível. Com base na construção sistemática de uma “situação de emergência” para atender aos reclamos da entidade maior do

futebol, foram criados novos parâmetros e normas que produzissem as cidades de acordo com as necessidades estabelecidas pelas entidades e corporações organizadoras dos jogos.

Em nome da “urgência” imposta pelo cronograma de obras novas leis são criadas, parâmetros urbanísticos são modificados sem atender às disposições constitucionais, impostos são dispensados, estruturas paralelas e formas particulares de exercício do poder e de realização de serviços são instituídas.” (OLIVEIRA; GAFFNEY, 2010)

Ainda assim, parte importante das regulações normativas e dos fatos políticos impulsionados pela realização dos megaeventos no Brasil passaram por fora inclusive da formalização jurídica. São inúmeras as denúncias de violações de direitos, constrangimentos de moradores de regiões ameaçadas de despejo, incêndios em favelas em áreas de alto valor imobiliário, intervenções privadas, militarização, repressão policial ilegal e sonegação sistemática de informações. Embora prevista em Lei, a participação popular – especialmente dos atingidos pela obra da Copa – nos processos decisórios sobre as obras na cidade é praticamente nula. Paralelamente, a questão da corrupção, malversação do dinheiro público é pública e notória. Neste espaço, a partir da análise de documentos e leis, apresentaremos parte das mudanças consideradas legais que configuram mais acentuadamente esse “estado de exceção” promovido pela Copa na organização da formação socioespacial e especialmente das cidades.

2.2.3.1. Garantias Governamentais

Do ponto de vista dos compromissos normativos a entrada oficial do Brasil no evento organizado pela FIFA deu-se a partir das assinaturas (em 15 de junho de 2007) do “Documento de Garantias Governamentais” pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, por onze ministros e pelo Advogado-Geral da União. No texto de apresentação do documento endereçado ao presidente da FIFA Joseph Blatter, o então presidente brasileiro, utilizando-se do discurso de comoção recorrente nas sedes dos jogos, assegura que todas as exigências da entidade maior do futebol serão

atendidas, ainda que nenhuma instância além do poder executivo estivesse suficientemente informada ou tivesse feito qualquer discussão sobre o tema.

(...) Nos próximos anos, o País irá fazer o que for necessário para sediar esse grande espetáculo da bola, construindo novos estádios ou melhorando os já existentes. Temos uma infraestrutura de transportes e hotéis e iremos aperfeiçoá-la ainda mais. Para isso, formamos uma única torcida, reunindo os esforços dos governos federal, estadual e municipal, com apoio do Legislativo e do Judiciário, bem como da iniciativa privada e de toda a sociedade brasileira. Uma demonstração dessa disposição é o fato de termos assinado todas as garantias governamentais, solicitadas pela FIFA.

A retórica de “torcida comum” pelo megaevento, uma constante durante todo o processo de preparação da Copa, serviu à política do fato consumado, isto é, a partir de um suposto consenso estabelecido em torno dos benefícios que a Copa traria à sociedade brasileira e da pressão que este consenso exerceria sobre os outros entes públicos, em especial das instâncias legislativas, assegurar a regulamentação de onze pontos específicos para garantir o pleno atendimento das exigências prévias da FIFA. São eles: vistos de entrada e saída do país; vistos de trabalho; direitos e impostos aduaneiros; isenção fiscal geral; proteção e segurança; câmbio estrangeiro e bancário; imigração, alfândega e procedimentos de check-in; proteção e exploração dos direitos comerciais; indenização; telecomunicações e tecnologias de informação.

A partir das Garantias Governamentais foi empreendido um grande esforço de alterações jurídicas e arranjos políticos que permitissem ao governo brasileiro o cumprimento dos acordos com a FIFA. Tal empreita resultou em uma enorme quantidade de portarias, decretos, medidas provisórias que depois ganharam força de lei e leis que acabaram por estabelecer uma nova regulação para o território brasileiro. Muitas delas com efeitos duradouros para além da Copa do Mundo.

2.2.3.2. Lei Geral da Copa

Embora tenham ocorrido muitas alterações no aparato jurídico brasileiro em função do megaevento, a opção do governo foi buscar reunir muitas das

respostas às exigências da FIFA em uma norma que ficou conhecida como Lei Geral da Copa. Nela os temas do Documento de Garantias Governamentais relacionados a aspectos como a proteção e exploração dos direitos comerciais (áreas de restrição comercial, captação e transmissão de imagem e som, direitos de propriedade industrial), venda de ingressos, vistos de entrada e permissões de trabalho, entre outros foram contemplados ainda que tivessem que confrontar temas assegurados pela legislação vigente no país como no Estatuto do Torcedor e no Estatuto do Idoso.

Como principal instrumento de regulação jurídica do evento, foi também alvo de mobilização contrária que reuniu movimentos sociais e atingidos pelas obras da Copa em todo o Brasil. Segundo um manifesto contrário à Lei organizado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP, 2012),

A Lei Geral da Copa não é tão “geral” assim. Em primeiro lugar, porque, longe de proteger o interesse público, ela tem por base contratos e compromissos particulares, ou seja, interesses privados. Além disso, não abrange a totalidade das intervenções no ordenamento jurídico brasileiro para os megaeventos, já que não é a primeira e pode não ser a última das leis aprovadas sobre o assunto. Em cada cidade já foram emitidas “leis de segurança”, “leis de isenção fiscal”, “leis de restrição territorial”, “leis de transferência de potencial construtivo”, etc

O longo e detalhado documento apresentado pela ANCOP, critica a construção da Lei Geral da Copa por entrar em contradição com a Constituição e o suporte legal mais geral do país ao passo em que paralelamente não estabelecia toda a normatização da Copa, abrindo espaço para o surgimento de inúmeros outros projetos que, associados à Lei Geral, feririam a Soberania do Estado³⁴ e confrontariam diretamente direitos adquiridos³⁵.

2.2.3.3. Contrato das Cidades Sede

³⁴ Como o PLS n. 394/2009 que propõe que símbolos, expressões e apelidos corriqueiros como “Seleção Brasileira de Futebol” tornem-se propriedade exclusiva da CBF.

³⁵ Como o PLS n. 728/2011 que, segundo Carlos Vainer “restringe o direito à greve a partir de três meses antes do início da Copa do Mundo, abre a possibilidade de proibição administrativa de ingresso de torcedores em estádios por até 120 dias, instaura uma série de novos crimes – entre eles, o tipo penal de “terrorismo”, hoje inexistente no Brasil, com pena de até 30 anos de reclusão – e prevê tanto justiças especiais quanto procedimentos de urgência para julgá-los”.

A concretização de parte das normas englobadas pela Lei Geral da Copa se deu nas cidades-sede da Copa por meio dos chamados *Host City Agreements* ou Contrato das Cidades-Sede, onde foram acrescentadas as especificidades e os detalhamentos das responsabilidades dos órgãos municipais com o evento. Este documento segue o modelo utilizado pela FIFA para as cidades que sediaram a copa sul-africana e tornou-se de difícil acesso por conta de uma cláusula de confidencialidade que, no caso brasileiro, acabou por ser derrubada pelo Ministério Público Federal. Assim, ainda que não tenham sido alvo de ampla divulgação pelas prefeituras que o assinaram, foi possível ter acesso e explicitar o nível de controle hierárquico que a FIFA estabelece sobre as cidades que sediam a Copa.

Boa parte do contrato diz respeito a questões de marketing, uma forma de preservar os interesses da Fifa e de seus parceiros comerciais. Entre as muitas normas que asseguram, entre outros assuntos, a exclusividade na utilização das expressões “Copa do Mundo”, “Copa do Mundo do Brasil 2014”, “São Paulo 2014”, etc., está o Programa de Proteção de Direitos comerciais. Nele há toda uma série de exigências que devem ser atendidas, dentre as quais podemos destacar a alínea do ponto 28.2:

(d) decretar, sob as instruções da FIFA e em total cooperação com a FIFA e o COL, estatutos e/ou decretos e/ou regulamentações municipais apropriados que possam ser exigidos, entre outros, para darem suporte à legislação governamental nacional que proíbe qualquer ato de Marketing de Emboscada³⁶ e/ou qualquer uso não autorizado das Marcas da Competição, incluindo, sem limite, estatutos e/ou decretos e/ou regulamentações que permitem aos representantes autorizados da FIFA imediatamente confiscarem qualquer material e/ou pararem qualquer atividade que constitua um ato de Marketing de Emboscada ou que transgridam as Marcas da Competição. Tais estatutos ou decretos municipais deverão ser decretados não após 9 (nove) meses após a seleção da Cidade Sede pela FIFA

³⁶ Segundo o contrato, “ ‘Marketing de Emboscada’ significa qualquer tentativa, por parte de qualquer entidade não autorizada, de explorar a imagem nas competições ou obter associação com a FIFA e/ou uma ou ambas as Competições, seja ou não em detrimento das Afiliadas Comerciais ou Emissoras, e seja ou não por meio de um uso não autorizado das Marcas da Competição, ingressos de Jogos ou de outra forma. (Cláusula 1.1)

Há critérios com prazos determinados e absolutamente rígidos sobre como devem proceder as autoridades municipais para garantir o êxito comercial esperado pela FIFA por meio de mudanças jurídicas específicas e muito claras que deem autoridade à FIFA inclusive de confiscar e punir atividades fora do padrão comercial desejado. Além disso, a mesma cláusula do contrato prevê uma apropriação privada de agentes policiais e autoridades públicas que devem ser destacados para estar a serviço da FIFA, à medida que responsabiliza a cidade sede por assegurar um número apropriado de oficiais que estejam “à disponibilidade da FIFA” para serem treinados dentro do perfil exigido pelo Programa de Proteção de Direitos.

Ao longo do texto, o documento também entra em detalhes sobre, por exemplo, a decoração que deve ser padronizada e exclusiva, destacando as marcas e os parceiros autorizados da FIFA. No mesmo rumo, determina que a cidade sede esteja preparada de modo a se apresentar “o mais atrativa possível”, tomando medidas como a obstrução da visão de “grandes locais de construção visíveis ao público” que estejam próximas aos entroncamentos de transportes das Cidades Sede, aos estádios e áreas de entretenimento da FIFA, chegando a ponto de determinar que “qualquer construção que esteja em progresso no início da Competição deverá ser temporariamente suspensa durante o período da Competição” (cláusula 32).

FIFA e COL ainda puderam ainda reivindicar o fechamento de ruas de acordo com o que as entidades considerassem “razoável”. De acordo com a cláusula 22.2, “a cidade sede deverá, sob pedido razoável da FIFA e/ou do COL, a qualquer momento durante o período da competição, fechar o acesso público a qualquer via dentro da cidade sede”. Também faz parte das exigências da FIFA a reorientação dos sistemas de transportes nas cidades-sede, que deve tomar todas as medidas cabíveis, “incluindo os necessários decretos e estatutos municipais” para implantar um tipo de gerenciamento de transportes adequado ao que é exigido e também providenciar qualquer assistência requerida pela FIFA (22.1)

Também os eventos culturais e de qualquer espécie que pudessem ocorrer nas cidades-sede requeriam autorização prévia da entidade. Entre os dias que antecedem os dias de jogos e os dias posteriores são proibidas pelo contrato quaisquer eventos na cidade sede que não sejam os próprios eventos

organizados pela FIFA. Tal exigência gerou uma reorganização do calendário de festas populares como as festas juninas, especialmente nas cidades-sede nordestinas.

Esse controle territorial e vertical da FIFA sobre parcelas importantes dos maiores espaços urbanos do país é também muito explícito em todo o documento. A definição de Zonas de Exclusão não deixa dúvidas. Segundo o contrato,

“Zona de Exclusão” significa qualquer área especificada pela FIFA que circunde e/ou seja adjacente a um Perímetro Externo de Estádio, na qual certas atividades comerciais realizadas por entidades (exceto as atividades conduzidas por Afiliadas Comerciais, Emissoras, Licenciadas e outras entidades aprovadas pela FIFA) são proibidas em dias de Jogos.

As Zonas de Exclusão são, portanto áreas de controle da FIFA no entorno do estádios nas quais ficam proibidas quaisquer atividades, comerciais ou não, que não sejam as da própria FIFA ou autorizadas por ela em dias de jogos, o que impactou diretamente o comércio ambulante brasileiro que já é parte notória da cultura do futebol e do entorno dos estádios em dias de jogos. Além da proibição desse comércio que mobilizou, por exemplo, as baianas vendedoras de acarajé do entorno do estádio Fonte Nova contra as normas da FIFA, nas Zonas de Exclusão, tanto a FIFA quanto o COL estavam autorizados por contrato a cobrir quaisquer propagandas e sinalizações comerciais que não atenderem a seus interesses. No mesmo sentido, as cidades também deveriam providenciar uma área de 2,5 Km dentro da Zona de Exclusão definida pela FIFA no entorno dos estádios para exibição comercial das parceiras que não se sentirem suficientemente contempladas pelas áreas destinadas a esse fim dentro dos estádios.

Por fim, tal contrato que segue em vigência até o dia 31 de dezembro de 2014, estabelece em suas últimas cláusulas a total desresponsabilização da FIFA e do COL por qualquer problema, de qualquer ordem causado nas cidades que possa levar à exclusão de alguma cidade do evento (cláusula 33.6). Tais cláusulas mereceram debates públicos em virtude das manifestações que começaram a partir da Copa das Confederações de 2013 e ameaçavam continuar durante a Copa do Mundo, impedindo jogos e inviabilizando o evento. Ainda que essas manifestações não estivessem

previstas por nenhum dos organizadores da Copa, o documento de antemão protegia a entidade que rege o futebol da reivindicação de qualquer indenização por parte das prefeituras e do poder público e ao mesmo garantia que a FIFA e o COL fossem ressarcidos por qualquer prejuízo incidental que rompesse qualquer cláusula do acordo, independentemente se o rompimento fosse causado por ações da própria FIFA ou do COL. Conforme a cláusula 33.18:

A cidade sede pelo presente renuncia a toda e qualquer reivindicação de responsabilidade contra o COL, a Fifa e seus dirigentes, diretores, membros, agentes ou empregados, a respeito de qualquer perda ou dano à cidade, quer ou não tal perda ou dano tenham sido causados por, ou resultarem de negligência do COL, da Fifa, de seus dirigentes, diretores, membros, agentes ou empregados, na medida em que tal perda ou dano estejam incluídos na classificação de perigos cobertos pelo tipo de seguro de propriedade que a cidade sede é obrigada a manter segundo este contrato. A cidade sede ainda indeniza e mantém a Fifa, o COL e as afiliadas comerciais, as emissoras, a emissora principal, e seus respectivos dirigentes, diretores, membros, empregados, consultores e agentes externos imunes contra toda e qualquer obrigação ou responsabilidade, incluindo, sem limites, toda e qualquer reivindicação, perda, dano, ferimento, responsabilidade, objeção, demanda, recuperação, deficiência, custo e despesa que eles possam sofrer ou incorrer como resultado de, ou de qualquer forma conectados a este contrato, ou qualquer ato ou omissão da cidade sede sob este documento.

Conforme rege o consenso desses novos tempos de pluralismo jurídico e coerente com todas as determinações que constroem um megaevento do porte da Copa do Mundo, o documento prevê ainda que quaisquer disputas ou questionamentos posteriores deve ser alvo de negociação que deverá ser feita, “excluindo-se qualquer tribunal ou outro fórum”, exclusivamente por um tribunal de arbitragem constituído por árbitros que estejam sob os auspícios das Regras Suíças de Arbitragem Internacional da Câmara de Comércio Suíça em Zurique e o idioma dos processos deverá ser o inglês.

2.2.3.3.1. Fan Fest

Parte importante do contrato das cidades-sede é dedicada à realização das FIFA Fan Fests, eventos programados para reunir torcedores em grandes áreas fora dos estádios de forma gratuita. De acordo com a cláusula 26.1

A cidade deverá fornecer à FIFA, livre de encargos e de acordo com as exigências da FIFA, uma localização adequada no ou próxima do centro da Cidade Sede, que seja facilmente acessível através de transporte público, para o estabelecimento e operação da FIFA (...) de um parque oficial de torcedor da Copa do Mundo FIFA por um período que comela pelo menos 6 (seis) dias antes do primeiro jogo da Competição, e que termina 3 (três) dias após o último jogo da Competição.

Isto é, as Fan Fests são os maiores espaços do território além dos estádios e das zonas de exclusão que ficam sob o controle da FIFA por todo o período de ocorrência do evento. Ainda que apareçam como eventos democráticos que incluam os torcedores sem ingresso, nas palavras da própria Fifa, o conceito de Fan Fests desenvolvido especialmente a partir da Copa de 2010 demonstrou-se “uma ferramenta de marketing muito positiva tanto para a entidade que comanda o futebol mundial quanto para os patrocinadores, reforçando o contato com consumidores em todo o mundo”. Para tanto, é necessário reunir a emoção dos torcedores com o futebol em “locais representativos de cada uma das cidades-sede – como a praia de Copacabana” para que tenham uma “experiência única” ao assistirem os jogos, especialmente porque serão os espaços para conhecerem a “missão da FIFA e terem contato com as marcas patrocinadoras”.

Mas, ao contrário de espaços públicos abertos onde os torcedores se reúnem para assistir aos jogos da seleção nacional como passou a ser tradição nos bairros e centros de várias cidades do Brasil, as Fan Fests acontecem em espaços públicos controlados, com exclusividade comercial dos parceiros da FIFA e sob sua “jurisdição” durante todo o torneio.

As especificações nas diretrizes para a organização das Fan Fests também são muito claras e fazem parte de um documento a parte, que completa o Contrato da Cidade Sede. Nele se prevê que as cidades devem garantir que os espaços estejam disponíveis de 13 dias antes da abertura da

Copa até cinco dias depois da final em todas as cidades-sede. Nesse período a cidade-sede deve garantir o controle da entrada e saída da área, com postos de revista em cada ponto de acesso. Os lugares devem ter cercas de 2 metros de altura ou espaços para cercas temporárias além da imprescindível construção de “barreiras antichoque e barricadas” nas imediações. Também é obrigação das cidades-sede garantir que em cada entrada haja “uma quantidade suficiente de áreas de revista de espectadores”.

No interior dos espaços previstos para no mínimo 20 mil pessoas, a permissão de atividades comerciais é restrita aos parceiros da FIFA. Quaisquer outras marcas que eventualmente estejam presentes no campo de vista que o local abrange devem ser cobertas ou removidas. No caso de serem espaços de vendas de anúncios os mesmos devem ser comprados pela cidade-sede. Isso também se aplica a todo o entorno das áreas das festas. Além disso, também devem ser construídas áreas internas reservados à FIFA, seus parceiros e afiliados e à TV Globo, que também é organizadora e parceira prioritária dos eventos, tendo em vista que será a responsável por organizar a programação de shows nas Fan Fests e transmitir para todo o Brasil e para o mundo, com exclusividade, as marcas da FIFA e dos patrocinadores associadas à festa e “alegria do futebol”.

Até a gratuidade das Fan Fests não estava totalmente garantida por contrato, embora tenha sido assegurada no Brasil a todos os eventos. Segundo o documento que orienta os eventos

a TV Globo poderá aprimorar a estrutura existente através do oferecimento de entretenimento de alta qualidade, como shows e apresentações de palco em qualquer um dos sete (7) dias sem jogo durante a Copa do Mundo da FIFA 2014™ (de 12 de junho a 13 de julho de 2014), podendo cobrar taxa de entrada (uma vez que nenhuma partida será exibida). (...). A renda gerada por meio desses eventos, incluindo taxas de entrada, poderá ser embolsada integralmente pela TV Globo.

Ou seja, mesmo com as receitas de marketing exorbitantes que são obtidas pelas empresas parceiras e afiliadas da FIFA com a propagação mundial de suas marcas e com os previstos recordes de audiência da Globo por transmitir o maior megaevento do mundo, ainda é possível que a apropriação privada de espaços públicos nas cidades seja ainda maior. Ao

mesmo tempo, à exceção da estrutura do telão e do palco e dos banners com as marcas que ficaram ao encargo da FIFA e da organização e transmissão dos shows que serão responsabilidade da TV Globo, todo o restante da estrutura e gestão evento – local, limpeza, segurança, cercas, barreiras antichoque e barricadas, estacionamento, seguros, licenças e custos legais, estruturas de torres e andaimes, água, energia, iluminação do local, contêineres, estruturas de comunicação, alimentação, sanitários, guindastes e plataformas elevatórias, pronto socorro, tráfego e transporte, etc. – foi custeado pela cidade-sede.

2.2.3.4. Regime Diferenciado de Contratações

O Regime Diferenciado de Contratações (RDC) foi aprovado pelo Congresso Nacional em 2011 a partir do mecanismo da Medida Provisória, ganhando força de lei no dia de 5 de agosto de 2011. De acordo com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o objetivo desse mecanismo seria simplificar e acelerar o procedimento de contratações públicas mantendo a transparência e aumentando a competitividade entre os participantes. Contudo, sua aprovação foi baseada no discurso de “urgência” em aprovar e encaminhar as obras exigidas pela FIFA, o que demandaria a “flexibilização” momentânea e parcial da Lei de Licitações (Lei 8666) para permitir que as contratações para a Copa e para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos se dessem em menor tempo e com menores exigências prévias.

Alvo de ação direta de inconstitucionalidade promovida pelo Procurador-Geral da República e criticado por abrir brechas ao superfaturamento e não garantir isonomia nas concorrências, o RDC foi estendido no Senado a todas as obras do PAC e hoje é discutida sua adoção permanente, como ferramenta alternativa à Lei de Licitações.

2.2.3.5. Endividamento e isenções fiscais

A Lei 12348, resultado da conversão da Medida Provisória 496 foi o instrumento nacional que autorizou as cidades anfitriãs da Copa de 2014 e das

Olimpíadas de 2016 a contraírem mais empréstimos e ampliar seu endividamento para custear as obras relacionadas aos eventos esportivos, ainda que o total da dívida estivesse em um plano superior à receita líquida desses municípios. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de assinatura dessa MP em 16 de julho de 2010 defendeu:

O que nós estamos fazendo é criando uma excepcionalidade para que as cidades que vão sediar a Copa do Mundo possam aumentar a sua capacidade de endividamento, para que possam fazer parte das obras que são da responsabilidade dos municípios fazer. Então, é a primeira parte desta medida provisória.

Com a Lei do Endividamento o governo esperava facilitar a contratação de obras em portos, aeroportos, estádios, hotéis e no setor de transportes e justifica a urgência da Lei em função do prazo exíguo definido para a realização dos eventos. Embora parte dessa estratégia tenha se verificado – uma outra parte das obras foi retirada da Matriz de Responsabilidades da Copa ou ainda não foi entregue – o custo demonstrou-se bastante alto. Levantamento do jornal Folha de S. Paulo com dados do Banco Central³⁷ aponta que, de janeiro de 2012 a janeiro de 2014, as dívidas das 12 sedes do mundial de futebol com o Tesouro Nacional ou bancos públicos cresceram, em média, 51%. No mesmo período, as capitais sem Copa, a taxa cresceu 20%, sendo que em 4 casos ela diminuiu. Dos municípios com jogos, apenas Salvador reduziu sua dívida com o governo federal no período.

A outra face do processo de endividamento do Estado é justamente a política de isenções fiscais. No plano federal a Lei 12350, resultado da conversão da MP 497, incidiu na legislação tributária para conceder isenção de IPI, Cofins e PIS para os materiais usados na construção de estádios para o Mundial. Outras leis do mesmo tipo foram adotadas pelos municípios durante o período da Copa.

³⁷ Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1442933-proximo-da-copa-divida-publica-das-cidades-sedes-aumenta.shtml>>. Acesso em 20 de abril de 2014.

2.3. Crise econômica e Crise urbana

Como defende David Harvey, a urbanização tem sido há muitos anos um dos meios fundamentais para assegurar a absorção rentável de capital e trabalho excedentes que são fruto da constante expansão do capitalismo ao longo de sua história. Em razão da longevidade dos investimentos em ambientes construídos nas cidades, no longo prazo de trabalho e rotação do capital, a urbanização exerce uma função muito particular, convertendo por fim a produção do espaço e dos monopólios espaciais em partes determinantes das dinâmicas de acumulação. Isso confere uma especificidade geográfica aos espaços urbanos não só pela dinâmica dos fluxos de mercadorias no espaço, mas também por conta da própria natureza da produção e criação dos lugares onde acontecem esses movimentos fundamentais à produção de valor e mais-valor. Justamente porque toda essa atividade acontece em longo prazo, requer-se como necessário para seu funcionamento uma certa combinação entre capital financeiro e intervenção estatal. Para Harvey, esta atividade é claramente especulativa em longo prazo e carrega sempre o risco de reproduzir no futuro e em escala muito ampliada, as próprias condições de superacumulação que se propõe inicialmente a aliviar. Daí decorre a propensão às crises dos investimentos urbanos e de outras infraestruturas físicas como ferrovias, grandes represas para usinas hidrelétricas, grandes estradas, etc. (HARVEY, 2012, p. 76)

A crise econômica que atinge os Estados Unidos e grande parte dos países da Europa ocidental tem promovido, entre outras transformações espaciais que ocorrem pelo menos desde a sua irrupção em 2008, um estancamento nas construções e grande retração nos investimentos em infraestrutura daqueles territórios. Em contrapartida, a tentativa de compensação tem se dado a partir de enorme investimento em urbanização e infraestruturas em centros econômicos mais dinâmicos e abertos a receber esse capital excedente como os países dos BRIC, com especial papel da China, país que na última década viu suas taxas anuais de crescimento serem as maiores do mundo, registrando por anos consecutivos números que alcançavam os dois dígitos, enquanto Estados Unidos e Europa ocidental registravam dados próximos à estagnação ou recessão. Como exemplo, no

período de 2007 a 2010, referente segundo mandato do governo Lula, o Brasil atravessou o cenário de crise com taxas de crescimento de 4,5%, bastante superiores à média mundial, sendo que no último ano de mandato o crescimento brasileiro chegou a 7,5%. Tal fato traduziu-se na elaboração dos PACs, nas obras da Copa e das Olimpíadas e em um acelerado processo de transformações urbanas..

Tais dados indicariam, portanto, que China, Brasil e os demais países dos BRICs estariam prestes a entrar em uma crise em função da absorção dos excedentes que não encontram realização lucrativa nos países centrais? Não é possível dizer porque, em função do tempo longo que os investimentos urbanos demoram para produzir e necessitam para frutificar, é sempre difícil determinar o momento em que a superacumulação de capital se transforma ao ponto de converter em superacumulação de investimentos no entorno construído, isto é, em crise urbana. Contudo, como afirma Harvey (2012, p. 95), no caso chinês a probabilidade, como mostra a longa história dos ciclos e depressões na construção da qual faz parte a crise de 2008, é muito alta. O enorme volume de investimentos em urbanização e infraestruturas tem transformado por completo formação socioespacial chinesa, aproveitando-se de um sistema político que permite ao governo central intervir arbitra e totalitariamente tanto no sistema bancário quanto no território.

O exemplo chinês é emblemático porque a escala especulativa de seu desenvolvimento é apontada como sendo de uma ordem muito maior do que tudo o que já se havia visto na história urbana. Isso também significa que a liquidez excedente na economia mundial que está em expansão exponencial e tem necessidade de ser absorvida lucrativamente, também jamais havia sido tão grande (HARVEY, 2012, p.99). Mas

China não é o único lugar onde se pode observar esse boom da construção. Todos os países BRIC parecem estar seguindo seu exemplo. Os preços imobiliários duplicaram tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro no ano passado, e na Índia e na Rússia vive-se uma situação similar; mas todos esses países, cabe observar, estão experimentando junto às elevadas taxas de crescimento fortes correntes inflacionárias (*Ibidem*, p.99, tradução nossa)

No Brasil essa situação é facilmente verificável nos grandes projetos imobiliários que se instalaram nas principais cidades do país. Tal qual no exemplo chinês, políticas como a construção de moradias e edifícios comerciais, por mais rápidas e amplas que sejam não parecem estar se mantendo em relação direta com a demanda real, o que tem ocasionado nos últimos anos fortes pressões inflacionárias e, diferentemente de anos anteriores, o ritmo de crescimento da economia tem desacelerado intensamente, com dados de evolução anual do PIB próximos da estagnação. Esta situação, mesmo longe de instalar no país a crise de recessão e desemprego que já gera deflação em países da Europa, conviveu com um amplo movimento de contestação que tomou as ruas do país em junho de 2013 iniciada pelas críticas aos aumentos das tarifas dos transportes. Em meio à realização da Copa das Confederações do FIFA esses movimentos desencadearam uma vasta gama de contestações posteriores que tinham como motivos principais as questões urbanas e como fio condutor a realização da Copa do Mundo em 2014. O Brasil apresentado pelo então presidente no momento do anúncio do país como sede da Copa, o país que iria “provar ao mundo que nós temos uma economia crescente, estável, que nós somos um dos países que está com a sua estabilidade conquistada”, passa a viver com turbulências inesperadas e o discurso de desenvolvimento e crescimento econômico passam a ter que conviver com novos elementos críticos.

2.3.1. Acumulação por espoliação e as cidades

Buscando desvendar os mecanismos de reprodução capitalistas, Rosa Luxemburgo no livro *A Acumulação do Capital*, centra sua atenção na análise do que considera o duplo caráter da acumulação capitalista:

Um diz respeito ao mercado de mercadorias e ao lugar aonde o valor excedente é produzido – a fábrica, a mina, propriedade agrícola. Considerada sob esta luz, a acumulação é um processo puramente econômico, cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados... O outro aspecto da acumulação de capital diz respeito às relações entre capitalismo e formas de produção não capitalistas, que se desenvolvem no cenário internacional. Seus métodos predominantes são a polícia colonial, um sistema de empréstimos internacional – política de interesses

privados – e a guerra. Violência, fraude, opressão, roubo são abertamente revelados sem nenhum esforço para ocultá-los, e assim requerem um esforço para descobrir no meio desta confusão de políticas de violência e disputas de poder as severas leis do processo econômico.

Luxemburgo contraria algumas teses sobre a teoria geral da acumulação de Marx que pressupõem que os processos de acumulação baseados nos métodos de “violência, fraude, opressão e roubo” fazem parte da história “primitiva” da acumulação que desaparece com a hegemonia da reprodução social capitalista. Para ela, estes dois aspectos da acumulação são “organicamente vinculados” e “a evolução histórica do capitalismo somente pode ser compreendida se as estudamos conjuntamente” (LUXEMBURGO, 1968 *apud* HARVEY, 2003). Concordando com Luxemburgo, Harvey lembra que parte fundamental das características descritas por Marx sobre a realização da acumulação primitiva coincidem com processos que seguiram sendo fundamentais no desenvolvimento histórico e geográfico do capitalismo.

Um olhar mais atento sobre a descrição que Marx realiza da acumulação primitiva revela uma ampla linha de processos. Isto inclui a mercantilização e privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; conversão de várias formas de direito de propriedade – comum, coletiva, estatal – em direitos de propriedade exclusivos; supressão dos direitos aos bens comuns; transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos (indígena); os processos colonial, neocolonial e imperial de apropriação de bens (inclusive de reservas naturais); monetarização das trocas e da cobrança de impostos (particularmente da terra); mercado de escravos; usura; o débito nacional; e, por fim, o sistema de crédito como um meio radical de acumulação primitiva. O Estado, com seu monopólio de violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial, tanto sustentando como promovendo estes processos. (HARVEY, 2003)

Contudo, para Harvey, alguns pressupostos marxistas fundamentais para definir que a liberalização do mercado capitalista ao contrário de produzir um situação harmônica são a base da desigualdade social, também podem dar a entender que esse tipo de acumulação baseado na espoliação³⁸ é parte de uma “etapa originária” ou representa – como argumenta Luxemburgo – algo

³⁸ Também chamado de acumulação por despossessão ou dessapossamento.

“exterior” ao sistema capitalista. Ao contrário, tem ocorrido pelo menos nos últimos trinta anos de neoliberalismo, particularmente naqueles países que se ativeram mais estreitamente a esta linha política, como a Inglaterra e os Estados Unidos, um vasto terreno de acumulação por espoliação mediante a absorção de dinheiro por meio da circulação de capital fictício para sustentar as enormes fortunas realizadas no sistema financeiro. Além disso, os novos fenômenos de biopirataria, a violação dos direitos de propriedade intelectual, a destruição dos recursos ambientais globais, a permanência do trabalho escravo em diversas partes do planeta e, especialmente a privatização dos serviços públicos como mantra oficial desse período demonstram que a acumulação por espoliação se torna uma característica central da atualidade do desenvolvimento do capitalismo global.

A geografia urbana ao redor do planeta tem sido especialmente remodelada a partir de amplos processos de despossessão em busca de uma absorção rentável do capital superacumulado pelos negócios do capitalismo financeiro. São incontáveis as políticas predatórias que golpeiam especialmente os mais pobres, os mais vulneráveis, frequentemente residentes das distantes e largas periferias urbanas. As enormes aquisições de solo urbano combinadas a colossais processos de remoção como os que vêm acontecendo em grandes cidades do mundo atestam esse processo ativo de acumulação nos quais os megaeventos também cumprem importante papel.

Especialmente nos exemplos mais recentes de Copa e Olimpíadas sob a “nova geopolítica”, países ditos em desenvolvimento têm apresentado a agressividade de processos de remoções contida no impulso urbanizador dos megaeventos. Em Nova Deli, por exemplo, por conta dos Commonwealth Games, favelas foram inteiramente removidas e sem nenhuma alternativa de reassentamento para milhares de famílias. No Cazaquistão, para construir os estádios para os Jogos Asiáticos de Inverno, centenas de famílias que viviam em assentamentos informais e que foram removidas receberam uma compensação financeira insuficiente para adquirirem uma nova moradia digna. Na China teriam sido transferidas 1,2 milhão de pessoas com a realização das Olimpíadas embora não haja números oficiais. No caso da África do Sul a Copa do Mundo de 2010 acelerou inúmeros processos de remoção, com destaque para uma favela com 20 mil moradores de onde parte das pessoas que foram

removidas para habitações temporárias em 1600 contêineres a 30 quilômetros de onde foi construído um dos estádios mais bonitos do mundo, vendido internacionalmente como um “estádio ecológico”³⁹. O caso do Brasil não é diferente. Segundo levantamento da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) tomando por base os projetos divulgados pelos próprios governos com cálculos nem sempre claros sobre as remoções, houve e há, em todo o Brasil, um total de 170 mil pessoas ameaçadas de remoção forçada por causa das obras ligadas à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

As remoções também causam problemas indiretos, como o agravamento do gargalo no transporte público – uma vez que muitos estão sendo reassentados em regiões distantes dos bairros centrais – e ainda maior pressão em serviços públicos urbanos já precarizados como a educação e a saúde. Enquanto isso, como fica patente no exemplo brasileiro, os megaeventos representam formas diversas de apropriação privada de recursos públicos como concessões de aeroportos, parcerias público-privadas em estádios, sistemas de mobilidade orientados para a valorização investimentos privados, utilização privada de espaços públicos entre tantas outras formas de espoliação. A elas somam-se mecanismos de espoliação dos mais diversos, que não foram eliminados com a fase recente de crescimento econômico e generalização das obras de infraestrutura no país, mas remodelaram-se, como na construção de usinas hidrelétricas com impacto pesado em comunidades indígenas e ribeirinhas, nas alterações no Código Florestal para permitir o avanço do agronegócio, nas concessões de estradas e rodovias e nos leilões dos campos de petróleo entre outros. A acelerada estratégia de investimento urbano tem como característica principal a concentração em áreas de valorização, ampliando o valor dos aluguéis e mantendo o padrão de segregação urbana.

Ao que tudo indica, na ausência de uma forte retomada da acumulação via reprodução ampliada em nível mundial – que não parece estar no horizonte das melhores previsões dos economistas – ocorrerá um aprofundamento das políticas de acumulação por espoliação com o objetivo de evitar que o motor da

³⁹ Cf. A moradia do pobre ameaçada pela Copa e pelas Olimpíadas < <http://www.brasildefato.com.br/node/4405> > Acesso em 15 de maio de 2013.

acumulação seja paralisado. É difícil imaginar que esta marca registrada do novo imperialismo não siga esta tendência.

a “corporativização” e a privatização dos bens públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatização (da água, serviços públicos de todos os tipos) que varreu o mundo, indica uma nova rodada de “cercamento dos bens comuns”. Assim como no passado, o poder estatal é freqüentemente utilizado para forçar estes processos, mesmo contra o desejo público. Isto nos leva de volta à questão da luta de classes. A reversão dos direitos de propriedade comum ganhos por meio de lutas no passado (o direito a uma pensão estatal, ao bem-estar, ou ao sistema de saúde nacional) para o domínio privado tem sido uma das mais rudes de todas as políticas de desapossamento levadas a cabo em nome do neoliberalismo ortodoxo.

O sistema de crédito e o capital financeiro que hoje se generalizaram, como Lênin, Hilferding e Luxemburg apontaram, têm sido importantes alavancas para depredação, fraude e roubo e a combinação entre os negócios do capital financeiro e as políticas de Estado para garantir a acumulação capitalista com destaque para a urbanização não se dá, entretanto, sem resistências. Algumas delas podem até desempenhar um papel ainda mais importante hoje do que no passado, tendo em vista a generalização dos negócios capitalistas como bem denunciaram os movimentos antiglobalização do final da década de 1990.

A questão de como lidar com os trabalhadores precarizados e empobrecidos que são a maioria da população das grandes cidades e reagem contra a espoliação converteu-se, com as diversas manifestações de reação à crise em lugares diferentes do mundo, em um importante problema político de base urbana.

2.3.2. Cidades de exceção versus cidades rebeldes

Para David Harvey (2012)

A reprodução do capital passa pelos processos de urbanização por múltiplas vias; mas a urbanização do capital pressupõe a capacidade do poder de classe capitalista de dominar o processo urbano. Isto implica a dominação da classe capitalista, não só sobre os aparatos do estado (em particular

os aspectos do poder estatal que administram e governam as condições sociais e infraestruturais dentro das estruturas territoriais), mas também sobre toda a população: sua forma de vida e sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos bem como suas concepções de mundo. Esse nível de controle não se alcança facilmente, se é que chega a ser alcançado. A cidade e os processos urbanos que produz são, portanto importantes focos da luta política social e de classe.

Se até aqui pudemos observar as dinâmicas dos megaeventos do ponto de vista da das escalas de origem, isto é, das determinações e intencionalidades dos emissores dos vetores da superestrutura capitalista, agora nos cabe observar as contradições da totalidade por meio de sua relação com a escala do fenômeno, dos lugares, do ponto de vista dos que buscam a reprodução da própria vida no seio do processo urbano.

A história das lutas de classes urbanas é muito vasta e confunde-se com a história do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista. Os sucessivos movimentos revolucionários em Paris de 1789, sucedidos pelas insurreições de 1830 e 1848 que culminaram na explosiva Comuna de 1871, são grandes exemplos que remontam ao século XVIII e adentram a Europa industrial do século XIX. O soviete de Petrogrado e o grande vigor do jovem e nascente proletariado russo na revolução de 1917, em Shanghai o massacre de 1927 e a comuna popular de 1967, a greve geral em Seattle em 1919, Barcelona na Guerra Civil Espanhola, o Cordobazo argentino em 1969, as lutas urbanas nos Estados Unidos durante a década de 1960, as mobilizações urbanas de 1968 (Paris, Chicago, Cidade do México, Bangcoc e outros, incluindo a "Primavera de Praga" e a ascensão das associações de bairro antifranquistas em Madri) representam os múltiplos exemplos das contradições do avanço da base técnica e urbana do longo século XX (Cf. HARVEY, 2012, p. 171).

Anunciando o século XXI e contrariando as teses de fim da história e da geografia, multiplicaram-se exemplos de lutas urbanas, a começar pelos protestos radicais que se enfrentavam com os aparatos de segurança dos organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o grupo das maiores economias do mundo (G8) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A partir das ações em Colônia e Seattle os movimentos antiglobalização se espalharam

para Quebec, Gênova, Praga e por todas as Américas. Produto direto dessas experiências, as manifestações de 2003 contra a guerra no Iraque ocuparam simultaneamente as ruas de Roma, Madri, Londres, Barcelona, Berlim, Atenas, Nueva York, Melbourne e em quase 200 cidades na Ásia, África e América Latina. Nesta última a reação aos efeitos do neoliberalismo também teve um grande destaque em lutas urbanas como na rebelião em Oaxaca no México, em Cochabamba (2000 e 2007) e El Alto (2003 e 2005), na Bolívia e em outras mobilizações políticas muito diferentes, mas igualmente importantes em Buenos Aires (entre 2001 e 2002) e em Santiago de Chile (2006 e 2011). Nos Estados Unidos, em 2006 uma greve geral de imigrantes remodelou o espectro político nacional tornando-se importante referência de luta, bem como a grande mobilização de Madison, em 2011.

Mais recentemente, a história da crise econômica mundial demonstra-se também como história de grandes protestos e enfrentamentos urbanos. Como primeiro impulso, a chamada “Primavera Árabe” começou nas ruas de Tunes, na Tunísia, ganhou muita força internacional na Praça Tahir em Cairo, no Egito e depois tomou conta das ruas de cidades em pelo menos 16 países do mundo árabe, em uma onda revolucionária que derrubou ditadores e ensejou uma conjuntura de disputas e guerras civis que até então não se fechou. A Europa em crise foi diretamente influenciada por protestos como o da Praça Tahir, vivendo manifestações sem precedentes que: ocuparam a praça Puerta Del Sol em Madrid, a praça de Catalunya em Barcelona e mais dezenas de cidades espanholas; transformação a praça Syntagma em Atenas em um constante campo de batalha das greves gerais e lutas políticas; e se espalharam por praticamente todas as capitais dos países da Europa, em intensidades diferentes. Em solo estadunidense o movimento Occupy transformou-se em um grande contraponto à política governamental para a crise, o momento em que Wall Street encontrou sua *Nêmesis* (HARVEY, 2012).

Nesta história recente de rebeldia das cidades contra os efeitos da crise econômica, um importante capítulo foi construído a partir das mobilizações na Turquia e no Brasil em 2013. Pela primeira vez, países do centro mais dinâmico da economia mundial que não estavam vivendo a mesma situação de recessão, desemprego e políticas de austeridade, enfrentaram protestos

multitudinários, entrando na rota dos “indignados” (como se autodenominavam os movimentos de ocupações de praças na Espanha).

Na Turquia, em maio de 2013, uma ocupação de dezenas de pessoas contra a demolição do Parque Gezi – parte da Praça Taksim, a maior área pública do tipo no país – e a construção de um shopping center no local, transformou-se em pouco tempo em manifestações de milhões de pessoas espalhadas por todo o país. A transformação da Praça Taksim foi parte de uma série de projetos adotados pelo governo de Istambul, que combinados a negócios imobiliários vinculados a expectativas do capital financeiro, alterava profundamente a realidade urbana da cidade, deslocando moradores tradicionais de áreas centrais para as periferias, além de uma série de privatizações de espaços públicos da cidade, que embora enfrentassem resistências urbanas localizadas desde 2005, só ganharam força em 2013. As grandes manifestações da Praça Taksim por direito à cidade combinaram-se também às lutas por liberdade de expressão e contra violações de direitos humanos, tendo em vista o uso absolutamente desproporcional da força repressiva do Estado e a ausência completa de canais de diálogo que pudessem enfrentar os negócios do capital imobiliário na cidade⁴⁰.

No Brasil, na primeira manifestação contra o aumento das tarifas dos transportes públicos coletivos em São Paulo, no dia 6 de junho de 2013, lia-se em uma faixa: “a Turquia é aqui”. Mais do que uma metáfora sobre os protestos urbanos, a expressão pode sugerir também que a solidariedade orgânica dos movimentos em seus atos de ação direta em defesa do direito às cidades estava construída em oposição à solidariedade organizacional que tanto naquele quanto neste país estava responsável por organizar os territórios conforme objetivos das corporações e instituições internacionais (ANTAS JR., 2003, p. 3). Embora os países tenham histórias, culturas e identidades absolutamente distintas, na geografia capitalista as transformações urbanas espoliadoras da Turquia e do Brasil guardam semelhanças que remontam à origem de seus projetos urbanos como partes de uma mesma necessidade de absorção de excedentes de um sistema em crise e ao padrão das normas e formas do Estado para conter as reações. Em ambos os casos, as mudanças

⁴⁰ Cf. < <http://raquelrolnik.wordpress.com/2013/06/04/praca-taksim-protestos-em-istambul-pelo-direito-a-cidade/>>. Acesso em junho de 2013.

urbanas foram acompanhados de fortes processos de espoliação combinados à normatização de um “estado de exceção”.

Como produto dessa avidez pela espoliação capitalista, a realização dos megaeventos no Brasil tem imposto uma nova dinâmica para a cidade, reorientando suas formas de poder a partir do que Carlos Vainer chama de “democracia direta do capital” (2011, p. 12). A ação das corporações transnacionais que compõem o rol de parcerias tanto da FIFA quanto do COI, amparadas nas exigências dessas entidades para a realização da Copa de 2014, configuram verdadeiras “cidades de exceção”. Este urbanismo da exceção é caracterizado por uma simbiose entre os interesses privados e a ação do Estado, entronizando novas formas de exercício de um poder hegemônico edificado sob a invisibilização dos processos decisórios, a desqualificação da política e a desconstituição das formas “normais” de representação de interesses (VAINER, 201, p. 12). Em seu Estado de Exceção, o jurista Giorgio Agambem define a atualidade dos processos totalitários como

a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos” (2004, p. 13)

Assim, a crise urbana brasileira – que não é “privilégio” dos países centrais e em recessão porque a destruição criativa das cidades que adquiriu primazia na acumulação financeira é fruto da crise global de excedentes – é econômica e política e instaura a constituição de uma nova forma de poder na cidade, baseada na exceção como regra dessa “guerra civil legal”. “A cidade de exceção se afirma, pois, como uma nova forma de regime urbano”, no qual o Estado já não é o regulador legal exclusivo das normas e do território e progressivamente abdica de muitas de suas atribuições jurídicas em função de uma nova constituição do poder (VAINER, 2011, p. 10).

Essas ações, contudo, não se estabelecem sem que haja reações por parte dos agentes hegemonzados. A Copa do Mundo, ainda que não tenha

sido a motivadora dos protestos brasileiros nem a primeira responsável por sua dimensão urbana, foi sem dúvida o elemento que serviu para promovê-los internacionalmente. Coincidentes com a realização da Copa das Confederações, torneio de preparação para a Copa do Mundo, os protestos de junho de 2013 ganharam fôlego e ampliação de sua pauta a partir do evento que começou no dia 15 em metade das cidades-sede do Mundial. A Copa serviu para agregar ao conjunto de forças estruturais agindo nos lugares, nas cidades brasileiras, um elemento ainda maior de tensão de onde, para Milton Santos “a desordem geral que se instala, como uma vingança do território contra a perversidade do seu uso⁴¹”.

Todo o novo cenário que se abriu nas cidades brasileiras a partir das chamadas Jornadas de Junho foi precedido também por uma onda de protestos no país, onde as greves nos estádios da Copa tiveram bastante destaque. No quadriênio de 2011 a 2014 foram 26 greves, a maioria nos dois primeiros anos. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), em apenas em quatro das greves não foi possível coletar informações a respeito dos números da adesão. Para os demais 22 registros chegou-se a um total de 128.750 grevistas, com uma média de 5.852 trabalhadores paralisados em cada greve. O ano de 2011 concentra o maior número de grevistas (81.400) e a maior média (9.044). A análise dos resultados das greves revela que, em 2011 e 2012, grande parte dos casos considerados alcançou algum êxito no atendimento de suas reivindicações - mesmo que, em nenhum deles, a pauta de reivindicações tenha sido totalmente atendida.

Com todos os problemas registrados nas obras da Copa – com destaque para a morte de 8 operários nas obras de estádios – as greves e conquistas obtidas também estimularam que em outros canteiros de obras de construção pesada, especialmente de infraestrutura, houvesse fortes mobilizações, com destaque para quatro grandes greves em 2011: Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco; Usina Hidrelétrica de Jirau, em Roraima; Termoelétrica de Pecém, no Ceará; e Usina Hidrelétrica Teles Pires, no Mato Grosso. Entre as paralisações e mobilizações em 2011, destacam-se também as obras do

⁴¹ Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/03/opinioao/8.html> > Acesso em abril de 2014.

Estaleiro de São Roque do Paraguaçu e da Construção Pesada, na Bahia. As mobilizações daquele ano foram diretamente relacionadas às reações aos cortes de gastos correntes como política empreendida pelo governo federal para enfrentar pressões inflacionárias e taxas de juros elevadas. No ano seguinte o número de greves foi ainda maior, de 554 para 873, maiores índices em 16 anos, com destaque para a greve dos servidores públicos federais e para a grande greve dos bombeiros do Rio de Janeiro que contou com grande apoio popular. Ao contrário do que se poderia pensar, esse resultado não estava relacionado à piora do mercado de trabalho tendo em vista que o desemprego estava em baixa. É possível se supor que as greves tenham a ver também com a deterioração das condições de vida, especialmente nas cidades com os cortes de gastos públicos. Em função do aprofundamento da crise mundial houve uma crescente degradação das condições da economia brasileira, com desaceleração da taxa de crescimento do PIB (de 7,5% em 2010, para 2,7% em 2011 e 1,0% em 2012) e aumento da inflação fazendo com que, inclusive, no ano de 2013 o aumento de tarifas que normalmente ocorria no início do ano tenha ficado para junho para tentar reduzir a pressão inflacionária.

De maneira resumida e simplificada, podemos ver nos elementos citados – deterioração dos serviços públicos, degradação das condições econômicas e escalada do movimento grevista – um caldo que fervia nas cidades brasileiras como condições prévias às manifestações de junho. Contudo, tal qual na Turquia, “a vingança do território contra a perversidade do seu uso” só alcançou seu maior patamar a partir da reação desproporcional e desmedida repressão às manifestações nas “cidades de exceção”. Após o quarto ato contra o aumento das tarifas em São Paulo (13 de junho) onde a violência policial – que já havia ocorrido nos atos anteriores – foi generalizada e divulgada por imagens de celular na Internet, houve uma grande comoção social e também o avanço das mobilizações para outras cidades. Com o início da Copa das Confederações consolidou a unidade em torno da luta contra a “cidade de exceção” que fez ruir o intento de São Paulo em sediar a Expo de 2020 (durante os protestos de junho tanto o prefeito da cidade quanto o governador do estado estavam em Paris defendendo a candidatura). Por outro lado, multiplicaram-se no Congresso Nacional propostas de leis para restringir o direito à manifestação e à livre expressão e documentos – como a versão

corrigida da Garantia da Lei e da Ordem das Forças Armadas Brasileiras que lidava com organizações e manifestantes como “forças oponentes” – defendendo políticas de criminalização dos movimentos sociais.

Segundo instituto de pesquisas brasileiro as chamadas Jornadas de Junho brasileiras somaram mais de 12 milhões de participantes (Cf. JUDENSNAIDER et al., 2013), em todas as regiões do país, em todas as capitais e nas maiores cidades, embora essa precisão ainda não tenha sido alvo de um registro mais acurado. Após a queda no valor das tarifas acontecer de maneira generalizada em todo o país, os protestos continuaram nas cidades por motivos diferentes e muitos como tentativas reacionárias de conter e sequestrar a pauta das mobilizações, mas na maioria dos casos representaram variações de lutas contra a espoliação ou uma combinação entre esta e a luta direta contra a exploração do trabalho.

Pós-junho houve uma tentativa de greve geral organizada por centrais sindicais e explodiram greves urbanas com destaque para as dos trabalhadores rodoviários de empresas de transportes públicos urbanos e a dos garis em pleno carnaval do Rio de Janeiro. Muitas outras categorias organizadas também fizeram greves, paralisações e manifestações que se tornaram algo cotidiano na vida das grandes cidades. Outros setores de fora da organização formal do mundo do trabalho também travaram importantes lutas. A partir da grande explosão de ocupações urbanas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) alcançou muitas conquistas, com destaque para a vitória da chamada “Ocupação Copa do Povo” com desapropriação de um grande terreno privado próximo ao estádio da abertura da Copa em São Paulo. No futebol também houve uma organização inédita de jogadores profissionais que protestaram de diversas forma durante os jogos dentro dos estádios e creditaram às Jornadas de Junho a eclosão do movimento: “as manifestações nos incentivaram e nos deram coragem para nos movimentarmos”, afirmou à época Paulo André, um dos líderes do movimento Bom Senso FC. Paralelamente os comitês populares da copa seguiram se organizando e surgiram muitos movimentos espontâneos e vinculados a grupos radicais como os que trabalharam sob a bandeira “Se não tem direitos, não vai ter Copa”. Durante o Mundial, contudo, os protestos foram pequenos, esporádicos e em sua maioria abafados pelo forte aparato policial.

A janela da história geográfica das cidades brasileiras que se abriu durante as jornadas urbanas de junho podem indicar um caminho sobre a disputa que ainda segue do legado da Copa do Mundo. De um lado, as cidades de exceção se fortaleceram a partir do aumento do aparato policial, das leis e normas de exceção e das políticas de espoliação que tendem a se agravar caso não haja recuperação econômica. De outro lado os agentes hegemonizados representam uma nova geração forjada pela rebeldia das lutas urbanas e pela revanche dos lugares aos vetores perversos da globalização.

3. A Cidade da Copa

Como nas outras onze cidades sede, em Recife há um conjunto de reformulações da cidade em projeto que envolve intervenções urbanas de mobilidade, modernização do porto e do aeroporto e a construção de um novo estádio. Ao mesmo tempo, ao contrário do que havia sido anunciado pelo Ministério dos Esportes na ocasião da decisão sobre a realização da Copa do Mundo no Brasil, as obras contam com pesados investimentos públicos – no caso de Recife quase a totalidade – embora sua exploração na cidade seja de interesse do mercado imobiliário sem que houvesse o processo garantido por lei de consulta à população. Essas intervenções, tal qual acontece nas outras sedes da Copa de 2014 têm tido fortes impactos no mercado do solo urbano, redesenhando os polos de investimento na cidade e reconfigurado uma série de leis e arranjos jurídicos ao mesmo tempo em que um conjunto de violações de direitos e normas de exceção é implantado.

Quadro 18

Obras da Copa de 2014 previstas para a RMR (exceto Arena Pernambuco/Cidade da Copa)

Projeto	Descrição	Investimento Global (R\$ mi)
Corredor Via Mangue	Liga o centro do Recife ao bairro de Boa Viagem. A via é composta de faixa de rolamento para veículos, calçadas para pedestres e ciclovia e já estava prevista independentemente da Copa de 2014.	433,2 mi
Corredor Caxangá Leste-Oeste	Interliga a Praça do Derby em Recife, atravessando a Avenida Caxangá, onde as paradas serão substituídas por estações até o terminal integrado de Camaragibe. Também estão previstos 2 terminais integrados de passageiros, 22 estações, 3 elevados, 1 túnel e 1 viaduto. Esse corredor é exclusivo para o transporte coletivo com modal BRT.	88,1 mi
Corredor norte-sul	Instalação de corredor exclusivo para o transporte coletivo com modal BRT, ligando o terminal integrado de Igarassu até a estação central do metrô, no centro do Recife. Também estão previstos 31 estações interligadas e quatro terminais integrados, um viaduto e um elevado.	180,9 mi

Ramal cidade da copa	Interliga a Avenida Belmino Correia em Camaragibe até a Cidade da Copa e a BR-408, com uma pista exclusiva de ônibus (modal BRT) e duas de carros.	137
Terminal Integrado Cosme e Damião	Em Camaragibe, ao lado da estação de metrô, com plataformas de embarque e desembarque. Além de dois quiosques, quatro lojas, uma lanchonete e um bicicletário.	19,1
Terminal Marítimo	Adaptação do terminal 7 e construção de nova área para terminal marítimo de passageiros, pavimentação, urbanização de acessos e estacionamento.	28,1
Viaduto da BR-408	Construção do viaduto que liga a BR-408 à Cidade da Copa e à Arena Pernambuco.	25
Estação de Metrô Cosme e Damião	Construção da Estação de Metrô Cosme e Damião (Linha Centro).	7,37

Fonte: Ministério dos Esportes.

Embora o que há de geral na realização da Copa em Recife seja parte importante do nosso interesse, a análise do que há de particular nesse processo é o que nos permite desvendar importantes intencionalidades e ações sobre o território que, ao unir o singular ao universal, dão subsídio concreto para elucidar o modo pelo qual a construção das cidades de exceção da Copa liga-se aos novos processos de acumulação por espoliação no Brasil.

Diferentemente das outras sedes, somente em Recife a arena esportiva que foi o palco de cinco jogos da Copa do Mundo não está localizada dentro dos limites do município, mas em sua região metropolitana. Esse fato tem grande importância porque está dentro de um projeto de construção de uma nova centralidade metropolitana, tendo impactos diretos em uma série de outros municípios. Também é uma especificidade o fato de que a Parceria Público-Privada para a construção da chamada Arena Pernambuco atrela ao consórcio que a está construindo a tarefa de edificar uma espécie de “cidade planejada” ou “cidade inteligente”, a primeira do gênero no Brasil.

3.1. Projetos iniciais e a “Opção Metropolitana”

Embora a divulgação oficial sempre trate do Recife como cidade sede da Copa, o município que receberá os jogos do megaevento e também uma série de intervenções urbanas vinculadas à construção da Arena Pernambuco chama-se São Lourenço da Mata, um dos 14 componentes da Região Metropolitana de Recife (RMR).

De acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 a RMR possuía cerca de 3,72 milhões de habitantes. Sua densidade demográfica, de 1.342,88 hab/km², é uma das mais altas do país. A Grande Recife é a maior metrópole do Nordeste e a 5ª maior do Brasil.

Na RMR destacam-se como maiores polos de desenvolvimento a Região Norte da metrópole – caracterizada por forte presença industrial ao longo da BR 101 –, a Região Sul – marcada pelo – Complexo Industrial e Portuário de SUAPE centrados nos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho – e o Centro Metropolitano onde está a capital, a cidade de Olinda e o maior potencial turístico, tecnológico, de serviços e a maior concentração populacional.

A escolha de São Lourenço da Mata como sede da “Cidade da Copa” deu-se em primeiro lugar, pelas dificuldades de realização de dois projetos iniciais: a “Arena Jiquiá”, planejada para localizar-se em um terreno particular a 9km do centro da cidade e a “Arena Recife-Olinda” concebida para localizar-se na fronteira com Olinda.

Figura 5 - Projetos iniciais para a candidatura de Recife a cidade sede da Copa de 2014

Fonte: PERNAMBUCO. *Plano Estratégico – Pernambuco na Copa 2014*. Recife: NTOU/SEPLAG, 2008.

Segundo seus idealizadores, o projeto da Arena Jiquiá frustrou-se porque dificultava a candidatura de Recife a sediar a Copa em função de seu caráter especificamente privado, o que deixava o pleito recifense dependente da vontade dos investidores. Com a Arena Recife-Olinda foi diferente. Elaborada pelo Núcleo Técnico de Operações Urbanas do Governo do Estado a partir de um estudo de viabilidade para a construção de uma arena multiuso promovido por empresas ligadas ao governo holandês entre 2005 e 2006 e doado à Prefeitura de Olinda em 2007 (como parte do cumprimento dos encargos da FIFA), a proposta ganhou fôlego por estar em uma área central, atrativa ao mercado imobiliário ansioso pelo projeto de “revitalização” proposto pelas Operações Urbanas Consorciadas prevista para o local.

Figura 6 - Localização das Operações Urbanas Recife-Olinda

Fonte: http://issuu.com/julienineichen/docs/livro_ntou

Figura 7 - Projeto inicial de usos referentes à implantação da Arena Recife-Olinda

Fonte: http://issuu.com/julienineichen/docs/livro_ntou

Aprovado como proposta oficial da candidatura de Recife e Olinda à Copa do Mundo, ainda em 2007 a perspectiva de construção da Arena Pernambuco para a Copa de 2014 foi o artífice que impulsionou um processo de revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo em Olinda, posteriormente aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano, já considerando o perímetro das Operações Urbanas Recife-Olinda. Apesar das demonstrações de disposição das prefeituras locais, as dificuldades para a remoção de um grande número de famílias (em cerca de 3500 imóveis) que habitavam a área dentro do período exigido pela FIFA para a realização das obras bem como a resistência do Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN) em defesa do Sítio Histórico de Olinda fragilizaram o projeto, que teve imensas dificuldades de atrair investimentos privados iniciais e o projeto teve que ser substituído.

Embora tivesse algumas desvantagens em relação ao projeto da Arena Recife Olinda – distância do centro de Recife, carência de infraestruturas

urbanas e de transportes e restrições legais ambientais e de uso e ocupação do solo – o projeto “Cidade da Copa” em São Lourenço da Mata ganhou destaque em primeiro lugar porque partia da utilização de um terreno de propriedade do Governo do Estado com um número consideravelmente menor de famílias a serem removidas (em torno de 330) e imóveis indenizados.

Esse terreno, embora seja parte da chamada Zona Oeste Metropolitana, área com baixo grau de ocupação, carente de recursos (12º menor PIB entre os 14 municípios) e com elevados índices de pobreza (10º IDH entre os 14 municípios) já era alvo de interesse do mercado imobiliário em função especialmente de sua localização estratégica no centro geográfico da RMR – fazendo divisa com Recife, Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes -, sua proximidade de importantes rodovias federais (a BR 408 e a BR 232) e também por seus atrativos paisagísticos e ambientais relacionados à proximidade do Rio Capibaribe. Esse posicionamento estratégico fez com que a região tivesse desengavetado projetos para se tornar um segundo centro de desenvolvimento da RMR que remontam a década de 1970, 1980 e também nos anos 1990. Inclusive por conta disso a região passou a receber investimentos privados em imóveis residenciais de baixa densidade de tipologia de condomínios residenciais voltados à população de média e alta renda como o *AlphaVille Francisco Brenand*⁴². A implantação da Cidade da Copa nessa região também atende às pressões do mercado por valorização dos imóveis e instalação de equipamentos públicos e dos mais diversos tipos de infraestrutura, com a perspectiva da criação de uma nova centralidade urbana metropolitana.

⁴² Disponível em < http://issuu.com/julienineichen/docs/livro_ntou>. Acesso em 12 de abril de 2012.

Figura 8 - Localização metropolitana da Cidade da Copa

Fonte: Masterplan AECOM

Figura 9 - Estruturação das centralidades na RMR

ESTRUTURAÇÃO DE CENTRALIDADES

PROPOSIÇÃO DE UM NOVO VETOR DE DESENVOLVIMENTO E NOVA FRENTE IMOBILIÁRIA NA ZONA OESTE DA RMR.

Boa Viagem

Principal centro comercial de alta renda, empresarial e hoteleiro.

Centro

Atração de atividades, turístico, institucional.

Olinda

Polo turístico e gastronômico.

Casa forte

Polo de desenvolvimento residencial de alta renda, reforçando o vetor de expansão imobiliária oeste, ao longo do Rio Capibaribe.

Fonte: Masterplan AECOM

INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE

Map of Recife Metropolitan Region showing infrastructure projects. Key features include:

- Transportation Projects:** BRT Norte-Sul, BRT Leste-Oeste, Duplicação BR 408, Triplicação BR 232.
- Stations and Terminals:** TIMBI STATION, Term. Cosme e Damião, TIP STATION.
- Geographical Features:** RIO CAPIBARIBE, CASA FORTE, RECIFE CITY CENTER, BOA VIAGEM, OLINDA.
- Other Landmarks:** CIDADE UNIVERSITÁRIA, Av. Norte, Av. Caxanga, Av. Abd. Carneiro, Av. Recife, Av. Mascarenhas Moraes, Passarela aeroporto-metrô.

Embora contasse com todas essas “vantagens competitivas” para sediar a Copa, o pleito de São Lourenço da Mata só se efetivou a partir da desistência do projeto da construção da Arena Recife-Olinda e das garantias de financiamento do governo federal de projetos de mobilidade que ligassem esse empreendimento ao núcleo urbano de Recife, ao aeroporto e também aos bairros residenciais de alta renda e à rede hoteleira da cidade. Segundo Ana Maria Filgueiras Ramalho (2012)

137

3.2. *Smart City* da Copa

Embora a cidade de Recife tenha três estádios de médio ou grande porte vinculados a equipes de futebol com grande tradição regional e mesmo nacional⁴³, nenhum deles encaixou-se de maneira adequada às exigências arquitetônicas e urbanas da FIFA, abrindo espaço para a elaboração da proposta de um novo estádio que contou, a partir das condições às quais nos referimos anteriormente, com a participação entusiasta de importantes setores da construção civil associados especialmente ao Governo de Pernambuco, embora não tenhamos registros de qualquer consulta à população sobre a necessidade de construção dessa nova arena esportiva.

Tido como um “complemento” para a Concessão Administrativa para prestação dos serviços de construção, operação e manutenção da Arena, o projeto da inclui a “Cidade da Copa”, projeto imobiliário de grande porte que, dentro do conceito de *Smart City* envolve a construção por etapas até o ano de 2025 de um complexo que abrange empreendimentos comerciais e residenciais diversos, equipamentos públicos e privados de educação, parques e áreas de convivência. A ideia de *Smart City* pela primeira vez na cidade japonesa de Minato Mirai, que foi erguida em torno do porto do distrito de Yokohama com o intuito de atrair empresas e criar empregos, tendo em vista que se tratava de uma cidade dormitório de milhões de pessoas que trabalham em Tóquio.

⁴³ Estádio José do Rego Maciel (Mundão do Arruda), com capacidade para 60.044 pessoas, pertencente ao Santa Cruz Futebol Clube; Estádio Aldemar da Costa Carvalho (Ilha do Retiro), com capacidade para 35.000 pessoas, pertencente ao Sport Club do Recife; e Estádio Eládio de Barros Carvalho (Aflitos) com capacidade para 19.799 pessoas, vinculado ao Clube Náutico Capibaribe.

Figura 11 - Projeto da Cidade da Copa

Fonte: Masterplan AECOM

Figura 12 - Uso e ocupação do solo da Cidade da Copa

LEGEND

Main Stadium Area		35.6 HA	14.7%
Stadium/Plaza/Parking	19.7 HA	8.1%
Retail	0.4 HA	0.2%
Utilities	1.8 HA	0.7%
Drainage/Open Space	13.7 HA	5.6%
Indoor Arena	2.6 HA	1.1%
Mixed Use/Entertainment	11.1 HA	4.6%
Hotel/Convention	2.7 HA	1.1%
Retail	6.1 HA	2.5%
Office	9.3 HA	3.8%
Residential (incl. easement)	20.4 HA	7.3%
Education	14.5 HA	6.0%
Quasi Public	1.7 HA	0.7%
Parks/Plaza/Landscape	13.9 HA	6.9%
Open Space/Non-Developable	85.9 HA	35.4%
Government Uses	8.2 HA	3.4%
Roadway	30.6 HA	12.6%
TOTAL		242.6 HA	100.0%

Fonte: Masterplan AECOM

Por sua vez, em Recife o empreendimento foi desenvolvido em torno do estádio, tendo o centro de controle da cidade sob responsabilidade de empresas transnacionais como a Cisco, Nec e Ericsson, com as quais o Consórcio Arena Pernambuco que venceu a licitação para a obra firmou parceria. Cabe ao Consórcio formado pelas empresas estadunidenses AECOM, AEG *Development*, RTKL *Architects*, idealizar o plano urbanístico da Cidade da Copa, os projetos imobiliários, e o projeto do complexo de compras, eventos e convenções, respectivamente. A britânica Steer Davies Gleave ganhou a responsabilidade pelo plano interno de transportes. Ao cargo do Consórcio Arena Pernambuco ficaram a definição dos parâmetros urbanísticos e os serviços e controle urbano, além da construção da própria arena, à qual têm o direito de exploração por 33 anos. Após esse prazo o controle volta ao Governo do Estado, o que não acontece com os outros empreendimentos imobiliários a serem construídos no restante dos 247 hectares de propriedade do Governo do Estado. Esses serão passados de forma definitiva ao Consórcio.

Segundo o Masterplan da AECOM, a construção da *Smart City* está prevista para quatro fases.

A primeira fase, até 2014, prevê estádio para 46 mil pessoas; hipermercado; estacionamento; Shopping Center com Multiplex de cinemas, bares e restaurantes; uma parte de um centro de convenções; centro de mídia; campus universitário e instalações de segurança do governo; 300 vagas de hotel e uma praça de celebração.

Figura 13 - Fase I da implantação da Cidade da Copa. Até 2014.

Fonte: Masterplan AECOM

A segunda fase, de 2015 a 2019, prevê o início da construção do bloco de escritórios empresariais; a segunda etapa do centro de convenções; mais 250 vagas de hotel; uma escola de ensino fundamental; e o início da construção de imóveis residenciais, com 1380 vagas.

Figura 14 - Fase II da implantação da Cidade da Copa. Até 2019.

Fonte: Masterplan AECOM

Na terceira fase, de 2020 a 2024, será feita a segunda etapa do bloco de escritórios; mais 1685 imóveis residenciais; mais duas escolas de ensino fundamental e uma de ensino médio.

Figura 15 - Fase III da implantação da Cidade da Copa. Até 2024.

Na fase derradeira, em 2025 prevê-se a construção do restante das habitações (mais 1440 imóveis) e o restante dos escritórios.

Figura 16 - Fase IV da implantação da Cidade da Copa, em 2025.

3.3. Arranjos normativos e “excepcionalidades”

Do geral ao particular, procuraremos, a partir da caracterização da Copa do Mundo, buscar o nexo entre a realização da Cidade da Copa na RMR e Ao analisar o empreendimento da Cidade da Copa pudemos encontrar alguns caminhos a partir dos arranjos normativos decorrentes da implantação de novas estruturas fixas naquela região metropolitana que possivelmente nos levarão a discussões pertinentes sobre o desenvolvimento de mecanismos de exceção nas cidades como desdobramentos de novas modalidades de acumulação por espoliação da fase atual do desenvolvimento capitalista.

Em São Lourenço da Mata, o Plano Diretor do Município foi alterado por encomenda do Projeto Cidade da Copa. As duas únicas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), previstas para receber Habitações de Interesse Social (HIS), foram retiradas do Plano e em seu lugar entraram as Zonas de Urbanização Preferencial (ZUP), adaptáveis à construção de empreendimentos imobiliários dos mais variados tipos. A mudança também proporcionou alterações no zoneamento de várias outras áreas, aumentando os parâmetros

construtivos e transformando zonas rurais em zonas urbanas. Tais alterações, movidas pelo suposto consenso construído com festas públicas, foram feitas sem quaisquer consultas prévias ou audiências públicas com a população daquele município, que sequer teve as propostas de parcelamento do solo apresentados aos órgãos responsáveis pela sua aprovação. Do mesmo modo, não se teve conhecimento sobre os obrigatórios Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) e, paralelamente, os Estudos e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) só foram apresentados após a construção.

Figura 17 - Alterações no Zoneamento do Plano Diretor de São Lourenço da Mata 2008-2011

A inexistência de participação social seja estaduais, seja nos municípios da RMR afetados pela construção da Cidade da Copa, negando o Estatuto da Cidade e a própria Constituição de 1988 que a exigem como requisito para tais alterações legais, contrasta com o grande engajamento dos empreendedores privados interessados no projeto em parceria ativa com o governo do Estado de Pernambuco para garantir sua execução. Por outro lado, a pouca transparência em todo o processo de efetivação de obras da Copa apontada por órgãos externos responsáveis por esse setor foi gritante; o portal transparência de Recife como cidade sede foi reconhecido como um dos menos efetivos, não havendo informações oficiais e públicas sobre, por exemplo, os traçados de obras viárias e sobre o processo de remoções derivado delas.

Quanto à remoções, a invisibilização das ações do governo foi particularmente grave porque representou uma série de violações de direitos humanos. Estudos realizados pelo Observatório das Metrópoles estimam em mais de 3300 o número de famílias/imóveis que passaram por processo de desapropriação pelas obras da Copa na RMR. Destas, apenas as referentes às obras da Via Mangue tiveram as famílias contempladas pela construção de um conjunto habitacional pela prefeitura de Recife. Todos os demais processos, muitos ainda em negociação, estão trabalhando com indenizações em alguns casos apresentam valores muito abaixo do valor de mercado e estão longe de serem suficientes para que as famílias comprem moradias dignas em outros lugares. Embora o Governo do Estado tenha criado a Secretaria Executiva de Desapropriações (SEDES), tal iniciativa esteve longe de representar a abertura de diálogo ou a previsão de atendimento aos direitos humanos e garantia de processos adequados de remoção. Segundo seu manual de procedimentos a SEDES foi criada para dar “celeridade aos projetos estruturadores em implantação em Pernambuco, como as obras de barragens, da Copa do Mundo de 2014 e do Programa Estadual de Mobilidade⁴⁴”. Há inclusive relatos de pressões, achaques e ações de despejo sem pagamentos das indenizações e violando tratados internacionais referentes a despejos forçados

⁴⁴ Disponível em < <http://www.unuhospedagem.com.br/pge/secaoAbrir.php?idSecao=25>>, Acesso em 25 de julho de 2014.

Todo o conjunto de alterações normativas e jurídicas, legais e ilegais nas quais se basearam as iniciativas em torno da viabilização do projeto cidade da Copa estão vinculados a outra questão mais geral que tem a ver com a inexistência de um planejamento metropolitano efetivo. Ainda que o discurso da criação de uma nova centralidade urbana seja a justificativa e carro-chefe das propagandas empresariais e governamentais, os negócios envolvidos nessas transformações urbanas não aparecem normalmente como o são.

Convém destacar que o projeto de Parceria Público-Privada edificado em torno da Arena Pernambuco representa uma **nova modalidade de Concessões Públicas**, ainda mais privatizante e espoliadora do que as demais obras da Copa. De acordo com o Edital de Licitação e Concorrência Internacional da Arena Pernambuco elaborado com participação direta da Odebrecht e outras empresas interessadas, a receita da Concessionária será composta por três elementos: a) Receita principal com a contraprestação Pecuniária, a ser paga pelo Estado de Pernambuco ao parceiro privado durante 30 anos; b) Receita operacional auferida com a exploração da arena (camarotes e demais produtos premium); e c) Receitas adicionais obtidas com atividades complementares à atividade principal da Arena (propaganda, lojas, estacionamento e outras). Além de todos esses direitos de operação e exploração da Arena adquiridos pela concessionária, o contrato prevê a privatização direta do uso e ocupação do solo do terreno do Governo do Estado no entorno do estádio para a construção de um complexo imobiliário de propriedade particular da Concessionária. Segundo o Edital, a implantação do projeto imobiliário se dará “concomitantemente às OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA ARENA para **viabilizar receita acessória** à CONCESSIONÁRIA” (p.24 do Anexo 10 do Edital 01/2009. Grifo nosso). Assim,

A contraprestação pública por tais serviços seria paga em dinheiro, em montante a ser definido no processo licitatório. Ademais, o Estado de Pernambuco admitirá que seja **transferida à Concessionária a propriedade dos imóveis públicos (livres e desimpedidos), do entorno da Arena** em que o Estado de Pernambuco almeja que se desenvolva o projeto imobiliário, a fim de viabilizar um projeto imobiliário que ofereça unidades habitacionais a um público alvo, desde que de maneira compatível com a atividade principal de operação da Arena, como atividade acessória.” (p.23 do Anexo 10 do Edital 01/2009. Grifo Nosso)

Figura 18 - A viabilidade financeira do negócio Cidade da Copa

Elaboração: Observatório das Metrópoles – Núcleo Recife

No mesmo documento é estabelecido que o Governo do Estado irá ressarcir parte do investimento realizado para a construção da Arena no primeiro ano de operação da mesma (2013) assumindo os encargos de um empréstimo tomado pelo parceiro privado junto ao BNDES. Em outro trecho do documento, afirma-se que

A PPP é o instrumento viável para a implementação do Projeto pois permite, de um lado, a canalização dos investimentos necessários à implementação do projeto e, de outro, o pagamento de contrapartida pelo Poder Público, necessária para garantir a **viabilidade de projetos que não são autosustentáveis, como no caso de arenas**. No caso da PPP da Arena, esta **contrapartida se dará na forma pecuniária e pela transferência da propriedade de parte do imóvel nos arredores da Arena**, que será utilizado para desenvolver a atividade imobiliária (Ibidem. Grifo nosso).

Deste trecho é possível depreender uma série de coisas. Contudo, uma das mais importantes é a constatação de que possivelmente haveria uma

avaliação prévia de que o projeto da Arena Pernambuco não seria um empreendimento viável por si mesmo, provavelmente em função das condições de concorrência com os demais estádios, da distância do centro da cidade, da incapacidade de manter uma renda regular após a Copa do Mundo. Embora esse quadro não tenha se confirmado totalmente, conforme discutimos anteriormente a partir dos dados sobre público e renda nos jogos posteriores ao megaevento, a questão que cabe é a motivação pública de construir um empreendimento de tal porte - com financiamento federal e aporte público direto de cerca de R\$ 133 milhões - dadas as previsões pouco alentadoras.

Por seu lado se considerarmos somente as possibilidades de exploração da Arena Pernambuco por três décadas somadas à transferência de um imóvel do Estado na RMR à margens do Rio Capibaribe com as possibilidades de construção de um amplo projeto imobiliário, vemos que os atrativos para as corporações que venceram o projeto eram bastante grandes. Ainda mais se levarmos em conta que não houve qualquer contrapartida exigida pelo Estado para que a Cidade da Copa fizesse um planejamento mais inclusivo do ponto de vista social ou urbanístico. O Edital deixa a cargo dos responsáveis pelas obras a decisão sobre o padrão de habitação que deverá ser empreendida, isto é, embora houvesse mais de 300 famílias removidas do terreno onde o empreendimento está sendo construído, as possibilidades de que o projeto atenda à demanda por habitações de interesse social (HIS) para suprir o grande déficit habitacional da RMR dependem do interesse de mercado. Segundo o referido edital, apenas como sugestão,

30% da área líquida destinada ao desenvolvimento do PROJETO IMOBILIÁRIO **poderá** ser destinada à implementação de projetos habitacionais de interesse social, voltado ao atendimento da população cuja renda mensal está entre 0 (zero) e 3 (três) salários mínimo (...) (p.15 do Anexo 10 do Edital 01/2009. Grifo nosso);

Dado que a dinâmica do mercado dificilmente levará à opção da construção de moradias nesse perfil, também a construção e o deslocamento de importantes equipamentos públicos para o terreno da Cidade da Copa em detrimento de outras áreas metropolitanas e estaduais é bastante questionável. Segundo o edital,

adicionalmente às áreas para expansão imobiliária, esta nova centralidade deverá abrigar, além da nova Arena, equipamentos públicos a serem definidos pelo Governo. Dentro destes equipamentos, estima-se que sejam implantados um parque metropolitano, um centro integrado de segurança pública, escolas (incluindo uma nova unidade do CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco), uma unidade do Expresso Cidadão, dentre outros. (p.18 do Anexo 10 do Edital 01/2009);

Da maneira como o projeto foi apresentado, a transferência de órgãos governamentais, serviços de segurança, escolas e o campus da Universidade de Pernambuco (UPE) também seriam mais medidas “acessórias” à valorização imobiliária do projeto e apropriação privada de recursos públicos. Nesse sentido, o plano só poderia estar completo a partir de obras de mobilidade. Das 7 obras de mobilidade previstas para a cidade, 5 estão diretamente ligadas à Cidade da Copa. O Corredor Caxangá, o Ramal da Copa, a duplicação da BR-408, o Terminal Integrado Cosme e Damião e a estação de metrô Cosme e Damião compõem uma rede de transportes mais ampla que conecta a nova centralidade à velha onde estão os complexos empresariais, comerciais e turísticos, garantindo assim um abastecimento de transportes públicos e coletivos ao empreendimento muito superior a bairros, distritos e cidades da RMR que concentram a grande maioria da população da região. Por seu turno, as outras duas obras de mobilidade previstas na Matriz de Responsabilidades de Recife, o corredor Norte-Sul e a Via Mangue, têm ligação direta entre a região turística e hoteleira da praia de Boa Viagem e o Centro da Cidade, com destaque para a ligação entre a Via Mangue e o grande complexo do Shpping Rio-Mar.

A construção da Cidade da Copa, mais do que um instrumento de espoliação urbana por meio de mais uma simples Parceria Público-Privada, trata-se, pois de um grande processo de **privatização da construção de uma nova centralidade urbana**, transferindo diretamente recursos públicos para construir uma centralidade que já nasce reforçando a segregação urbana. A dinâmica imobiliária em São Lourenço da Mata, Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes entrou em plena atividade com a multiplicação de

empreendimentos imobiliários de médio e alto padrão o que supõe a expulsão contínua da população de baixa renda para áreas periféricas, tendo em vista a ausência de qualquer plano ou mecanismo de contenção desta que é uma regra geral onde o desenvolvimento urbano fica à mercê do mercado imobiliário.

Por outro lado, toda essa alteração esperada na configuração metropolitana se faz concomitantemente às políticas de “requalificação” e valorização das antigas centralidades. Os setores da construção civil não contemplados no Consórcio Arena Pernambuco e nos empreendimentos imobiliários da região, buscam se aproveitar dos mesmos vetores trazidos pelo megaevento para se localizar melhor da disputa pelo “mercado da centralidade”. *Pari passu* às alterações normativas na nova centralidade urbana, a prefeitura de Recife promoveu uma série de medidas para flexibilizar os parâmetros urbanísticos da cidade, aumentando o potencial construtivo especialmente para o setor hoteleiro (Lei 17.710/10). Ao mesmo tempo, no final de 2012, aprovou de maneira controversa e obscura um amplo programa de transformações urbanas na área central, o Projeto Novo Recife, alvo de lutas urbanas que seguem até os dias de hoje.

3.4. Qual “Novo Recife”?

No ano de 2008 as empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão reunidas no autodenominado Consórcio Novo Recife arremataram - em leilão controverso e questionado judicialmente tanto pelo Ministério Público de Pernambuco quanto pelo Ministério Público Federal - um grande terreno no Cais José Estelita, na região de alto interesse imobiliário, à beira do Rio Capibaribe, ligando o nobre bairro de Boa Viagem ao centro da cidade. O objetivo dessa compra era construção de um empreendimento de grande porte para remodelar essa e valorizar essa área, tida como degradado e abandonada pela União.

A proposta inicial contida no projeto Novo Recife, apresentada em audiência pública no início de 2012, compreendia a construção de complexo empresarial, residencial, comercial e hoteleiro que cobriria uma área de 100.000 m², prevendo a construção de 13 torres de até 40 pavimentos.

Em dezembro de 2012, após constatar diversas ilegalidades que motivaram o projeto, o Ministério Público conquistou, em caráter liminar, a suspensão de todo e qualquer ato administrativo referente ao projeto e, no mérito, a declaração de sua nulidade desde o início. Todavia, mesmo sob protestos o projeto arquitetônico foi aprovado sem a realização de EIV, exigência prevista no Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001, art.37) e sem o EIA-RIMA adequado, contrariando artigos do Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife.

Em todo o processo de debate sobre o projeto, a luta contra a implantação do projeto Novo Recife reuniu dezenas de ativistas em ações chamadas de #OcupeEstelita Com nome influenciado pelos movimentos de ocupações de espaços públicos na Europa e pelo Occupy Wall Street, as ocupações do Cais transformaram-se em lugares de atividades culturais, de intervenções artísticas urbanas e de questionamento global à ideia levada adiante pelo Consórcio Novo Recife em termos de destinação imobiliária, degradação ambiental, paisagística, histórica e arquitetônica do espaço.

A partir dos Ocupe Estelita e dos enfrentamentos ao projeto Novo Recife surgiu o grupo chamado “Direitos Urbanos” com o intuito de assegurar uma pauta mais ampla de debates sobre a cidade. Com o passar do tempo, integraram diversas lutas urbanísticas e contra as intervenções imobiliárias e estatais violadoras dos direitos urbanos e humanos. Foi assim na eclosão dos protestos de junho pela redução de tarifas, na influência ao movimento de ocupação da Universidade Federal de Pernambuco (Ocupe UFPE) ou no movimento de recuperação do Teatro do Parque (OcuParque).

Impactada pela resistência urbana, após meses de reanálise a Prefeitura do Recife (PCR) aprovou uma revisão do projeto imobiliário do Novo Recife exigindo novas ações mitigadoras e aumentado o valor da compensação de R\$ 32 para R\$ 62,7 milhões, com inclusão de biblioteca, túnel e um parque linear, entre outros itens. Contudo, ao contrário do esperado, o acordo não arrefeceu as críticas tendo em vista que o termo de compromisso não toca na questão da construção das torres e do projeto urbanístico.

Por seu lado, amparado pela autorização do projeto mas sem a autorização necessária para início das obras a a construtora Moura Dubeux iniciou a demolição dos antigos armazéns de açúcar contidos na área. Tal ação

foi um estímulo à resistência por meio de um acampamento no local que chegou a contar em ato com o apoio de mais de 10 mil pessoas e conseguiu suspender o alvará de demolição. Durante a Copa do Mundo, no dia 17 de junho de 2014 o acampamento do Cais Estelita seria alvo de uma violenta reintegração de posse por parte da Polícia Militar, descumprindo todos os acordos que vinham sendo firmados com o movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos observar nas novos modelos de Concessões, na apropriação privada das centralidades e no processo espoliador do projeto Cidade da Copa, a realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014 revela bases concretas com as quais são traçadas estratégias corporativas dentro dos marcos estabelecidos pelo desenvolvimento das forças produtivas mundiais. Nesse sentido, como salta aos olhos, a realização das últimas Copas tem sido balizada pelo estado crítico da economia mundial, sendo influenciada e influenciando em seu desenvolvimento.

Essas transformações não acontecem sem entraves. As alterações permanentes do território promovidas pelos megaeventos mediante incorporação de novos fixos recorrentemente ameaça os valores já fixados, mas que ainda não foram realizados plenamente. Essa dinâmica, impossível de ser controlada na escala dos territórios nacionais, acaba por alcançar todo o planeta, alastrando-se a partir dos centros monopolistas em direção a territórios onde a realização lucrativa do capital excedente seja possível. Na atual crise, os países centrais, assolados pelo desemprego e pela retração produtiva, são incapazes de absorver esse capital excedente, que se desloca buscando centros mais dinâmicos de acumulação. Não por acaso desde que a crise estourou nos EUA em 2007 os países escolhidos pela FIFA para serem sedes da Copa foram os *emergentes* Brasil, Rússia e Catar. A África do Sul, escolhida antes de 2007 tampouco está de fora desse time de economias que em tese podem absorver rentavelmente esse capital ávido por valorização.

Nesse sentido, a realização da Copa do Mundo tem exposto as fraturas mais profundas do “modelo brasileiro” e evidenciado uma crise já instalada que pode avançar. As obras da Copa, inscritas como parte do segundo PAC – eixo dos últimos três governos brasileiros – revelam que o estímulo fetichista ao crescimento econômico a todo custo ao invés de ser o oposto da crise econômica é parte fundamental de seu desenvolvimento por outros meios, aprofundando um processo de acumulação baseado principalmente no aumento a espoliação urbana. Combinada a isso, ainda que não estejamos na mesma situação econômica de países onde a crise provocou austeros ajustes

contra sua população, a dinâmica da economia não só não está imune como já apresenta elementos da estagnação e os megaeventos têm sido importantes vetores de “importação” desse estado crítico dos países centrais.

Credenciado pelo forte padrão exportador de produtos primários, pelos índices de consumo interno baseados em largo estímulo ao crédito e pela ortodoxia da política econômica o país tornou-se importante referência para investimentos na economia mundial em crise e atraente para que se efetivasse o pleito de sede para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Ao mesmo tempo, grandes projetos de reestruturação do território referentes às obras urbanas e de infraestrutura – como a transposição do Rio São Francisco, as usinas hidrelétricas Girau, Santo Antônio e Belo Monte e o Programa Minha Casa, Minha Vida – feitos em geral com parcerias público-privadas ou mesmo privatizações e concessões foram colocados em curso com os PACs.

Se tal cenário permitiu por um lado a ascensão de um discurso apologético do neodesenvolvimentismo brasileiro legitimado internacionalmente, por outro também se baseou na completa incapacidade de oferecer alternativas de transformação mais profundas, resumindo a ascensão social dos mais pobres à ampliação do consumo e de alguns programas sociais parciais e deixando de lado qualquer mudança mais estrutural no trágico quadro dos serviços públicos. Dessa forma, o aumento real do salário proporcionado por uma mão era retirado por outra, especialmente a partir da precária condição de vida nas grandes metrópoles nacionais que viram o *boom* imobiliário multiplicar o preço dos aluguéis, aumentar a segregação urbana por meio da expulsão dos pobres para as periferias e gerar maior pressão nos já precários serviços de transportes, saneamento básico, segurança, saúde e educação.

Não foi coincidência que as Jornadas de Junho tivessem começado a partir das condições desumanas dos transportes nas grandes cidades e que os protestos tivessem conquistado ainda mais força ao se iniciar a Copa das Confederações da FIFA. Foi um levante juvenil e popular contra a acumulação por espoliação tal qual o que havia tomado conta da praça Taksim na Turquia, eventos que tiveram bastante importância porque colocaram os países ditos *emergentes* na rota dos protestos contra a crise. Da mesma forma que o

crescimento brasileiro representou a outra face da crise capitalista mundial, as manifestações que tiveram início em junho de 2013 representam a outra face da Primavera Árabe, do Occupy Wall Street, dos Indignados espanhóis, das greves gerais da Grécia e de tantas outras buscas de caminhos para que o povo não pague a conta da crise capitalista.

A Copa do Mundo intensifica a espoliação com milhares de famílias removidas de suas casas, gastos públicos apropriados privadamente e incentivo a obras e que aprofundam a segregação urbana nas cidades-sede e indícios de pesados superfaturamentos e corrupção. Ao mesmo tempo, o aparato jurídico-normativo de exceção mantém-se em muitos casos e multiplica-se sob formas de leis antiprotesto.

Na contramão das promessas, é possível que o legado da Copa seja fundamentalmente essa combinação da espoliação e da exceção nas cidades. Mas não “só” isso. Como parte dos mecanismos de exceção está também a possibilidade de ampliação do endividamento dos municípios, o que já tem ocorrido nos últimos dois anos quando o aumento médio da dívida pública das cidades-sede é superior ao dobro daquele das capitais sem Copa. Somados aos outros gastos com estruturas temporárias e permanentes e pensando em um cenário de queda no crescimento econômico, retração industrial e diminuição da confiança do mercado financeiro com queda no grau de investimento do país, há uma tendência evidente à importação da crise dos países centrais para o Brasil. Cabe especialmente às ruas das cidades rebeldes – o outro lado desse mesma moeda – encontrar novamente uma alternativa a esse caminho.

REFERÊNCIAS

ABONIZIO, J., BRANCO e BRANCO, R. D. S. *A Aura da Copa do Mundo de Futebol: Um Ensaio Sobre o Valor do Futebol na Sociedade de Consumo e Suas as Implicações no Campo do Trabalho*. Anais 2º Encontro de GTs - Comunicon, out. 2012.

AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, B. Schausteck de; PAMPUCH, M.; MARCHI JÚNIOR, W. *Os legados estruturais de megaeventos esportivos: uma revisão de literatura*. Seminário Nacional Sociologia e Política. Anais. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2011. Disponível em:

<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2011/16_133.pdf>

ANTAS JR, R. M. *Território e Regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito*. São Paulo: Humanitas, 2005.

_____. *A norma e a técnica como elementos constitutivos do espaço geográfico: considerações sobre o ressurgimento do pluralismo jurídico*. In: SOUZA, Maria Adélia de (org.). *Território Brasileiro: Usos e Abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.

ARANTES, P. *Cavalaria Global*. In: *Margem Esquerda*. Nº 4. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Último round*. In: *Margem Esquerda*. Nº 5. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARROYO, M. *A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças* in: *Questões territoriais na América Latina*. São Paulo, CLACSO, 2006. p. 177-190

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. *Megaventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*. Rio de Janeiro, 2012.

BENÉVOLO, L. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política; Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1991.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BIENENSTEIN, G.; SANCHEZ, F. ; MASCARENHAS, G. *The 2016 Olympiad in Rio de Janeiro: who can/could/will beat whom?* Esporte e Sociedade, ano 7, n. 19, março, 2012.

BLATTER, J. *Depoimento*. Cadernos FGV Projetos, ano 8, n. 22, p. 10-15, jun/jul. 2013. (Futebol e desenvolvimento socioeconômico)

BORGES, F. *O papel da FIFA FAN FEST™ na Copa do Mundo da África do Sul*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 201-230, jul./dez. 2013.

BORJA, J. (ed.).Barcelona. *Un modelo de transformación urbana*. Quito, Programa de Gestión Urbana/Oficina Regional para América Latina y Caribe, 1995.

BORJA, J.e CASTELLS, M. *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid, United Nations for Human Sttlements/Taurus/Pensamiento, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. *I Balanço das ações do governo brasileiro para a Copa 2014*. Brasília: Ministério do Esporte, jan. 2011.
Disponível em:

<<http://www.esporte.gov.br/arquivos/futebolDireitosTorcedor/copa2014/balanco0Copa2014.pdf>>

BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. *V Balanço das ações do governo brasileiro para a Copa 2014*. Brasília: Ministério do Esporte, set. 2013. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/balanco_copa_set2013.pdf>

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo no Brasil: 2011-2014*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRENNER, R. *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHESNAIS, F. *Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. *Mundialização Financeira*. São Paulo, Xamã, 1998.

COPA 2014. *Brasil deve receber US\$ 2 trilhões em investimentos até 2014* - Disponível em: <<http://www.copa2014.org.br/noticias/6392/BRASIL+DEVE+RECEBER+US+2+TRILHOES+EM+INVESTIMENTOS+ATE+2014.html>>. Acesso em 16 jul. 2012.

COTTLE, E. *A Preliminary Evaluation of the Impact of the 2010 FIFA World Cup: South Africa*. 2011a Disponível em: <<http://www.sah.ch/data/D23807E0/ImpactassessmentFinalSeptember2010EddieCottle.pdf>> Acesso em 16 jul. 2012.

COTTLE, E. *South Africa's World Cup: a legacy for whom?* Durban-SA: UKZN Press, September, 2011b.

COTTLE, E.; CAPELA, P. R. C; MEIRINHO, A. F. *Uma lição vinda da África do Sul: os cartéis da construção estão aumentando significativamente os custos de infraestrutura da Copa do Mundo Fifa 2014 no Brasil?* Motrivivência, Florianópolis, ano XXV, n. 41, pp. 166-175, dez. 2013.

DaCOSTA, L. P.; MIRAGAYA, A. *Estado da Arte do Conhecimento sobre Legados de Megaeventos Esportivos no Exterior e no Brasil*. In: DaCOSTA, L. P. et al. (Ed.). *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 33-45.

DAMO, A. Sander. *O ethos capitalista e o espírito das copas*. In: ASTALDO, Édison L.; GUEDES, Simoni L. (orgs.). *Nações em campo: Copa do Mundo e identidade nacional*. Niterói: Intertexto, 2006.

DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). *Copa do Mundo 2014: algumas considerações sobre a realização do evento no Brasil*. Nota Técnica, Dieese, São Paulo, n. 110, maio, 2012.

DOMINGUES, E. P.; BETARELLI JR., A. A.; MAGALHÃES, A. S. *Quanto vale o show? Impactos econômicos dos investimentos da Copa do Mundo 2014 no Brasil*. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 409-439, abr.-jun. 2011.

DOTTSCHALCH, W. *Desenvolvimento e crise do capitalismo no pensamento de Rudolf Hilferding* in: *Economia e dialética: seleção de textos marxistas*. Rio de Janeiro, Fundação Lauro Campos, 2011.

ERNST & YOUNG; FGV. *Brasil Sustentável: impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014*. Rio de Janeiro: Ernst & Young Brasil; FGV Projetos, 2010.

Disponível

em:

<<http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/922.pdf>>

FARIA, J. E. *Direito e globalização econômica: notas para uma discussão*. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 1996, vol. 10, n. 28.

FIFA. *Fifa Financial Report 2010*. Zurich: Fédération Internationale de Football Association, 2011.

FILGUEIRAS, J. C. M. *A Importância dos Legados de Megaeventos Esportivos para a Política Nacional de Esporte no Brasil: cidade, cidadania e direitos dos cidadãos*. In: DaCOSTA, L. P. et al. (Ed.). *Legados de Megaeventos Esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 65-74.

FORTUNA, V. O. *Das Exposições Universais aos Jogos Pan-Americanos de 2007: os envoltos legados arquitetônicos dos megaeventos*. Contemporânea, Ed.14, Vol.8, n.1, 2010.

_____. *Cidade e Megaeventos: Espetáculo midiático, explosão de sentidos*. Anais VI CONECO – UERJ | UFF | UFRJ | PUC-RIO | Fiocruz UERJ, Rio de Janeiro, out. 2013.

FREITAS, R. F. *Rio de Janeiro, lugar de eventos: das exposições do início do século XX aos megaeventos contemporâneos*. Anais XX Encontro da Compós, na UFRS, Porto Alegre, jun. 2011.

FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIGLIO, S. S. *COI x FIFA: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos*. Tese de Doutorado, EEFÉ-USP, 2013.

GOLDEN GOAL. *Calculando o impacto econômico de megaeventos esportivos*. Rio de Janeiro: Golden Goal Sports Venture Ltda, 2010. Disponível em: <http://www.goldengoal.com.br/br//downloads/retorno_jogos_olimpicos.pdf>

HALL, C. M. *Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism*. In: HORNE, J; MANZENREITER, W. (eds.). *Sports mega-events*:

social scientific analyses of a global phenomenon. *The Sociological Review* (Monograph Series), v. 54, n. 2, special issue, p. 59-70, Dec. 2006.

HARVEY, D. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. *Novo imperialismo: a acumulação por desapossamento. Parte II*. São Paulo: Lutas Sociais, 2003.

_____. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004a.

_____. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Ciudades rebeldes: Del derecho de la ciudad a la revolución urbana*. Madri: Ediciones Akal, 2013.

HORNE, J; MANZENREITER, W. *An introduction to the sociology of sports megaevents*. In: HORNE, J; MANZENREITER, W. (Ed.). *Sports Mega-Events: Social Scientific Analyses of a Global Phenomenon*. (Special Issue: The Sociological Review Monograph Series) V. 54, Issue Supplement s2, December 2006. p. 1-24.

JUDENSNAIDER, E.; LIMA, L.; POMAR, M.; ORTELLADO, P. *20 centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

KFOURI, J. *A Copa do Mundo é nossa?* Interesse Nacional, n. 15, São Paulo, 2011.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LACOSTE, Y. *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1997.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 2013.

LEFEBVRE, H. *Introdução à Modernidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

LÊNIN, V. I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Lisboa-Moscou: Editorial Progresso, 1984.

LOPES, A. P. Q. *Exposições parisienses Oitocentistas*. Prova final de Licenciatura em Arquitetura/DARQ/FCTUC/COIMBRA/ 2007.

MARX, K.. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARENHAS, G. *Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-americanos de 2007*. Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, ago. 2007.

MASCARENHAS, G. *Barcelona 1992: um modelo em questão*. In: DACOSTA, L. P.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (eds.) *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
Arenas

MCLUHAN, M. *A galáxia de Gutemberg*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

MELO, E. S. O.; GAFFNEY, C. *Mega-eventos esportivos no Brasil: uma perspectiva sobre futuras transformações e conflitos urbanos*. 2011. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3462>>.

MOLINA, F. S. *Megaeventos e produção do espetáculo urbano no Rio de Janeiro: da “Paris dos trópicos” à “Cidade olímpica”*. Dissertação de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2013.

OLIVEIRA, N. G. de; GAFFNEY, C. T. *Rio de Janeiro e Barcelona: os limites do paradigma olímpico*. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 895 (17), 5 de noviembre de 2010.

OLIVEIRA, S. R. *O século XIX e as Exposições Universais*. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 11, n. 5, 2010.

OWEN, J. *Estimating the cost and benefit of hosting Olympic Games: what can Beijing expect from its 2008 Games?* The Industrial Geographer, USA, v. 3, no. 1, p. 1-18, 2005.

PERNAMBUCO. *Plano Estratégico: Pernambuco na Copa 2014*. Recife: NTOU/SEPLAG, 2008. <http://www.portal2014.org.br/midia/site/1-742010142631-recife.pdf> Acesso em 02 fev. 2013.

PESAVENTO, S. J. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

POYNTER, G. *From Beijing to Bow Bells: Measuring the Olympic Effects* (London East Research Institute. Working paper in Urban Studies). Londres: London East University, 2006.

_____. *Regeneração urbana e legado olímpico de Londres 2012*. In: DACOSTA, L. P.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (eds.) *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

PREUSS, H. *Lasting effects of major sporting events*. Idrottsforum, Malmö Höskola, December 13, 2006. Available in: <<http://www.idrottsforum.org/articles/preuss/preuss061213.html>>

_____. *Fifa World Cup 2006 and its legacy on turism*. In: CONRADY, R.; BUCK, M. (eds.) *Trends and Issues in Global Tourism 2007*. Germany: Springer Berlin Heidelberg, 2006b.

_____. *Aspectos Sociais dos Megaeventos Esportivos*. In: RUBIO, K. (Org.). *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008a. p. 13-35.

_____. *Impactos econômicos de megaeventos: Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos*. In: DACOSTA, L. P.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. (eds.) *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008b.

PRONI, M. W. *Observações sobre os Impactos Econômicos Esperados dos Jogos Olímpicos de 2016*. *Motrivência*, Florianópolis, v. 21, n. 32-33, p. 49-70, jun./dez. 2009.

PRONI, M.W.; FAUSTINO, R.B.; SILVA, L.O. *Impactos Econômicos de Megaeventos Esportivos*. Campinas: Unicamp, 2014.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, A. M. F. *A Copa do Mundo do Brasil: qual legado estamos construindo?* *Architecton*, vol.2, n.2, 2012.

_____. (coord.) *A Copa e a Região Metropolitana do Recife*. Recife: Observatório das Metrôpoles, 2013.

ROCHE, M. *Mega-events and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture*. London: Routledge, 2000.

_____. *Mega-events, time and modernity: on time structures in global society*. Time and Society, v. 12, p. 99-126, 2003.

ROLNIK, R. *A Cidade e a Lei: Legislação Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

_____. *Entrevista à Caros Amigos*. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2011/01/19/megaeventos-esportivos-e-tema-de-especial-da-caros-amigos-este-mes/>>.

_____. *Olimpíadas truculentas*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/olimpiadas-truculentas>>. Acesso em: 22 jul. 2012

RUBIO, Katia. *Os Jogos Olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento*. Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. IX, ago. 2005.

_____. (Org.) *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

_____. *O legado Educativo dos Megaeventos Esportivos*. Motrivivência, Florianópolis, v. 21, n. 32-33, p. 71-88, jun./dez. 2009.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999a.

_____. *Origem e desdobramento da crise da teoria do desenvolvimento na América Latina*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n.1-2, jan./jun. 1999b.

_____. *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012

SÁNCHEZ, F. *A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política*. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, nº. 16: 31-49 jun. 2001.

SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 4ª edição. São Paulo: Graal, 1989.

SANTOS, M. *Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método*. In: Boletim Paulista de Geografia. n. 54, São Paulo, jun. 1977.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

_____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. *O retorno do território*. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia e SILVEIRA, Maria Laura (org.), *Território globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2009a.

_____. *Por uma Economia Política da Cidade*. São Paulo: Edusp, 2009b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M .L.. *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, P. C. *Um olhar sobre as Exposições Universais*. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, Natal, julho 2013.

SEIXAS, J. Os Mega Eventos na Cidade: Imagética Social, Política Econômica e Governança Urbana. *Revista e-metropolis*, ano 1, n. 2, set. 2010.

SILVEIRA, M. L. *Concretude territorial, regulação e densidade normativa* In: Revista Experimental. São Paulo: Humanitas, 1997.

_____. *Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino*. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Mônica (org.). *O novo mapa do mundo: Fim de século e Globalização*. São Paulo: Hucitec, 2002a.

_____. *Uma globalização desnecessária, um território instável*. Ciência Geográfica, 2002b.

_____. *Escala geográfica: da ação ao império?* Terra Livre, Ano 20, v. 2, n. 23, p. 87-96. São Paulo: Vieira, Jul-Dez/2004.

_____. (org.) *Continente em chamas: globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SINGER,. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

TAVARES, O. *Megaeventos esportivos*. Movimento, v. 17, n 3, 2011.

UVINHA, R. R.. *Os megaeventos esportivos e seus impactos: o caso das Olimpíadas da China*. Motrivivência Ano XXI, Nº 32/33, P. 104-125 Jun-Dez./2009.

VALUE PARTNERS BRASIL. *Impactos econômicos da realização a Copa 2014 no Brasil*. Brasília: Ministério do Esporte, 31 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/estudoSobreImpactosEconomicosCopaMundo2014.pdf>>

VAINER, C. (coord.) *Grandes projetos urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira?* Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2010. (Relatório de pesquisa)

VAINER, Carlos. *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Anais do Encontro Nacional da ANPUR*, 14., Rio de Janeiro, 2011. CD-ROM.

ZIMBALIST, A. *Is it worth it? Hosting the Olympic Games and other mega sporting events is an honor many countries aspire to – but why?* Finance & Development, IFM, Washington, v. 47, n. 1, p. 8-11, March, 2010.